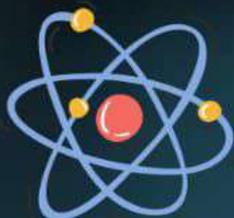


Revista **INOVAÇÃO** & **SOCIEDADE**

IPORÁ, GOIÁS VOL. 03, N.º01, JULHO DE 2023
ISSN 2763-6631





Volume 3, n.1, ANO 2023 –ISSN:2763-6631

EDITORES-CHEFE

Prof. Dr. Raimundo Fonseca, FAI, Brasil

Prof. Dra. Cláudia Ribeiro de Lima, UFG, Brasil

EDITORA GERENTE

Prof. Esp. Carla Rodrigues Cunha, FAI, Brasil

CONSELHO EDITORIAL

Dr. Daniel Blamires, UEG, Brasil

Dra. Thaiomara Alves Silva, FAI, Brasil

Me. Leopoldo Vieira de Azeredo Bastos, FAI, Brasil

Me. Vanessa Gabriela Gonzales Marques, FAI, Brasil

CONSELHO CIENTÍFICO

O conselho científico é composto por diversos pesquisadores com mestrado e doutorado, com produção ativa nos últimos cinco anos, que fazem as revisões às cegas dos trabalhos enviados à Revista Inovação & Sociedade, da Faculdade de Iporá.

EDITORA E REVISORA DE TEXTO

Me. Francielle Moreira Rodrigues



Sumário	pág.
Editorial	3
Sociedade e Educação	
- Educação Infantil: o direito à educação e a influência das mídias digitais no processo de ensino/aprendizagem	4-12
Ciências da Saúde e Bem-Estar	
- Impacto de Ações Integradas do Departamento de Saúde – FAI: uma análise e acompanhamento em saúde ocupacional dos colaboradores da empresa regra logística e distribuição	13-24
- Psicologia do Desenvolvimento: da infância até a adolescência	25- 36
- Revisão de Literatura: a relação entre as bactérias cromogênicas e a presença de cárie em crianças	37-50
- Importância do Uso da Tomografia Computadorizada na localização do segundo canal mesio-vestibular	51-61
Ciências da Natureza e Desenvolvimento Sustentável	
- Descarte de Medicamentos em Locais Inadequados: impactos causados por essa prática no meio ambiente	62-68
Direito e Sociedade	
- O Dilema da Democracia: por que os cidadãos estão perdendo a confiança no sistema político	69-73
- O Instituto da Indignidade no Direito das Sucessões	74 - 82
- Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano: IPTU ao contribuinte diagnosticado com neoplasia maligna (câncer) e de portadores de doenças raras e/ou incuráveis que esteja em tratamento.	83 - 88
- O Povo Contra a Democracia: porque nossa liberdade corre perigo como salvá-la	89 - 92
- Construindo Um Futuro Democrático: enfrentando a crise de forma coletiva	93-100

**EDITORIAL: UMA PERSPECTIVA MULTIDICCIPLINAR DO
CONHECIMENTO CIENTÍFICO**

Cláudia Ribeiro de Lima*

- * Coordenação do Núcleo de Iniciação Científica (NIC), Faculdade de Iporá -FAI
- * Editor-chefe da Revista Inovação & Sociedade, Faculdade de Iporá-FAI
- * Docente Faculdade de Iporá-FAI
- * claudia-ri@hotmail.com

A Revista Inovação & Sociedade é um periódico que adota o Sistema (fluxo) de Publicação Contínua (rolling pass) a partir de 2020, exclusivamente on-line, vinculado ao Núcleo de Iniciação Científica (NIC) – Faculdade FAI de Iporá- Goiás. O periódico é mantido, financiado e editado pela Faculdade FAI de Iporá-GO, de acesso aberto (open access). Atuante desde 2020, de circulação nacional e internacional, que tem como missão contribuir com reflexões que envolvam a extensão universitária como produtora de conhecimento científico e, que, articulada com os processos de ensino e pesquisa, proporciona a disseminação e promoção de novos conhecimentos produzidos a partir de projetos e programas de extensão. Os trabalhos publicados são perpetrados de forma multidisciplinar nas áreas do conhecimento a saber: Educação, Ensino, Comunicação, Direitos Humanos e Justiça, Cultura, Meio Ambiente, Saúde, Tecnologia e Produção, Trabalho, Linguística e Literatura. Aceita originais em português e inglês, na forma de artigos originais e do tipo revisão (review) que tratem da extensão universitária, artigos originais teóricos, resenha, relato de experiência e ensaio visual, que podem ser tanto específicos de uma determinada área do conhecimento, quanto interdisciplinares, no que se refere à metodologia, teorização e bibliografia.

**EDUCAÇÃO INFANTIL: O DIREITO À EDUCAÇÃO E A INFLUÊNCIA DAS
MÍDIAS DIGITAIS NO PROCESSO DE ENSINO/APRENDIZAGEM**

**CHILDHOOD EDUCATION: THE RIGHT TO EDUCATION AND THE
INFLUENCE OF DIGITAL MEDIA IN THE TEACHING/LEARNING PROCESS**

1. Kálita de Souza Amorim Gustavo^{*}
2. Gabrielly R. de Oliveira Santos^{**}
3. Cláudia Ribeiro de Lima^{***}
4. Carla Rodrigues Cunha^{****}
5. Vanessa Gabriela Gonzales Marques^{*****}

RESUMO

Esse estudo tem como finalidade promover um diálogo referente à educação infantil: a influência das mídias digitais no processo de ensino/aprendizagem. Bem como, discutir sobre a influência desempenhada pelas mídias digitais nas práticas pedagógicas da Educação Infantil. Esta investigação é resultante de pesquisa bibliográfica, fundamentada a partir de periódicos encontrados no SciELO e Google acadêmico filtrados com as palavras: “Educação Infantil, Direitos da criança, Mídias Digitais, Educação e Ensino e aprendizagem”. Este estudo embasou-se em pesquisa bibliográfica exploratória de abordagem qualitativa. Disserta-se que a educação é um direito adquirido pela criança. Assim, no âmbito educacional diversos são os instrumentos educativos que amparam no desenvolvimento intelectual das crianças, dentre elas destaca-se presentemente as mídias digitais, ferramentas que cotidianamente ganham mais espaço nos currículos escolares e nas salas de aulas, as quais devem ser utilizadas de modo harmônico e com objetivos estabelecidos, sendo um aliado na aprendizagem dos educandos da Educação Infantil. Mediante pressuposto, cabe aos docentes criar e aplicar estratégias pedagógicas/educativas para instigarem seus discentes na busca pelo conhecimento.

Palavras-chave: Educação Infantil, Mídias Digitais, crianças.

ABSTRACT

This study aims to promote a dialogue regarding early childhood education: the influence of digital media on the teaching/learning process. As well as discussing the influence played by digital media in the pedagogical practices of Early Childhood Education. This investigation is the result of a bibliographical research, based on

^{*}Estudante de Direito – Faculdade de Iporá - FAI

^{**} Estudante Direito- Universidade Estadual de Goiás-UEG

^{***} Dra em Ciências da Saúde – Faculdade de Medicina – UFG-Mestre em Ensino na Saúde – Faculdade de Medicina – UFG-Especialista em Educação – Faculdade de Educação – UFG-Graduada em Ciências Biológicas Faculdade Estadual de Goiás-Graduada em Pedagogia Pela UNIP

^{****} Especialista em tratamento de Resíduos Sólidos, Líquidos e industriais-Graduada em Ciências Biológicas Faculdade Estadual de Goiás-UEG

^{*****} Mestre em Ciências da Saúde-Faculdade Medicina -São José Rio Preto-Especialista em Implante-Faculdade Medicina- São José Rio Preto-Graduada em Odontologia- Faculdade Medicina -São José Rio Preto

journals found in SciELO and Google academic filtered with the words: “Children's Education, Children's Rights, Digital Media, Education and Teaching and Learning”. This study was based on exploratory bibliographical research with a qualitative approach. It is said that education is a right acquired by the child. Thus, in the educational field, there are several educational instruments that support the intellectual development of children, among them digital media stands out today, tools that daily gain more space in school curricula and in classrooms, which must be used in a systematic way, harmonic and with established objectives, being an ally in the learning of Early Childhood Education students. Upon assumption, it is up to professors to create and apply pedagogical/educational strategies to instigate their students in the search for knowledge.

Keywords: Early Childhood Education, Digital Media, children

INTRODUÇÃO

As Diretrizes Curriculares Nacionais (BRASIL, 2010), apresenta a Educação Infantil como primeira etapa da educação básica. Esta primeira etapa tem como objetivo promover o desenvolvimento integral das crianças até 5 (cinco) anos de idade, em seus aspectos físico, intelectual, social e psicológico, completando a ação da família e da comunidade. Sendo a Educação Infantil a primeira etapa da educação básica é de suma relevância que essa modalidade de ensino acompanhe as novas formas de conceber e agir da sociedade atual, com suas transformações e inovações em todos os aspectos, principalmente na educação. De tal forma, inserir as mídias digitais na sala de aula, desde esta etapa de ensino, constitui-se uma ação pedagógica de ampla importância, pois no decorrer de suas vidas, a todo instante as crianças têm acesso às tecnologias, não tão somente aos jogos e brincadeiras, como também, aos meios de comunicação, nos quais lhes propiciam capacidades/aptidões e facilidades para resolver situações problemas vivenciadas cotidianamente (PINHEIRO, 2019).

No campo internacional, a educação se fundamenta como um direito das crianças e adolescentes assegurado pela Convenção sobre os Direitos das Crianças desde 1990, basilar tratado internacional de direitos humanos sobre crianças e adolescentes da Organização das Nações Unidas (ONU). A referida Convenção delibera que os Estados signatários os quais assinaram o documento têm por obrigação de concretizar empenhos para assegurar a educação e o desenvolvimento das crianças. Além disso, convencionam medidas que devem ser adotadas para que o direito à educação, incluindo a infantil, seja realizado (UNESCO, 1990).

Entre as medidas, especifica-se a implementação do ensino obrigatório e gratuito para crianças, o incentivo ao seu desenvolvimento, segurança à acessibilidade de informações e

orientações educacionais para todas as crianças e ações que minimizem a evasão escolar (UNESCO, 1990).

O presente estudo tem como desígnio principal discutir sobre a influência desempenhada pelas mídias digitais nas práticas pedagógicas na Educação Infantil. Em plena era hodierna às crianças são colocadas mediante a uma enorme porção de informações e recursos tecnológicos que lhes permitem desenvolver-se de forma autônoma, dinâmica e também participativa no contexto escolar.

Em sociedade, nos estabelecimentos escolares é por intervenção das mídias digitais que há muitos anos são transmitidos diversas e distintas informações, sendo elas educativas/pedagógicas ou não. Nos últimos tempos recursos tecnológicos se fazem presentes no dia-a-dia das famílias, e no campo escolar da Educação Infantil, em conformidade com pesquisas, tem assumido um papel pedagógico significativo para a constituição dos sujeitos, sendo o seu poder de persuasão/capacitação extraordinário, influenciando uma criança nos seus hábitos, seus modos de pensar, aprender e agir (NUNES, 2018).

É preponderante especificar que a cada dia que passa as mídias digitais fazem parte das propostas pedagógicas no cotidiano docente. E diariamente ganha mais espaço nas salas de aula da Educação Infantil, no entanto, estas carecem de ser empregadas de forma consciente, com objetivos eficientes traçados, sendo um aliado para o docente. Todavia, múltiplos são os questionamentos de como essas tecnologias podem ser introduzidas no contexto escolar de forma significativa, e a resposta é a inserção do trabalho com a utilização de computador, internet, aparelhos de TV, DVDs, jogos interativos etc, a partir destas estratégias os discentes estarão frente a situações que promovem o desenvolvimento de capacidades/competências cognitivas que lhes despertarão o interesse para participar do processo da construção/constituição do seu conhecimento (NUNES, 2018).

Com o processo de globalização, cada vez mais cedo todos os sujeitos, dentre elas as crianças entram em contato com o mundo letrado pelas mídias digitais e a partir desta perspectiva, no panorama atual, as crianças nascem imersas em uma cultura em que não se vive mais sem tecnologia. E quando bem aplicadas e planejadas as mídias digitais enquanto colaboradoras do desenvolvimento das crianças podem ser idealizadas como indispensáveis ao processo ensino aprendizagem, não tão somente para a vivência em sociedade, como também no cotidiano docente\discente, desde que adotadas todas as medidas imprescindíveis de orientação e cuidado acerca dos riscos (PINHEIRO, 2019).

Nesse caso o profissional da Educação Infantil, cabe o papel de concretizar propostas pedagógicas com as mídias digitais que fundamentem a aprendizagem para a orientação,

mediação e para o desenvolvimento do ensino, buscando novas possibilidades de aprendizagens para os discentes, de maneira interativa, com variedade de intencionalidades pedagógicas. Afirma-se, que para o domínio dessas propostas didático/pedagógico é cabível a inserção dos professores em cursos de formação voltados para o trabalho com as mídias digitais na Educação Infantil (PINHEIRO, 2019).

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

IMPLANTAÇÃO DAS POLÍTICAS DOS DIREITOS DA CRIANÇA À EDUCAÇÃO

A produção e implantação das políticas devem acontecer de forma pronunciada entre o governo e a sociedade civil, nas três esferas do Estado, respeitando as particularidades das capacidades de cada uma das partes; a relação entre os poderes Executivo, Legislativo e Judiciário. Entretanto, o Poder Público, quando se renúncia de executar, total ou parcialmente, o dever de implementar políticas públicas determinada no próprio texto constitucional, posterga, com esse comportamento negativo, a integridade da Lei Fundamental. A inatividade estatal em executar as imposições constitucionais alusivas à Educação Infantil traduz inadmissível gesto de desprezo pela autoridade da Constituição e caracteriza, por isso mesmo, um comportamento que deve ser evitado. As formas de educar as crianças sempre foi campo de disputas em um sistema de relação/analogias de poder e, por isso mesmo, os direitos sociais conquistados carecem serem reiterados para que não desapareçam (CARVALHO; GUIZZO, 2018).

Incide que nada se desponta mais danoso, ameaçador e ilegítimo do que elaborar leis direcionadas à asseveração da educação, sem a pretensão de fazê-las cumprir integralmente, ou, então, de tão somente executá-las com o desígnio subalterno de torná-las aplicáveis apenas nos pontos que se mostrarem ajustados à conveniência e aos propósitos dos governantes; em prejuízo/perda dos interesses dos cidadãos. Em muitas das vezes, é necessária a intervenção do Poder Judiciário, com a finalidade de se assegurar a prática da implementação de políticas governamentais asseguradas e determinadas no texto constitucional, especialmente na área da Educação Infantil, com a qual se tem por objetivo paralisar as implicações nocivas e perversas, que, provocados pela omissão estatal, nada mais

exprimem senão inadmissível insulto aos direitos básicos que a própria Constituição da República garante à generalidade da criança (MENDES; AZEVEDO, 2018).

Segundo Pereira (2021), no Brasil constitui dever do Estado não tão exclusivamente afiançar a acessibilidade à educação, como também propiciar e possibilitar condições necessária para que a criança seja respeitada em suas particularidades/especificidades. A consolidação se dá através de espaços adaptados e docentes com formação adequada à faixa etária dos educandos.

A Educação Infantil desde sua implantação se fundamenta na ferramenta propulsora da boa aprendizagem. Segundo o documento da Política Nacional de Educação Infantil frequentar uma instituição de Educação Infantil – creche ou pré-escola – é relevante para o desenvolvimento da criança, pois nesses ambientes a criança tem a oportunidade de conviver com outras crianças sob a responsabilidade de profissionais especializados em educação infanto-juvenil. Tão propositiva é essa fase da educação, que a estipulação da presunção de currículo ajustado/adequado para essa etapa/modalidade tornou-se um campo de disputas e embates (BRASIL, 1994). Mediante esse pressuposto, uma concepção curricular isenta de relações de poder culmina por não existir, dado que o currículo é um campo que cria e produz significados alinhados diretamente com as estruturas humanas, com o que os seres humanos vão se tornando e o que se tornarão no futuro.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC), constituem-se em ser normativas que determinam o conjunto de aprendizagens basilares a ser desenvolvidas por todos os discentes no decorrer da Educação Básica, de modo que tenham garantidos seus direitos de aprendizagem e de desenvolvimento cognitivo. Sobre o contemporâneo formato proposto para a educação através da aprovação e implementação da BNCC, relata que o novo contorno sugerido para a educação ganhou alento por meio da vontade de grupos políticos e empresários que estruturaram tais reformas da educação básica e do ensino médio em favor das aspirações neoliberais, os quais avigoraram por jurisdições e aptidões que determinam um padrão de identidade para o indivíduo que é formado em prol do mercado de trabalho (SOUZA et al., 2019).

A Constituição Federal de 1988, afiança que a educação é um direito individual, devendo ao Estado e da família garanti-la, sendo está também um direito público difuso (BRASIL, 1988).

Quadro 1 Ordenamento jurídico fundamentado para as crianças de 0 a 6 anos de idade:

Instrumentos legais	Conteúdo da lei
Constituição da República Federativa do Brasil –1988	Art. 6º – “São direitos sociais: a educação, a saúde, [...] proteção a

	<p>maternidade e a infância, a assistência aos desamparados na forma desta Constituição”.</p> <p>Art. 208 [...] IV – “O dever do Estado com a educação será efetivado mediante garantia de [...]atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade”.</p> <p>Art. 211 – “A União, os Estados, o Distrito Federal e os Municípios organizarão, em regime de colaboração, seus sistemas de ensino”.</p> <p>[...] II – “Os Municípios atuarão, prioritariamente, no ensino fundamental e na educação infantil”.</p> <p>Art. 227- “É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda a forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.</p>
Estatuto da Criança e do Adolescente ECA – 1990	<p>Art. 53 – “A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho, assegurando-se-lhes:</p> <p>I- Igualdade de condição para o acesso e permanência na escola;</p> <p>[...] V – acesso à escola pública e gratuita próxima de sua residência.</p> <p>Art. 54 – É dever do Estado assegurar a criança à criança e ao adolescente:</p> <p>[...] IV – “atendimento em creche e pré-escola às crianças de 0 a 6 anos de idade”.</p>
Lei Orgânica da Assistência Social – 1993	<p>Art. 2º “A Assistência Social tem por objetivo: I) proteção à família, à maternidade, à velhice; II) o amparo a crianças e adolescentes carentes”.</p>
Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB (Lei nº 9.394/96)	<p>Art. 4º [...] “IV atendimento gratuito em creches e pré-escolas às crianças de 0 a 6 anos de idade”.</p> <p>Art. 21 – “A educação escolar compõe-se de: 1. Educação Básica, formada pela Educação Infantil, Ensino Fundamental e Médio”.</p> <p>Seção II [...]</p> <p>Art. 29 – “A educação infantil, primeira etapa da educação básica, tem como finalidade o desenvolvimento integral da criança”.</p> <p>Art. 30 – “A educação infantil será oferecida em:</p> <ul style="list-style-type: none"> • creches, ou entidades equivalentes, para crianças de 0 a 3 anos de idade; • pré-escolas, para crianças de 4 a 6 anos. <p>Art. 31 – “Na educação Infantil a avaliação far-se-á mediante acompanhamento e registro do seu desenvolvimento, sem o objetivo de promoção, mesmo para o acesso ao ensino fundamental”.</p>

Fonte: Constituição da República Federativa do Brasil – 1988; ECA; LDB.

Em conjuntura com os mecanismos acima mencionados abrem-se as portas da escola pública fundamental a todos os brasileiros, para que nenhuma criança, jovem ou adulto deixe de estudar por falta de vaga. Salienta-se que exigibilidade do ensino obrigatório é no Brasil reforçada na Lei de Diretrizes e Bases/96, quando afirma que “qualquer cidadão, grupo de cidadãos, associação comunitária, organização sindical, entidade de classe ou outra legalmente constituída, e, ainda, o Ministério Público, pode acionar o Poder Público para exigi-lo” (BRASIL, 1996, Art. 5º).

O DIREITO À EDUCAÇÃO INFANTIL NO BRASIL

Defender a implantação da Educação Infantil no Brasil como um direito significa compreendê-la como um fenômeno social e político, resultado de lutas históricas e pressões da classe trabalhadora, as quais englobam procedimentos contraditórios, uma vez que a garantia judiciária não significa, precisamente, a concretização desses direitos. Por não ser algo dado, segundo determina a Declaração Universal dos Direitos Humanos, nem espontaneamente intrínseca aos sujeitos, deriva de disputas sociais que a partir de grandes tensões conseguem estabelecer essas demandas (FALEIROS, 2018).

O princípio do atendimento estatal às crianças na primeira infância (0 a 6 anos) no Brasil remonta ao final do século XIX, onde o modelo de creches da Europa ocidental foi integrado no país, ofertando cuidados às crianças abandonadas, órfãs ou desamparadas. No entanto, no decorrer desse período e em boa parte do século XX esses locais tinham um caráter assistencial, vislumbrando nomeadamente o cuidado físico, a alimentação, a saúde e a formatação de bons hábitos de higiene (BIANCHESSI, 2020).

Destaca-se que a Educação Infantil foi constituída como um direito fundamental e uma obrigação do Estado tão-somente após a redemocratização (1985) do país, com a promulgação da Constituição Federal de 1988 (BRASIL, 1988). No seu artigo 208, incisos I e IV, a Constituição afirma como dever do Estado afiançar a educação básica obrigatória dos 4 aos 17 anos de idade e a Educação Infantil às crianças de até 5 anos de idade.

De acordo com os dispositivos constitucionais, o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) determina que toda criança e adolescente tem direito à educação vislumbrando o seu integral desenvolvimento e preparo para o exercício da sua cidadania. Deste modo, é assegurado a acessibilidade à escola pública e gratuita, a igualdade de condições para o acesso e permanência na escola, bem como, o direito de ser respeitado por seus discentes e o atendimento em creches e pré-escolas para crianças até 5 anos de idade, no caso da Educação Infantil (BRASIL, 1990).

Mediante a isso, em 2014 aprovou-se o Plano Nacional de Educação (PNE) a partir da Lei nº 13.005/2014, que estabelece metas para a educação brasileira e suas concernentes estratégias, com validade por 10 anos. Para o período compreendido entre 2014 a 2024. Designadamente para Educação Infantil, o Plano Nacional de Educação determinou como meta a universalização da pré-escola para as crianças de 4 a 5 anos de idade e o acréscimo da oferta de creches de maneira a atender, no mínimo, 50% das crianças de até 3 anos (BRASIL, 2014).

No entanto, segundo balanço concretizado pela Campanha Nacional pelo Direito à Educação em 2020, cerca de 85% das metas estabelecidas no PNE não serão cumpridas até o final de sua vigência. O que se observa, é que até o momento, nenhuma das 20 metas foram cumpridas totalmente, sendo que segundo os estudos efetivados tão somente 4 apresentam status de cumprimento parcial.

A despeito dos retrospectos da educação no Brasil, como expressa o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), o processo educativo possui um papel basilar no preparo de cada sujeito para o exercício da sua cidadania. Visto que a educação básica e as ferramentas de ensino aprendizagem possibilitam/permitem que as crianças sejam atores sociais, influenciando e sendo influenciadas pelo ambiente em que se encontram inseridas (BRASIL, 1990).

Segundo Brasil (1990), como atores sociais as crianças não são tão somente adultos em fase primeira da vida, mas sujeitos que participam do contexto em que estão inseridas, se inter relacionando com os aspectos sociais, culturais, políticos e econômicos da sociedade.

Dessa forma, ao se considerar a cidadania como a participação ativa/produzida de um indivíduo na sociedade, como sujeito de direitos e deveres, a Educação Infantil se torna uma proeminente ferramenta de formação cidadã. Fator esse, porque ao educar crianças em seus estágios iniciais da vida, é admissível trabalhar na ascensão de valores e princípios basilares de conscientização social, como solidariedade, justiça, empatia e respeito. É viável salientar que o jardim de infância (pré-escola), ou seja, a Educação Infantil, propicia uma das primeiras experiências democráticas da vida humana (BIANCHESSI, 2020).

Em toda parte do mundo o direito à educação em sua amplitude e verdadeira efetividade instiga a criança a conseguir alcançar seus objetivos e a ter sucesso em seu procedimento de ensino aprendizagem e continuidade, por isso, essa ação carece de estar presente em seu cotidiano escolar e familiar, pois engloba atenção, respeito, interesse e compromisso do Estado. A performance ou envolvimento do poder judiciário na asseveração do direito social à educação é uma forma de garantir que as políticas públicas venham ao encontro das aspirações sociais, tornando admissível o acesso ao direito de ter igualdade de oportunidades e concretizando-se no ingresso de novos valores e atitudes comportamentais (PEREIRA, 2021).

POSSIBILIDADES E DESAFIOS NO USO DAS MÍDIAS DIGITAIS NA EDUCAÇÃO INFANTIL

Segundo Silva (2021), a criança pode ser idealizada como um ser histórico e social, que cotidianamente se comunica e participa de forma coletiva e interage ativamente no meio onde se encontra inserida. A partir deste pressuposto, este sujeito não pode ser ponderado como um indivíduo uniforme, pois é membro de classes sociais, etnias, raças, gênero e regiões diversas, o que lhes proporciona saberes/conhecimentos de ver e sentir o mundo de forma abalizada/diferenciada uma da outra. Frente a tais informações cada espaço social e cultural tem a tendência a adotar uma concepção de infância própria. Em consonância com a autora acima mencionada a escola, e no caso os profissionais da Educação Infantil necessitam de buscar inovar sempre suas metodologias pedagógicas, visto que esta tem o papel fundamental e estrutural de orientar, criticamente, as crianças, jovens, bem como os adultos, na busca de informações que os faça crescer intelectualmente. Deste modo, acredita-se que a educação tecnológica deve começar a partir da Educação Infantil, e a escola necessita propiciar a seus discentes uma formação significativa.

É admissível esclarecer que as mídias digitais não são tão somente equipamentos e aparelhos, são aparelhamentos que correspondem a um universo de elementos inventados pelo cérebro humano nos diferentes períodos, com distintas maneiras de uso e aplicabilidade tanto em sociedade como no meio educacional. A peculiaridade básica para que suceda a aprendizagem relevante no âmbito escolar da Educação Infantil, e que ao planejar o docente tome cuidado para que o relacionamento entre o novo item a ser aprendido e os artigos relevantes de estrutura cognitiva, não sejam aleatórios ou não sigam princípios lógicos, mas sim, siga critérios pré-estabelecidos pelo currículo escolar (GOMES, 2018).

Com a utilização das mídias digitais a escola estará formando sujeitos mais criativos e inventivos os quais em seu cotidiano estarão adquirindo novos conhecimentos e interagindo-se com um novo modo de aprender e de integrar-se com a sociedade. Para que os discentes obtenham os conhecimentos necessários no processo ensino aprendizagem propiciados por intermédio das mídias digitais, cabe ao docente propor atividades pedagógicas/educativas que possibilitem aprendizagens significativas, cooperando para o processo de desenvolvimento cognitivo dos estudantes de forma autônoma, dinâmica e participativa, por meio de ações pedagógicas coesas e de situações de troca de saberes (LIBÂNEO, 2017).

Libâneo (2017), assegura que as mídias são recursos preponderantes para o processo do aprender, fundamentando-se como um proeminente instrumento na educação, seja, ela na infantil ou nas demais modalidades de ensino, sendo um referencial e portador para professores e alunos de informações, novos conceitos adquiridos, sentimentos diversos, capacidades cognitivas e modelo de aquisição de linguagem. Especifica-se ser um recurso extraordinário a ser utilizado pelos docentes para ensinar a criança na Educação Infantil a pensar, a aprender, a refletir, a analisar e a resolver situações problemas que possam surgir na esfera educacional e social.

Mediante isto, aponta-se que as mídias digitais se estruturam em ser importantes mecanismos de educação, comunicação, socialização e entretenimento, elementos formatadores de uma infância saudável. Assim sendo, o trabalho pedagógico mediado por intermédio das mídias digitais indica as facilidades e a formalização da educação, através do uso dessas ferramentas, é possível despertar o interesse das crianças 4 e 5 anos pelos estudos (TV, DVDs, computadores, câmeras digitais, aparelhos celulares, etc.) e através deles transmitir os conhecimentos e conteúdos da ação pedagógica (NUNES, 2018).

Para Nunes (2018), as mídias digitais nos tempos atuais tem sido responsáveis por importantes transformações no processo de ensino aprendizagem das crianças da Educação Infantil, pois, diferentemente dos alunos de outrora os atuais nascem em um mundo informatizado, onde o futuro está cada vez mais presente, e as crianças tem pleno acesso às tecnologias, mundo tecnológico onde as mídias têm enormes influências. Deste modo, a escola não deverá lidar apenas com informações prontas, acabadas, mas necessitará preocupar-se mais com a capacidade do aluno da Educação Infantil em aprender. A função das escolas e dos professores é possibilitar a inclusão do meio midiático nas brincadeiras do dia-a-dia da criança, é reinventar as práticas pedagógicas, utilizando-as de forma que as crianças possam aprender igualmente ou de forma similar. Portanto, analisa-se que as mídias se apresentam como soluções proeminentes para o desenvolvimento sócio afetivo da criança e no seu processo de ensino aprendizagem.

Inserir a educação midiática na Educação Infantil significa também ampliar o campo da comunicação do educando, acrescentar informações e conhecimentos à sua área cognitiva, nesta perspectiva, o professor estará colocando a mídia em contato com a realidade do aluno, trazendo-a para dentro da sala de aula, para discutir e transformar as mídias em um uma estratégia de formação e informação. As mídias educativas, quando ministradas com sabedoria tem como seu objetivo maior atender as atividades curriculares ou extracurriculares, e devem ser utilizadas como um meio de estimular e desenvolver as funções intelectuais dos

alunos na Educação Infantil, se forem introduzidas num contexto de atividades que desafiem o aluno, ou grupo destes, em seu crescimento intelectual funcionará eficazmente como instrumento pedagógico no processo de ensino aprendizagem. Porém, quando usado de forma incorreta, pode ocasionar influências negativas como o consumismo infantil (MELLO, 2020).

Em consonância com os estudos efetivados o papel do professor é ser o mediador de aprendizagens conceituais com metodologias inovadoras, sendo que isto não priva esse profissional de nenhuma de suas funções, mas sim, o auxilia no processo. Para tanto, é significativo e eficaz motivar esse profissional a se capacitar, mostrando-lhes que as mídias não devem ser concebidas como um passa tempo, mas sim, como um método pedagógico muito importante para o desenvolvimento cognitivo dos alunos na Educação Infantil. Adotar as mídias digitais como estratégia de trabalho pedagógico não constitui deixar de lado as antigas didáticas e pedagogias utilizadas em sala de aula tais como: o diálogo e o quadro negro, etc. Ao atualizar-se com os novos recursos para o aprendizado dos alunos, os docentes estarão fazendo a junção entre o antigo e o moderno e isso possibilitará trazer mais conhecimento para os alunos (FALEIROS, 2018).

Um conteúdo trabalhado em sala de aula na Educação Infantil através das mídias digitais ajudará aos alunos a assimilar com mais facilidade os conteúdos e objetivos propostos, de forma lúdica a aprendizagem da criança acontece de maneira mais fácil e acessível. No entanto, antes desse profissional inserir as mídias digitais em sala de aula, é de suma relevância realizar um estudo sobre elas, e colocá-las na proposta pedagógica a partir disto, pois, para beneficiar o aprendizado dos alunos, esses recursos não podem ser empregados como passa tempo em sala de aula, quando bem aproveitados, os mesmos trazem inúmeros melhoramentos pedagógicos para as aulas, oportuniza mais aprendizado e alegria a vida escolar dos alunos de 4 e 5 anos da Educação Infantil (LIBÂNEO, 2017).

OS BENEFÍCIOS DAS MÍDIAS DIGITAIS NO DESENVOLVIMENTO DAS CRIANÇAS DE 4 E 5

Nunes (2018), afirma que como ferramenta de inclusão social, a mídia digital adquire o papel de agregadora da cidadania dos indivíduos, garantindo a acessibilidade à informação e abrandando as despesas dos meios de produção multimídia por meio de instrumentos que majoram o potencial sociocultural do cidadão. Segundo o autor se a criança na esfera educacional é idealizada como cidadão, um emissor, um receptor de saberes e informações,

um consumidor, seres humanos que estão ao mesmo tempo em sociedade e em rede, necessita que a escola seja então o espaço para essa revolução.

Já Gomes (2018), pondera que as mídias digitais inseriram no universo das crianças da Educação Infantil uma nova cor, uma nova conceituação de brincar e de aprender. Segundo o autor com a inserção destes recursos tecnológicos nas salas de aulas os discentes passam a usar as tecnologias, para jogar, assistir vídeos, ouvir músicas, ver e tirar fotos, o que termina por instigar os sentidos, auxiliando no desenvolvimento mental e também na ampliação da oralidade. Ainda segundo a autora, alguns aplicativos digitais podem cooperar para o desenvolvimento das competências cognitivas dos educandos, amparando profissional da educação no aprendizado de cores, nas formas, na coordenação motora e no processo de alfabetização destes.

Neste contexto, pode-se perceber que o papel das mídias digitais no ambiente educativo infantil é o de beneficiar o organismo de conhecimento das crianças, de forma que estas auxiliem no embasamento de um novo modelo de ensino. Sendo assim, os estudos mostram que a educação deve ser consolidada de forma colaborativa e participativa, procedimento através do qual o discente será estimulado a se tornar sujeito atuante no processo do aprender, uma vez que este, como nativo digital, tem habilidades acumuladas para usá-las e facilidade para se relacionar com seus pares através das novas mídias (BRASIL, 1998).

Sendo assim, é primordial que o professor aprenda a lidar com as mídias digitais na Educação Infantil, com fins de promover a interatividade, a inclusão e a aprendizagem na esfera escolar. Nessa modalidade de ensino o uso dessas tecnologias precisa ter um caráter educativo, deste modo é importante serem inseridas no Projeto Político Pedagógico da escola, uma vez que as mídias digitais não devem ser percebidas como ferramentas, mas como proposta pedagógica, cooperando para aprendizagens relevantes e socialmente significativas (PINHEIRO, 2019).

Na Educação Infantil o docente deve selecionar programas educativos e atividades pedagógicas que proporcionem o conhecimento pedagógico das crianças, pois, em sala de aula materiais didático\pedagógicos de estímulo-resposta, se não forem trabalhados adequadamente contribuirão para um retrocesso no desenvolvimento das crianças. Para tanto, o educador deve constantemente pesquisar e oportunizar processos de exploração e utilização de materiais de aprendizagem de referência significativa para as crianças. Caso contrário, estará colaborando para a promoção de uma aprendizagem apática desprovida de sentidos

para seus alunos. No ambiente escolar a criança precisa ser cotidianamente estimulada aprender e a encontrar respostas diversas e espaço para a criação (PINHEIRO, 2019).

No âmbito escolar quando a criança tem oportunidade de estar em contato com contextos de aprendizagem diversificados, e em consonância com seus interesses, motivações e necessidades, os procedimentos de aprendizagem e desenvolvimento são enriquecidos e alcançados com mais facilidade. Sendo assim, é inegável observar que os discentes da Educação Infantil aprendem muito mais e de forma mais eficaz quando os docentes fazem uso dos recursos midiático existentes na instituição escolar, processo esse sempre planejado e executado de maneira integrada com outras atividades (GOMES, 2018).

Nas instituições escolares as crianças da Educação Infantil ao serem colocadas em contato com as mídias digitais estas exploram, experimentam, e descobrem um mundo de novas informações. Deste modo, é possível perceber a importância desses mecanismos no desenvolvimento e aprendizado delas. Gomes (2018), garante que nos dias atuais o quadro, o giz, o caderno, o lápis e os livros, não são mais os únicos materiais escolares apropriados para alfabetizar as crianças. Ao abordar o papel das mídias na educação, destaca que a escola não pode mais ficar à margem do avanço tecnológico, sendo que o uso crítico e construtivo das mídias digitais deve ocorrer o quanto antes, ou seja, a partir da Educação Infantil.

METODOLOGIA

Esta investigação é resultante de pesquisa bibliográfica, fundamentada a partir de periódicos encontrados no SciELO e Google Acadêmico, com páginas somente em português e filtrados com as palavras-chaves definidas como os descritores da busca tais como: “Educação Infantil”, “Direitos da criança” “Mídias Digitais”, “Educação”, e “Ensino e aprendizagem”. Para a seleção dos artigos e livros usou-se como critérios os publicados entre 2016 e 2023, e em seguida a esse procedimento os dados e informações coletadas foram devidamente avaliados de modo descritivo.

A pesquisa foi realizada entre os dias 01 e 21 de junho de 2023, a partir de referências já publicadas por diferentes autores, com os quais pode-se localizar materiais que discorrem sobre a temática em estudo.

CONCLUSÃO

A partir dos conhecimentos constituídos concernentes à influência das mídias digitais na Educação Infantil, discorre-se que esses instrumentos são preponderantes no procedimento de constituição dos conhecimentos, e que suas benfeitorias são concretas/reais e consistentes quando trabalhado de forma correta.

É importante especificar que a educação escolar tem vivificado procedimentos de transformações, em função das novas e diversificadas mídias digitais. Aspecto que fundamenta que as escolas repensem suas práticas pedagógicas/educativas, e que as atividades sejam atualizadas nos sistemas de ensino. Na Educação Infantil, bem como, nas demais modalidades de escolaridade, as crianças precisam ter acesso a variadas técnicas e estratégias de aprendizagem, sendo que por intermédio delas os conteúdos podem se tornar mais concretos e acessíveis. Nesse caso, os profissionais da educação devem estar atentos às novas tecnologias e estar em constante aperfeiçoamento de seus conhecimentos para então, poder aplica-los adequadamente em sala de aula.

Deste modo, é preponderante que os docentes trabalhem com essa nova possibilidade pedagógica, a fim de despertar nas crianças atendidas na Educação Infantil, a curiosidade, a capacidade criadora e a construção do conhecimento. Com o emprego das mídias digitais no âmbito escolar os professores e alunos dessa modalidade de ensino poderão compartilhar, coletivamente, o seu ingresso, a seleção, a agregação e a constituição do conhecimento instituída a partir desse importante recurso.

No processo do aprender as mídias digitais concebidas na sociedade hodierna como grandes aliadas do professor, por colaborarem nas modificações do universo de aprendizagem dos alunos, pois possibilitam uma aprendizagem mais autônoma, transformando o aluno em agente de sua aprendizagem, fazendo com que essa se torne mais significativa, ampliando as habilidades do pensar.

No entanto, para que o desenvolvimento cognitivo dos discentes verdadeiramente aconteça com sucesso é necessário equipar as escolas com as mídias digitais e também, criar mecanismos para que o docente esteja preparado para desenvolver esse trabalho, pois é necessário vincular e unir os objetivos didáticos\pedagógicos às tecnologias com fins de desenvolver novas aprendizagens.

As investigações culminaram por elucidar que as práticas pedagógicas mediadas pelos componentes tecnológicos atraem sobremaneira a atenção das crianças e contribui de forma significativa no processo de ensino/aprendizagem. Entretanto, alinhar as mídias ao

processo de ensino, ainda se apresenta como um paradigma a ser superado pelos profissionais da educação, pois este se formata como sendo a promoção entre a cultura escolar e as práticas socioculturais das crianças com as mídias. Portanto, é possível afirmar que as mídias digitais permitem que os saberes sejam (re)construídos a partir de distintas óticas educativas e auxiliam as crianças a enveredar por novos caminhos, para melhor desvendar um mundo de conhecimentos que não se encontra somente no espaço físico da escola, mas que também pode ser acessado por meio das tecnologias.

REFERÊNCIAS

BIANCHESSI, C. **Cidades educadoras: conceitos e perspectivas**. Curitiba: Contentus, 2020.

BRASIL. **BNCC - Base Nacional Comum Curricular. Educação é a base**. 2017 Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/a-base>>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. Ministério da Educação; Secretaria de Educação Básica. **Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil**. Brasília: MEC; SEB, 2010.

BRASIL. Câmara dos Deputados. Plano Nacional de Educação 2014-2024. **Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014**. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Imprensa Oficial, 1988. Disponível em: https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/518231/CF88_Livro_EC91_2016.pdfA. Acesso em: 21 de junho de 2023.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei Federal nº 9.394. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional**. 20 de dezembro de 1996.

BRASIL. Ministério da Educação. **Política Nacional de Educação Infantil**. Brasília: MEC/SEF/DPEF/COEDI, 1994.

BRASIL. **Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA)**, 1990. Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990. Presidência da República. Casa Civil. Subchefia para Assuntos Jurídicos.

CARNEIRO, M. A. B. **Educação Infantil e políticas públicas no Brasil: visões e reflexões**. Revista on line de Política e Gestão Educacional, São Paulo, v. 24, n. esp. 2, p. 946-960, 2020.

CARVALHO, R. S. GUIZZO, B. S. **Políticas de Educação Infantil: conquistas, embates e desafios na construção de uma pedagogia da infância**. Revista Educação Pública, Cuiabá, v. 27, nº 66, p. 771-791, 2018.

FALEIROS, V. P. **Infância e processo político no Brasil**. In: RIZZINI, I.; PILOTTI, F. (Org.). *A arte de governar crianças: a história das políticas sociais, da legislação e da assistência à infância no Brasil*. 2. ed. rev. São Paulo: Cortez, 2018.

MENDES, B. F.; AZEVEDO, H. H. O. **Educação infantil: da medicalização à judicialização do atendimento em creches**. *Revista Educação Popular, Uberlândia*, v. 16, nº 2, p. 82-94, 2018.

MELLO, C. M. **Educação 5.0: educação para o futuro**. Rio de Janeiro: Freitas Bastos, 2020.

PINHEIRO, R. C. **Conceitos e modelos de letramento digital: o que escolas de ensino fundamental adotam? Linguagem em (Dis)curso**, 18(3), 603-622. 2019. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/1982-4017-180309-13617>. Acesso em: 21 de junho de 2023.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA EDUCAÇÃO CIÊNCIA E CULTURA (UNESCO). **Declaração Universal dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: http://www.dhnet.org.br/direitos/sip/onu/c_a/lex41.htm. Acesso em: 21 de junho de 2023.

**IMPACTO DE AÇÕES INTEGRADAS DO DEPARTAMENTO DE SAÚDE –
FAI: UMA ANÁLISE E ACOMPANHAMENTO EM SAÚDE OCUPACIONAL
DOS COLABORADORES DA EMPRESA REGRA LOGÍSTICA E
DISTRIBUIÇÃO**

*IMPACT OF INTEGRATED ACTIONS OF THE DEPARTMENT OF HEALTH - FAZ:
AN ANALYSIS AND FOLLOW-UP ON OCCUPATIONAL HEALTH OF EMPLOYEES
OF THE COMPANY REGRA LOGISTICS AND DISTRIBUTION*

Francielle Moreira Rodrigues¹, Vanessa Gabriela Gonzales Marques², Leopoldo Vieira de Azeredo Bastos³, Daniela Soares Rodrigues⁴

RESUMO

A saúde do ocupacional está diretamente relacionada a múltiplos fatores e mecanismos de ação que interferem diretamente na qualidade de vida do colaborador. Pensando nisso o Departamento de Ciências da Saúde da Faculdade de Iporá– FAI com a junção dos cursos oferecidos por esta instituição na área da saúde realizaram um trabalho de atendimento, análise e acompanhamento dos colaboradores na empresa ReGra Logística em Distribuição de Iporá/GO. Objetivo: analisar e acompanhar o estado geral de saúde dos colaboradores desta empresa. Métodos: Estudo transversal, quantitativo e descritivo com aplicação questionário incluso nas fichas de saúde ocupacional que contempla diferentes variáveis de saúde, sendo estas: hábitos de vida, padrão de sono e repouso, alimentação, sinais vitais e triagem em saúde bucal. O levantamento dos dados e acompanhamento dos colaboradores ocorreu nos meses de abril a junho de 2023. Os dados obtidos através desta ação integrada do Departamento de Saúde – FAI, foram tabulados e analisados no Software Excel 2016, sendo aplicada estatística inferencial para a descrição dos resultados. Foram avaliados 52 colaboradores ativos, de forma voluntária, a maioria do sexo masculino (98%), lotados no cargo do administrativo, apoio logístico e distribuição.

Palavras-chave: Saúde. Colaborador. Análise. Acompanhamento.

ABSTRACT

Occupational health is directly related to multiple factors and mechanisms of action that directly interfere with the employee's quality of life. With that in mind, the Department of Health Sciences at Faculdade de Iporá –FAI, together with the courses offered by this institution in the area of health, carried out a service, analysis and monitoring of employees at the company Regra Logística e Distribuição in Iporá/GO. Objective: to analyze and monitor the general health status of employees of this company. Methods:

Cross-sectional, quantitative and descriptive study with the application of a questionnaire included in the occupational health records, which includes different health variables, namely: lifestyle, sleep and rest patterns, diet, vital signs and oral health screening. Data collection and monitoring of collaborators took place from April to June 2023. The data obtained through this integrated action of the Department of Health - FAI, were tabulated and analyzed in Excel 2016 Software, applying inferential statistics to describe the results. A total of 52 active employees were evaluated, on a voluntary basis, most of them male (98%), assigned to the position of administrative technician, resale and distribution.

Keywords: Health. Collaborator. Analysis. Follow-up.

INTRODUÇÃO

A saúde e segurança ocupacional dos colaboradores têm sido um tema relevante para as empresas atualmente. O número de acidentes de trabalho e a cultura global atual faz com que seus esforços não sejam somente em competitividade e lucro, e sim em segurança dos seus colaboradores.

As mudanças no contexto global e tecnológico impactaram tanto as organizações, como os colaboradores e o meio-ambiente. Dentre essas mudanças, o que se destaca mais são os acidentes de trabalho, que juntamente com as doenças ocupacionais são uma grande preocupação para os trabalhadores, o governo e as empresas. Tais situações despertaram nas empresas uma necessidade de buscar atitudes de maior protagonismo no que se trata de segurança e a saúde dos trabalhadores.

O ambiente de trabalho é tido como um local favorável para a promoção da saúde e deve incentivar os trabalhadores a fazerem escolhas de hábitos de vida saudáveis (GURGEL, 2019).

A avaliação da qualidade de vida dos colaboradores de uma empresa se tornou importante para verificar fatores intervenientes em seus domínios físico e mental. A qualidade de vida do trabalhador ultrapassa o próprio trabalho. Estes incluem também outros fatores individuais, como: saúde, comportamento e sociais. Outras questões que interferem diretamente no trabalho desempenhado são: condições físicas, mentais, emocionais, econômicas, ambientais e sociais (PIMENTA, et al. 2019).

As características do trabalho e o próprio ato de produção ocupacional podem refletir na saúde do trabalhador. Portanto, tanto o colaborador que pertence a cargos administrativos como os envolvidos em trabalhos braçais, está exposto a riscos ocupacionais de diversas origens, e o que se tem percebido é uma mobilização no

sentido de incentivar a prática hábitos saudáveis, pois são inúmeros os benefícios de uma vida ativa (FRANÇA, et al. 2020).

Diversos são os benefícios para a empresa que adota um programa de saúde ocupacional eficaz, além da prevenção de inúmeros imprevistos relacionados as atividades laborais, a empresa reduz significativamente níveis de insatisfação dos colaboradores, aumentando automaticamente os níveis de produtividade.

A empresa Regra Logística em Distribuição de Iporá é uma empresa que vem implantando práticas positivas de segurança e saúde ocupacional em uma junção de sucesso entre o Departamento de RH e a parceria com Departamento em Ciências da Saúde da Faculdade de Iporá - FAI.

MATERIAIS E MÉTODOS

Estudo com delineamento transversal descritivo, envolvendo a obtenção de dados resultantes do preenchimento de uma ficha de saúde ocupacional. Tal ação foi realizada pelo Departamento de Ciências da Saúde da FAI- Faculdade de Iporá na empresa Regra Logística e Distribuição, envolvendo diretamente os cursos da saúde: Enfermagem (nível técnico e superior) Farmácia/ Psicologia/ Odontologia.

A FAI é uma instituição de ensino superior localizada no município de Iporá/GO, especializada na oferta de educação profissional e tecnológica em diferentes modalidades de ensino, com base na conjugação de conhecimentos técnicos e tecnológicos, dispondo de infraestrutura adequada ao desenvolvimento de suas atividades educacionais na área da saúde e empreendedorismo.

Dos 86 colaboradores que atuam na empresa Regra Logística em Distribuição de Iporá, obteve-se uma amostra composta por 52 colaboradores que aceitaram participar de forma voluntária desta pesquisa e estavam disponíveis nos horários pertinentes a ação.

Dentre os critérios de inclusão, foram incluídos neste estudo todos os colaboradores devidamente contratados pela empresa que atuam nos turnos diurno e noturno em setores administrativos, apoio logístico e distribuição. Foram excluídos da pesquisa os colaboradores que atuam em rotas externas e que nos momentos das ações não estavam na empresa em questão. Após a assinatura do TCLE os dados foram coletados nas dependências da empresa adaptada para esse fim respeitando-se o sigilo

e a descrição profissional. Esta pesquisa levou em consideração os aspectos éticos, respeitando o sigilo de dados pessoais dos colaboradores.

A coleta de dados se deu de abril a junho de 2023, foram levantadas questões relacionadas a hábitos de vida, histórico patológico pregresso, estado de saúde atual, uso de medicamentos, sedentarismo, alimentação e questões relacionadas a comportamento.

Para condução prática dessa ação foram usados como materiais específicos: balança, esfigmomanometro, estetoscópio, oxímetro de pulso, álcool 70%, algodão, glicômetro, macro modelo odontológico e impressos (fichas).

Os dados foram tabulados e analisados no Software Excel 2016 sendo aplicada estatística inferencial descritiva para a descrição dos resultados.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram realizadas um total de seis momentos de avaliação da saúde física, mental e bucal destes colaboradores, sendo que não foi possível atender a todos nestas ocasiões por questões de escala de trabalho. Constatou-se que a maior parte da amostra (98%) eram do sexo masculino. A empresa conta atualmente com total de 13 (100% aderiram ao estudo) profissionais atuantes no setor financeiro, sendo que (53,8%) destes tem acima de 5 anos de trabalho nesta empresa, (23,7%) ainda não completou 1 ano de trabalho e (15,3%) tem entre 2 e 5 anos de empresa. Também participaram da pesquisa 13 profissionais no apoio logístico (100% aderiram ao estudo) sendo que (2,5%) destes tem acima de 5 anos de trabalho nesta empresa, (2,5%) ainda não completou 1 ano de trabalho e (50%) tem entre 2 e 5 anos de empresa, enquanto na distribuição tivemos uma amostra de 24 profissionais (55,8%) do total de 43 colaboradores registrados. Destes (45,9%) destes tem acima de 5 anos de trabalho nesta empresa, (25,3%) ainda não completou 1 ano de trabalho e (29,4%) tem entre 2 e 5 anos de empresa.

A coordenação e os acadêmicos do curso de graduação em Enfermagem juntamente com os alunos do curso técnico em enfermagem estiveram presentes em todas as fases desta ação em saúde ocupacional, realizando anamnese, mensuração de sinais vitais, medidas antropométricas, glicemia capilar, anotações de enfermagem e orientações em saúde.

Ao realizar anamnese e coleta de dados sobre o histórico de vida dos colaboradores obteve-se os seguintes resultados: (15,3%) relataram realizar algum tipo de exercício físico e (84,6%) não realizam nenhum tipo de exercício físico. Sobre hábitos

de vida (50%) declararam consumir álcool esporadicamente e (14%) fazem uso de cigarro (Tabela -1).

Tabela1 -Distribuição da amostra em relação ao histórico de hábitos de vida.

Análise da prática de exercícios físicos	n	%
Realizam exercícios físicos	8	15,3%
Não realizam nenhum exercício físico	44	84,6%
Hábitos de vida	n	%
Consumo de álcool	26	50%
Uso de cigarro	7	14%

Legenda: n= Número absoluto de participantes; % = Número relativo de participantes

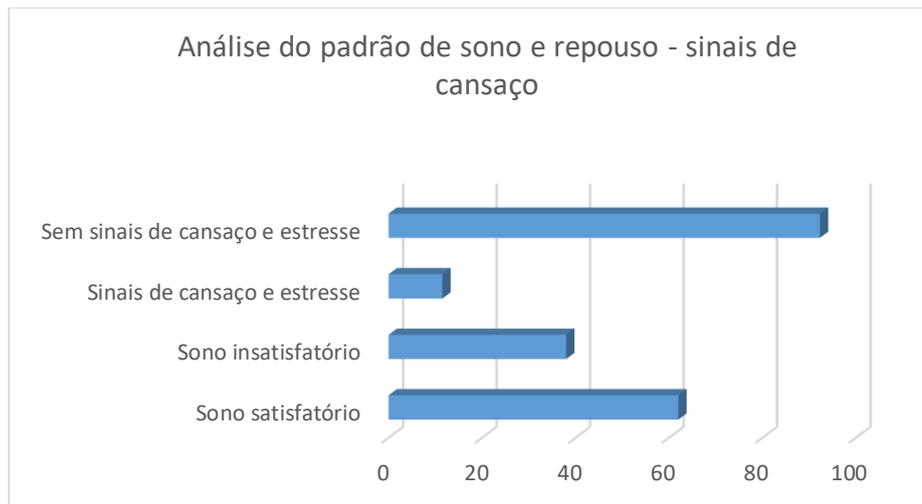
Sabe-se que grande parte do tempo da vida das pessoas encontra-se dentro do ambiente de trabalho. Sendo assim, atentar para a qualidade de vida do capital humano das empresas é fundamental e torna-se imprescindível (GUIRADO, et al. 2020).

Estudos evidenciam que indivíduos que não atendem às recomendações de atividade física estão sujeitos a declínios nas capacidades funcionais laborais, prejudicando a realização de tarefas do dia a dia e implicando na qualidade de vida (PASA, 2017).

Os acadêmicos desenvolveram tal levantamento sobre hábitos de vida com ênfase em atividades físicas, consumo de álcool e uso de cigarro para posterior planejamento de ações voltadas a esta temática em caráter de orientação em saúde.

A coordenação e os acadêmicos do curso de Psicologia da FAI contribuíram nesta ação ministrando uma palestra sobre Stresse Ocupacional e ansiedade. Durante a coleta de dados constatou-se que dos 52 colaboradores avaliados (62%) alegaram ter sono e repouso satisfatórios e (38%) disseram ter sono insatisfatório. Os colaboradores incluídos na pesquisa relataram se tem algum sinal ligado a cansaço ou estresse ocupacional (11,5%) alegam ter sinal de cansaço ou estresse ocupacional e (92,3%) relatam não ter cansaço ou estresse no ambiente de trabalho (Gráfico – 2). Os profissionais que tiveram estresse identificados foram encaminhados ao atendimento em psicologia na clínica escola da FAI.

GRÁFICO 2 – Representação gráfica dos resultados da pesquisa com relação aos padrões de sono/repouso e sinais de cansaço/ estresse.



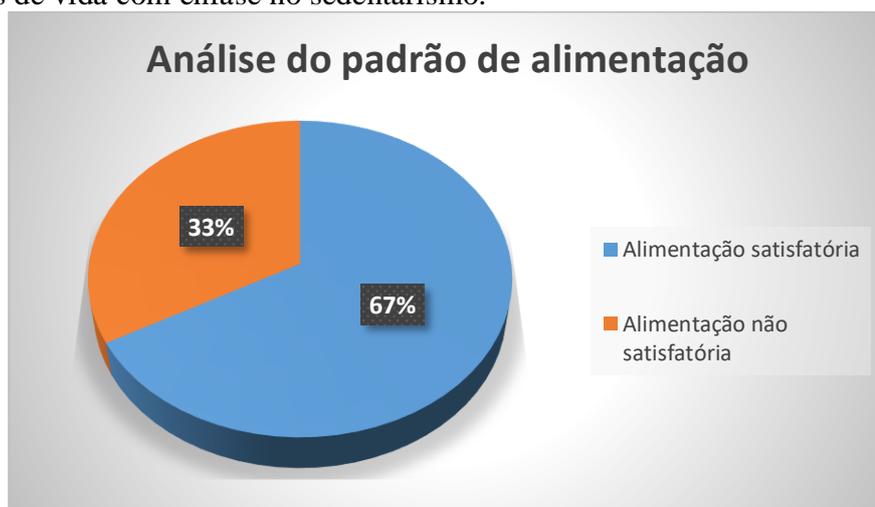
O estresse ocupacional é uma reação do organismo de se manifestar às diferentes situações que lhe são postas diariamente, resultante de relações entre demanda psicológica e controle, associado ao processo laboral. Estudos recentes constataram que colaboradores terceirizados sofrem maiores impactos na saúde mental, tais como estresse, as doenças relacionadas ao trabalho, e os riscos de acidentes (CAVALCANTE, et al. 2019).

A eficiência do trabalho dos colaboradores pode ser diretamente afetada pelo estresse ocupacional e cansaço, tendo como causas fundamentais: a exaustão de tal forma que o mesmo possa desenvolver comorbidades trazendo grande impacto no sentido físico, psíquico e psicossocial para o colaborador dentro da empresa (DAVID, et al. 2019).

Pode-se afirmar que esta exposição diária a diversos fatores estressores, pode desencadear reações no indivíduo e podem contribuir para o desenvolvimento de patologias. A participação do curso de graduação em Psicologia foi essencial no sentido da promoção de educação em saúde através de palestras sobre essa temática.

Com relação aos hábitos alimentares, no geral a maioria dos colaboradores avaliados alegam manter uma alimentação satisfatória e de certa forma balanceada, sem restrições alimentares. Dos 52 colaboradores avaliados (67%) informaram realizar quatro refeições ao longo do dia e julgaram ter uma alimentação diversificada e satisfatória (33%) dos colaboradores alegaram não ter uma alimentação tão balanceada ou mesmo realiza quatro refeições ao dia por falta de tempo (Gráfico 3).

GRÁFICO 3 – Representação gráfica dos resultados da pesquisa com relação a hábitos de vida com ênfase no sedentarismo.



Cabe destacar que o ambiente de trabalho influencia os hábitos de uma comunidade, e que a qualidade de vida é relacionada às mudanças de costumes, intervenção, política e atitudes que contribuam para melhorias na saúde da população (GODOY E ADAMI, 2019).

Em estudo de larga escala realizado com homens japoneses, encontrou-se que a chance de acometimentos de saúde como por exemplo a dor lombar é maior em indivíduos com excesso de peso quando comparados àqueles que têm resultados desejáveis no IMC (Índice de Massa Corporal), destacando a necessidade do controle do IMC tanto para prevenção quanto tratamento de determinadas doenças de cunho ocupacional (HASHIMOTO et al, 2018).

Estudos mostram que a obesidade pode influenciar no surgimento da depressão, devido a não aceitação da imagem corporal, gerando insatisfação em vários níveis (PENG et al, 2018).

Com relação a avaliação de saúde física dos colaboradores desta empresa constatou-se que (17,3%) dos colaboradores estão com peso corporal acima de 100 kg, (80,7%) apresentam sinais vitais (Pressão arterial/ Pulso/ Temperatura/ Respiração/ Saturação de oxigênio) dentro dos parâmetros da normalidade, (3,8%) são diagnosticados hipertensos, (11,5%) dos avaliados tiveram níveis pressóricos elevados durante as avaliações e (38,4%) obtiveram valores de glicemia capilar acima de 100 mg/dl. Ainda nessa vertente, constatou-se que (23%) dos colaboradores fazem uso contínuo de medicamentos diversos.

Tabela 2 -Distribuição da amostra em relação às características de saúde física

Características físicas	n	%
Peso corporal acima de 100 kg	9	17,3%
Peso corporal abaixo de 100 kg	43	82,6%
Sinais Vitais	n	%
Dentro dos parâmetros da normalidade	42	80,7%
Diagnosticados Hipertensos	2	3,8%
Nível pressórico elevado	6	11,5%
Saturação de oxigênio	n	%
Acima de 95%	50	97%
Entre 90 e 95%	2	3%
Glicemia Capilar (HGT)	n	%
Acima de 100 mg/dl	20	38,4%
Abaixo de 100 mg/dl	32	61,5%

Legenda: N= Número absoluto de participantes; % = Número relativo de participantes

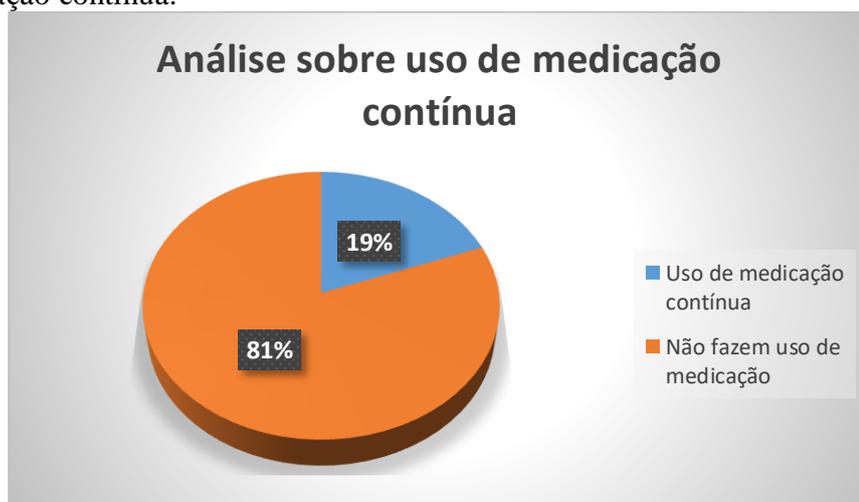
Hipertensão arterial (HA) é uma doença crônica definida por níveis pressóricos maiores ou iguais a 140/90 mmHg, representando um dos fatores de risco para diversas doenças cardiovasculares. Por outro lado, sabe-se que a atividade física insuficiente ou até mesmo ausente é tida como um risco modificável nesse agravo (BRASIL, 2017).

Cabe destacar que a hipertensão arterial está diretamente relacionada a 54% das doenças isquêmicas do coração e dos acidentes vasculares encefálicos no Brasil, tendo o estresse ocupacional como um dos fatores relacionados (SOUZA et al. 2019).

Além do levantamento de dados foi possível desenvolver um trabalho de caráter esclarecedor sobre parâmetros de normalidade dos sinais vitais e glicemia capilar. Na ocasião o curso de Enfermagem (nível técnico e superior) realizou mensuração destes parâmetros e orientações sobre os respectivos valores e patologias relacionadas aos colaboradores desta empresa.

A coordenação do curso de Farmácia juntamente com seus acadêmicos contribuíram nesta ação com orientações acerca do uso indiscriminado de medicamentos e levantamento de dados o assunto. Sendo assim, foi possível constatar que (19%) dos colaboradores fazem uso de continuo de alguma medicação. Dentre as medicações mais citadas estão: captopril, losartana e metformina. (81%) dos colaboradores alegaram não fazer uso de nenhuma medicação a não ser quando há necessidade (Gráfico -4).

GRÁFICO 4 – Representação gráfica dos resultados da pesquisa com relação ao uso de medicação contínua.



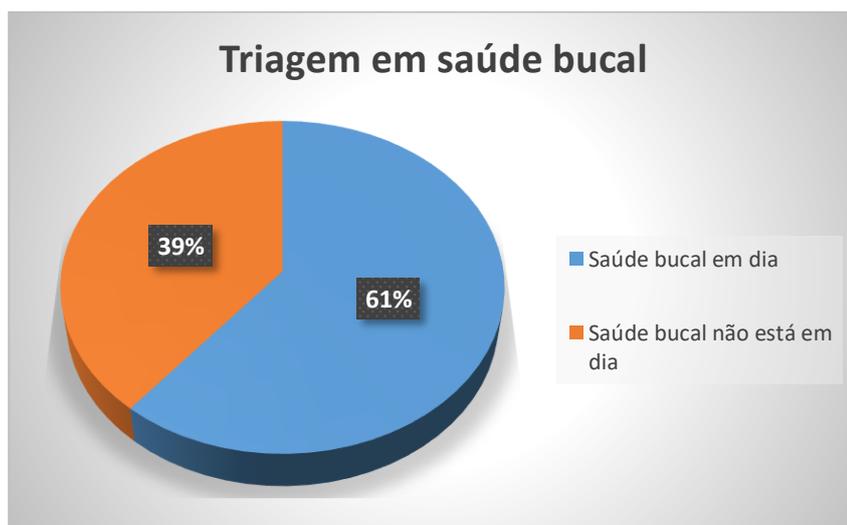
É comum que pessoas recorrendo à prática da automedicação a qual é tida como uso de medicamentos isentos de prescrição sem nenhuma orientação feita por um farmacêutico, ou a utilização de medicamentos que deveriam ser vendidos sob prescrição médica, mas que são vendidos de maneira inadequada (HOFFMANN, et al. 2017).

Estudos recentes apontam que a automedicação é um hábito social e não apenas farmacológico pelo fato de se manifestar a partir de comportamentos dos indivíduos de determinados grupos sociais (SOUZA, et al. 2021).

O profissional farmacêutico desempenha um papel importante na oferta de medicação para evitar o uso irracional das mesmas, sendo assim a assistência prestada nesta ação pelo curso de graduação em Farmácia foi de grande valia em caráter de avaliação e orientação dos colaboradores.

A coordenação do curso de Odontologia juntamente com seus acadêmicos realizaram uma ação de educação em saúde bucal com palestra sobre Higiene bucal e posteriormente realizaram atendimentos de triagem e orientações individuais aos colaboradores sobre cuidados específicos em saúde bucal. No atendimento em saúde bucal foram avaliados 25 colaboradores e foi possível constatar que (61%) destes estão com a saúde bucal em dia e (39%) necessita de algum atendimento em saúde bucal (Gráfico – 5). Todos os casos identificados com a necessidade de prosseguimento de tratamento foram encaminhados para clínica escola da FAI.

GRÁFICO 5 – Representação gráfica dos resultados da pesquisa de Triagem em saúde bucal.



Estudos revelam que a relação entre saúde bucal e saúde ocupacional é um tema relevante, atual e necessário tendo como prioridade a análise contextual das condições de trabalho, sua relação com a saúde do colaborador e a implantação de medidas de intervenção. Percebe-se neste contexto a necessidade de meios que assegurem proteção odontológica do colaborador, sendo a Odontologia do Trabalho uma área que inclui entre suas atividades a realização de identificação epidemiológica, levantamentos e prevenção das doenças bucais (LAMOGLIA, et al. 2019).

Em suma, problemas de saúde bucal podem ser causados por fatores ocupacionais, e esse conhecimento necessita de ampla disseminação e incorporação no âmbito das práticas e dos modelos de atenção à saúde bucal dentro das empresas. A ação realizada pelo curso de graduação em Odontologia da FAI fez com que os colaboradores desta empresa tivessem acesso a triagem odontológica, orientações e encaminhamentos a clínica escola para posterior tratamento.

CONCLUSÃO

No presente estudo verificou-se que a maioria dos colaboradores da empresa Regra Logística em Distribuição de Iporá estão com a saúde física dentro dos parâmetros da normalidade. Por se tratar de estudo transversal, realizado em população específica de colaboradores de uma determinada empresa, percebe-se uma determinada constância nos resultados.

É importante propor mudanças no ambiente laboral direcionando a reflexão para as formas de integração em saúde e a necessidade que se impõe aos gestores das empresas

de planejar suas ações de forma articulada com os colaboradores, a partir da análise da situação da saúde ocupacional na empresa.

Contudo, apesar dos resultados encontrados nesse estudo serem em sua maioria satisfatórios, é preciso enfatizar a importância de ações integradas no âmbito da saúde ocupacional, o que traz grandes benefícios não só para as empresas, como também aos colaboradores em questão.

Ressalta-se também a importância da integração entre a comunidade acadêmica e o setor empresarial, pois o ambiente educacional é capaz de potencializar ações de promoção e prevenção na saúde do colaborador através de condutas específicas e de certa forma integradas.

Referências

BRASIL. **Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde.** Vigitel Brasil 2016. Brasília;2017.

CAVALCANTE, L. J. PINTO, A. G. A. JÚNIOR, B. E. F. MOREIRA, C.R. M. LOPES, V. S. M. **Estresse ocupacional dos funcionários de uma universidade pública.** *Enferm. Foco* 2019; 10 (4): 108-115.

DAVID, L. L. SOARES, M. MOLINA, D. CUNHA, S. L. T. CUBO, P. C. R. **Estresse ocupacional e fatores associados.** *Educação, Ciência e Tecnologia*, 11 a 14 de novembro, Santa Fé do Sul (SP), v.10, n.10, 2019. ISSN: 2318-745X.

GUIRADO, P. M G. OLIVEIRA, E. SILVA, P. M. MOREIRA, B. F. A. FERREIRA, V. F. **Composição da ginástica laboral e ergonomia: uma combinação saudável para as empresas.** *International Journal of Health Management Review*, v. 6, n. 1, 2020.

GODOY, A. R.; ADAMI, F. S. **Estado nutricional e qualidade de vida em adultos e idosos com depressão.** *Rev Bras Promoç Saúde.* Vol. 32. 2019.7354.

GURGEL, H. N. **Fatores de influência sobre escolhas alimentares de trabalhadores da indústria de alimentos e bebidas do RN.** 2019. TCCGraduação em Nutrição Departamento de Nutrição, Universidade Federal do Rio Grande do Norte. Natal. 2019.

HASHIMOTO, Y.; MATSUDAIRA, K.; SAWADA, S. S.; GANDO, Y.; KAWAKAMI, R.; SLOAN, R. A.; KINUGAWA, C.; OKAMOTO, T.; TSUKAMOTO, K.; MIYACHI, M.; NAITO, H. **Association between objectively measured physical activity and body mass index with low back pain: a large-scale cross-sectional study of Japanese men.** *BMC Public Health.* Vol. 18. Num. 1. 2018. p. 341.

HOFFMANN, A. M. M., PEREIRA, T. G. D., BATISTA, I.A.P.et al. **Automedicação entre acadêmicos de Enfermagem**. Revista Eletrônica AcervoSaúde,v.Esp.,n.9,p.S841S848,2017.<<https://www.acervosaude.com.br/doc/REAS71.pdf>>.ISSN 2178-2091.

LAMOGLIA, R. MARCONCINI, L. A. JUNIOR, S. F. M, FADEL, B. C. **Educação e saúde bucal do trabalhador: uma iniciativa extensionista**. Rev. Ciênc. Ext. v.15, n.4, p.153-164, 2019.

PENG, T.; PÉREZ, A.; PETTEE, G. K. **The association among overweight, obesity, and low back pain in U.S. adults: a Cross-Sectional Study of the 2015 National Health Interview Survey**. J Manipulative Physiol Ther. Vol. 41. Num. 4. 2018.p. 294-303

PIMENTA E. A. F; ALVES L. F; OLIVEIRA P. L. F; NETO M. N. R; COELHO M. N. G; FREITAS N.S. **Qualidade de vida e excesso de peso em trabalhadores em turnos alternantes**. Revista Brasileira de Saúde Ocupacional ISSN: 2317-6369 (online) <<http://dx.doi.org/10.1590/2317-6369000002417>>. Rev Bras Saude Ocup 2019;44:e2.

SOUZA, V. D. CHRISTINELLI, H. C. B.; COSTA, M. A. R.; TESTON, E. F.; SPIGOLON, D. N.; BENEDETTI, G. M. S.; SOUZA, V. S. **Fatores associados ao estresse ocupacional entre trabalhadores de uma instituição ensino de superior**. Revista Uningá. Vol. 56. Num. 2. 2019. p. 134-142.

SOUZA, I. R., SOUZA, J. R., MESQUITA, Y. L., DE ALMEIDA, A. C. G., & BRITO, M. A. M. **A propaganda de medicamentos no Brasil e a prática de automedicação: Uma Revisão Bibliográfica**. Brazilian Journal of Health Review,4(3), 10921-10936.<<https://doi.org/10.34119/bjhrv4n3-103>>. (2021).



Doi:10.5281/zenodo.8155990

Volume 3, N.1, ANO 2023 –ISSN:2763-6631

PSICOLOGIA DO DESENVOLVIMENTO: DA INFÂNCIA ATÉ A ADOLESCÊNCIA

DEVELOPMENTAL PSYCHOLOGY: FROM CHILDHOOD TO ADOLESCENCE

Alyne Flávia Reis *
 Daniela Soares Rodrigues **
 Cláudia Ribeiro de Lima***
 Carla Rodrigues Cunha ****
 Francielle Moreira Rodrigues *****
 Vanessa Gabriela Gonzales Marques *****
 Stefânia Poliana de Lima Alves *****
 Diego César Marques *****

RESUMO

O desenvolvimento humano diz respeito às transformações individuais que ocorrem no biopsicossocial e se estendem ao hormonal, principalmente em relação à transição da infância para a adolescência. O objetivo deste trabalho é descrever e identificar aspectos do desenvolvimento humano, abordando o desenvolvimento infantil até a adolescência, compreender as principais teorias do desenvolvimento humano (Freud, Piaget e Vygotski) e relacionar os fatores de desenvolvimento e aprendizagem. Este estudo é uma revisão de literatura, conforme utilizado por Santos e Teixeira (2019) e Sampaio e Mancini (2007), que visa: a contextualização e análise do que há na literatura, apresentando um resumo dos dados disponíveis, a fim de sintetizar as informações. Foram utilizadas as seguintes bases de dados: SciELO e Google Acadêmico, buscando artigos sobre a atuação do psicólogo no desenvolvimento de crianças e adolescentes entre os anos 2015-2021. A busca foi realizada utilizando os termos: desenvolvimento infantil, psicologia escolar, psicologia do desenvolvimento, adolescente.

Palavras-chave: Adolescentes. Comportamento. Crianças. Desenvolvimento humano.

ABSTRACT

Human development concerns the individual transformations that occur in the biopsychosocial and extend to the hormonal, mainly in relation to the transition from childhood to adolescence. The objective of this work is to describe and identify aspects of human development, addressing childhood development through adolescence, understanding the main theories of human development (Freud, Piaget and Vygotski) and relating development and learning factors. This study is a literature review, as used by Santos and Teixeira (2019) and Sampaio and Mancini (2007), which aims to: contextualize and analyze what is in the literature, presenting a summary of the available data, in order to synthesize the information. The following databases were used: SciELO and Google Scholar, searching for articles on the psychologist's role in the development of children and adolescents between the years 2015-2021. The search was carried out using the terms: child development, school psychology, developmental psychology, adolescent.

Keywords: Teens. Behavior. Children. Human development.

INTRODUÇÃO

O desenvolvimento humano se caracteriza nas mudanças que o ser humano passa desde o seu nascimento até o fim da sua vida. As transformações que ocorrem, é resultado das diferentes fases que cada indivíduo passa durante seu processo de desenvolvimento. Entretanto, as mais intensas, ocorrem especialmente nos 20 primeiros anos de vida, este processo resulta em avanços no plano do pensamento, sentimento e comportamento do indivíduo (XAVIER et al., 2020).

É importante ressaltar que o desenvolvimento humano é campo de pesquisa responsável por explicar o motivo das mudanças que ocorrem em cada indivíduo. Existem diversos questionamentos sobre o comportamento humano e o que leva cada indivíduo ter ações diferentes de acordo com as etapas das suas vidas. De acordo com Menegi (2022), o desenvolvimento humano foca no estudo científico dos processos sistemáticos de mudança e estabilidade que ocorrem nas pessoas.

Estudos realizados por psicólogos, especialistas em saúde mental e pedagogos, tem como objetivo propiciar a ampliação do conhecimento acerca da problemática. Esta abordagem multiprofissional em pesquisas contribui para qualidade de vida e aprendizagem dos indivíduos envolvidos no processo ensino e aprendizagem.

A teoria de Sigmund Freud (1923), se destacou na concepção racionalista após declarar que a maior parte das atividades da mente humana é de ordem inconsciente e profundamente impactada por fatores afetivos. Em 1923, a obra “O EGO e o ID” formalizou sua teoria de divisão para a mente, composta por id, ego e superego. Freud estabeleceu a sua clássica concepção do aparelho psíquico, conhecido como “modelo estrutural” ou “dinâmico”, tendo em vista que a palavra “estrutura” significa um conjunto de elementos que têm funções específicas, porém que interagem permanentemente e se influenciam reciprocamente (LIMA, 2009).

O ID é uma estrutura da personalidade, um componente natural do indivíduo, ou seja, o ser humano nasce com ele. Desse modo, está ligado a impulsividade, interagindo com prazer orgânico, vontades e impulsos primitivos. Este comportamento pode ser perceptível em crianças que tem dificuldade com: frustrações, regras, valores e moralidade.

No entanto, o EGO é uma característica racional da personalidade, com responsabilidade de controlar os impulsos, mediando entre o ID e os desejos do mundo

externo, representando a razão, ao contrário do ID, que não tem senso crítico, moral e ético. Deste modo, a característica racional do ego possibilita o indivíduo a seguir regras, pois ele sempre procura um objeto apropriado para satisfazer a necessidade e reduzir a tensão. Superego é o que compõe a razão na mente humana, portanto ele corresponde a moral e valores presentes na sociedade. Com isso, ele representa os valores da sociedade. Assim, suprime qualquer impulso de violar regras e ideais por meio de punição ou culpa. Portanto, sempre está em conflito com id, pois ele pune pensamentos inapropriados ou inaceitáveis.

Desse modo, faz-se mister estudos científicos sobre o desenvolvimento humano e fatores relacionados com o processo de aprendizagem. Tendo em vista, que os processos de aprendizagem têm se apresentado como um paradigma na sociedade atual.

Portanto, o objetivo deste trabalho é descrever e identificar os aspectos do desenvolvimento humano em todas as suas fases, abordando desde o desenvolvimento infantil até adolescência, visando entender como são abordadas as principais teorias do desenvolvimento humano (Freud, Piaget e Vygotsky) e relacionar os fatores que influenciam na aprendizagem.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

CONCEITOS DE DESENVOLVIMENTO HUMANO E APRENDIZAGEM

Quando se trata do desenvolvimento humano é preciso compreender as transformações universais, que ocorrem no biopsicossocial e se estendem ao hormonal, principalmente em relação à transição da infância para a adolescência. Segundo Xavier e Nunes (2015), o ser humano possui diversas singularidades e por isso, as características individuais também são consideradas, pois nenhum indivíduo, ainda que compartilhe o mesmo DNA será igual ao outro.

Entende-se que cada pessoa passa pelas transformações de uma forma peculiar, vivenciando as transformações corporais conforme suas experiências forem materializadas. É preciso levar em consideração aspectos sociais, econômicos, políticos e culturais para uma melhor precisão nas pesquisas.

De acordo com Menegi (2022), nos primeiros 20 anos de vida, o indivíduo passa por consideráveis mudanças e essas se refletem no pensamento, sentimentos, bem como no comportamento, passando dos níveis básicos até os mais complexos.

Ressalta-se que o desenvolvimento mental é descrito enquanto construção dinâmica e contínua, podendo ser baseado a partir da ampliação das estruturas mentais. Isso não ocorre

de uma hora para outra, pois tais aspectos são contínuos, sendo constituídos a partir do modo como as atividades mentais passam a ser organizadas até que o desenvolvimento esteja completo.

Segundo, Piovesan et al. (2018), o estudo do desenvolvimento humano compreende conhecer as características comuns nas diferentes faixas etárias da vida humana. Esta compreensão é importante para a educação na medida em que o planejamento do processo de ensino/aprendizagem demanda conhecer quem é e como se desenvolve nosso aluno. Nesse sentido, a Psicologia do Desenvolvimento utiliza-se de métodos de observação e experimentação, dentre os quais dois métodos se destacam: o longitudinal e o transversal, apresentados no quadro abaixo:

Figura 1. Métodos de observação da Psicologia do Desenvolvimento.

<p>OBSERVAÇÕES LONGITUDINAIS</p>	<p>Efetuada por um longo período de tempo, empregando sempre os mesmos sujeitos. <i>Exemplo:</i> estudo do desenvolvimento da atenção. As mesmas crianças são submetidas a testes adequados, semestralmente, desde 3 até 8 – 10 anos. A observação dos resultados desses testes possibilitaria ao pesquisador conhecer o desenvolvimento da capacidade de atenção de crianças dentro dessa faixa etária.</p>
<p>OBSERVAÇÕES TRANSVERSAIS</p>	<p>Efetuada durante um tempo menor, empregando sujeitos de diferentes idades. <i>Exemplo:</i> estudar o desenvolvimento da atenção, sendo submetidas crianças de idades variadas de 4 a 10 anos a testes adequados a cada faixa etária. A observação dos resultados desses testes permitiria ao pesquisador conhecer o desenvolvimento da capacidade de atenção.</p>

Fonte: Piovesan et al., (2018).

As fases do desenvolvimento humano é fonte importante de pesquisas e como tal, os estudiosos se dedicam a compreender como as pessoas passam por mudanças e como elas se estruturam desde o nascimento. Neste sentido, vale destacar que as transformações são mais perceptíveis na infância e adolescência, mas duram por toda a vida dos sujeitos.

As mudanças podem ser quantitativas e qualitativas. As quantitativas se referem às transformações relativas ao número ou quantidade, como ocorre, por exemplo, quando se trata do aumento de peso, altura ou mesmo na ampliação do vocabulário. Por outro lado, as mudanças qualitativas são aquelas que ocorrem na estrutura ou organização, assim como ocorre na passagem da linguagem não-verbal para a fala (PIOVESAN et al., 2018).

Neaum (2019), chama a atenção para a diferença entre crescimento e desenvolvimento. O crescimento é o processo pelo qual são observadas as alterações em relação ao tamanho, sendo estas decorrentes da maturação. Não obstante, o desenvolvimento

pode ser caracterizado pelas mudanças em um nível mais complexo, pois dependem também da maturação, além do ambiente e da aprendizagem.

Dentre as concepções de desenvolvimento, encontram-se o inatismo, o ambientalismo e o interacionismo. O inatismo, parte da ideia de que as ocorrências a partir do nascimento não possuem relevância para o desenvolvimento, pois ele somente seria estimulado a partir das qualidades e capacidades consideradas básicas do ser humano. Essa concepção ainda se faz presente em muitos contextos educativos, sendo desvelada a partir dos discursos nos quais os alunos são considerados incapazes de aprender simplesmente por terem pais analfabetos (ROTONDANO, 2022).

Já o ambientalismo, o ambiente é considerado como principal fator do desenvolvimento humano. Isso decorre da ideia de que o homem seja como uma folha que esteja em branco e seu preenchimento se dará a partir das condições apresentadas pelo meio. Faz parte dessa concepção a máxima de que o homem é produto do meio e sua trajetória depende do ambiente no qual tenha crescido (ROTONDANO, 2022).

Por sua vez, no interacionismo, o desenvolvimento humano depende de uma série de eventos e nesse contexto, a pessoa é descrita como ser ativo e por meio da interação com o ambiente, se desenvolve ao mesmo tempo em que aprende. Como consequência da interação, as características individuais são construídas. São adeptos da teoria interacionista Piaget, Vygotsky e Wallon (ROTONDANO, 2022).

Utilizando um quadro descritivo, Papalia, Olds e Feldman (2006) destacaram algumas particularidades sobre o desenvolvimento, tendo em vista que ele é um processo contínuo, no qual a progressão ocorre de forma contínua, a partir de um ritmo próprio estabelecido pelo organismo. Isso pode ser observado na figura 2.

Figura 2. Noções sobre o desenvolvimento humano.

O desenvolvimento consiste em um processo contínuo e ordenado.	O ser humano se desenvolve a partir de uma sequência regular e contínua, ou seja, a etapa anterior do desenvolvimento influencia a etapa posterior e não é possível ocorrer saltos entre as fases.
O desenvolvimento ocorre pelas sequências cefalocaudal e próximo-distal (estudaremos os termos a seguir).	A sequência cefalocaudal afirma que o desenvolvimento progride da cabeça para as extremidades e a sequência próximo-distal indica que o desenvolvimento progride do centro do corpo para a periferia.
O desenvolvimento progride de respostas gerais para respostas específicas.	Quanto mais se desenvolve, mais o sujeito se torna capaz de responder de forma específica para cada demanda.
Cada parte do organismo possui um ritmo próprio de desenvolvimento.	Cada parte se desenvolve em determinado período, o qual possibilita o seu crescimento e a sua maturação.
O ritmo de desenvolvimento de cada indivíduo é constante.	Cada um tem seu próprio ritmo de desenvolvimento - uns se desenvolvem mais depressa e outros mais devagar, mas isso é completamente normal.
O desenvolvimento é complexo e os seus aspectos estão inter-relacionados.	O ser humano desenvolve-se como um todo. Não é possível separar os aspectos físico, intelectual, emocional e social, a não ser para fins de estudo. Os níveis fisiológico, psicológico e social estão em constante interação.

Fonte: PAPALIA et al., (2006).

Sobre o processo de aprendizagem, compreende-se sua complexidade, pois depende de fatores internos, de origem biológica e psicológica, os quais agem a partir da interação, tanto interna, quanto externa. Nesse sentido, destaca-se que os hábitos, assim como a construção de valores socioculturais são o ponto de partida para a aprendizagem. Assim, de acordo com Piovesan et al., (2018), os vínculos construídos a partir do relacionamento com pessoas e objetos fazem com que novas formas de conhecimento e aprendizagem sejam distinguidas, as quais se materializam a partir das experiências individuais e coletivas.

TEORIAS DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: FREUD, PIAGET E VYGOTSKI

O desenvolvimento humano foi algo que intrigou os pesquisadores há muito tempo, principalmente na história da Psicologia desde o seu surgimento, em 1816, sob a autoria de Willhem Wundt. A partir de suas disposições teóricas a psicologia do desenvolvimento humano e da aprendizagem passou a ser foco de estudos que buscaram teorizar como esse aspecto se estrutura ao longo da vida dos sujeitos, dentre os estudiosos, são citadas as teorias de Freud, Piaget e Vygotsky (ROTONDANO, 2022).

De acordo com Rotondano (2022), Freud buscou romper com o racionalismo de sua época, segundo o qual o homem era capaz de exercer total controle sobre si, bem como sobre o mundo. Assim, Freud passou a defender os conceitos que foram utilizados na construção dos esquemas capazes de estruturar o psiquismo humano, sendo eles o consciente, pré-consciente e inconsciente.

Em sua teoria, Freud postulou que o desenvolvimento humano decorre da influência da libido, a qual se materializa sob diversas formas e de tal modo, pode ser localizada em determinados locais do corpo, nos quais a pessoa encontra uma maior satisfação conforme for se desenvolvendo. Para Freud (1911), a sexualidade infantil diverge da adulta e não pode ser condicionada aos aspectos biológicos e genitais. Assim, a teoria freudiana define que a ênfase da sexualidade infantil se encontra no sentido do prazer, vivenciada na descoberta do próprio corpo, além da ampliação das questões relativas ao desejo e à fantasia, as quais condicionam seu contexto histórico-familiar.

Freud (1911), considerou que o desenvolvimento ocorre em cinco fases, sendo a primeira a fase oral, na qual a libido da criança está concentrada na região bucal e por isso, o centro do prazer infantil se localiza na boca. Na fase anal a criança desenvolve o controle dos esfíncteres, aprendendo a usar o banheiro de acordo com sua necessidade. Na fase fálica, a qual ocorre dos 3 aos 5 anos, a criança passa a perceber que existem diferenças anatômicas e passa a experimentar o prazer da manipulação dos órgãos genitais. Na fase de latência observa-se que a libido se volta para atividades que não possuem um cunho sexual. Esta fase é denominada como de sublimação, pois há o interesse voltado para outras atividades, tais como as brincadeiras, prática de esportes, interesse pelas artes e pelo contexto escolar (FREUD, 1911). Por fim, na fase genital, a criança volta a direcionar sua energia sexual para os órgãos genitais e, assim, para a relação amorosa.

Jean Piaget, foi outro estudioso a construir uma teoria sobre o desenvolvimento e a aprendizagem. Seu objetivo foi analisar de que forma o conhecimento é construído pelos sujeitos. No processo de desenvolvimento, o sujeito passa do estado de menor conhecimento para um maior e derivada de tais reflexões se encontra a epistemologia genética. Em continuidade, Piaget visou investigar e explicar de que forma o conhecimento vai sendo concretizado ao longo da vida dos seres humanos. A partir dos níveis de pequena complexidade, característicos dos bebês, as pessoas vão passando para os mais complexos, também constituídos a partir da capacidade de construção do pensamento abstrato (PIAGET, 1980).

O objetivo das investigações realizadas por Piaget (1980) esteve em compreender a relação entre o sujeito e os objetos do conhecimento, como ocorre entre o bebê que esteja descobrindo o mundo, bem como as pessoas e os objetos com os quais interage. O campo de conhecimentos da Psicologia foi utilizado por Piaget em seu método clínico, o qual se caracterizou a partir das situações problema destinadas às pessoas pesquisadas. Assim, o pensamento dos sujeitos foi estudado, além da moralidade, partindo da observação sobre como crianças e adolescentes em diferentes idades conseguiam solucionar os testes aplicados (PIAGET, 1980).

No processo de assimilação, segundo Piaget (1980), os indivíduos passam a ter contato com a realidade externa e insere nas estruturas mentais que já foram instaladas as informações sobre o

conhecimento que desejam agregar. Por sua vez, a acomodação é um mecanismo usado pela criança para transformar suas estruturas de pensamento, além de buscar informações que já possui. A partir daí os sujeitos constroem novos esquemas, capazes de instalar novas conexões mais complexas.

Piaget (1980), descreveu o desenvolvimento a partir de períodos. O primeiro corresponde ao sensorio-motor, nesse estágio, o desenvolvimento cognitivo se constitui, aproximadamente, do zero aos dois anos. Destaca-se que esse estágio é determinado por um grande desenvolvimento mental, o qual é descrito como essencial para que os sujeitos possam evoluir no aspecto psíquico. Isso decorre da percepção, bem como dos movimentos, e a criança passa a conquistar o universo prático em que se encontra inserida. Ressalta-se que no começo desse período, as construções mentais se encontram direcionadas ao exercício dos aparelhos herdados, tais como a sucção. Com o passar do tempo, os reflexos são melhorados e as atividades puramente hereditárias passam a ser mais generalizadas (PIAGET, 1980).

Período pré-operatório, que ocorre aproximadamente aos dois anos, a criança já conseguiu evoluir para um estado no qual a atividade e participação são ampliadas. Nesse período, a aquisição da linguagem ocasiona diversas mudanças significativas, tanto no contexto afetivo, como no pensamento.

Período operatório concreto, o qual é observado dos 7 aos 11 ou 12 anos, a criança inicia a construção lógica, ou seja, passa a ter capacidade para o estabelecimento das relações que possam viabilizar a coordenação de diversos pontos de vista. No que se refere à afetividade, os sujeitos aprendem a cooperar e trabalhar em conjunto e no aspecto cognitivo, consegue compreender que as operações podem ser revertidas (PIAGET, 1980).

Por fim, no período operatório formal, o qual ocorre bem no início da adolescência, há a passagem para o pensamento formal. Isso faz com que os indivíduos exercitem a reflexão, além da capacidade de abstrair, bem como gerar hipóteses. As operações lógicas começam a ser transpostas do plano da manipulação concreta para o das ideias, que são expressas também pela linguagem. Contudo, para expressar suas ideias o adolescente não precisará necessariamente da experiência, das percepções ou das crenças (MENEZI, 2022).

Outra teoria do desenvolvimento também visa explicar como esse processo ocorre, sendo desenvolvida por Vygotsky e denominada Psicologia histórico-cultural. Segundo Vygotsky (1986), as funções psíquicas se instituem a partir da relação dialética estabelecida pelo sujeito, considerando a cultura e a sociedade. Desse modo, entende-se que a relação decorra a partir da mediação dos meios e signos que são construídos a partir do viés cultural.

De acordo com Vygotsky (1986), a palavra se refere ao universo de cada sujeito, considerando suas relações interpessoais.

Ademais, para que a fala de outra pessoa seja compreendida, o sentido e seu significado devem ser também avaliados. O pesquisador acredita que o ser humano é constituído por sua natureza histórica e social e de tal modo, o seu desenvolvimento ocorre na instituição de quatro planos genéticos, sendo esses a filogênese, ontogênese, sociogênese e microgênese.

FATORES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO E DA APRENDIZAGEM

O desenvolvimento humano é concebido a partir de uma lógica que o compreende a partir de sua dimensão, não apenas integradora, mas principalmente, transformadora. A literatura reforça que os fatores a serem considerados dizem respeito ao “[...] crescimento orgânico e maturação do sistema nervoso e endócrino; exercício e experiência; interação e transmissões sociais; mecanismos reguladores” (ROTONDANO, 2022).

Sob a perspectiva piagetiana, compreende-se que o processo de maturação é essencial para que o ser humano possa vivenciar novas experiências, embora não seja suficiente para dimensionar sua conduta e seu comportamento. Nesse sentido, destaca-se que o conceito de maturação deve ser utilizado para fixar os estágios de desenvolvimento da inteligência (PIAGET, 1980).

Para Vygotsky (1986), a maturação é algo significativo ao desenvolvimento a partir da perspectiva de que no cérebro se encontra a base para o desenvolvimento mental dos sujeitos. Compreendendo que o cérebro seja relevante para a ocorrência das atividades psíquicas. O autor ressalta ainda que na interação novas funções cerebrais passam a ser estabelecidas. Assim, o exercício e a experiência são descritos como um fator revestido de grande complexidade relacionado ao desenvolvimento humano. Destaca que a experiência física tem como característica principal a forma como o sujeito age no mundo concreto.

Segundo Vygotsky, o desenvolvimento é fortemente influenciado pela experiência, se inserido no cotidiano dos indivíduos e do mesmo modo, sendo mediada pelo contexto simbólico estabelecido com a linguagem. Por sua vez, Wallon (1999), ressalta que a experiência deve ser avaliada como sendo um dos meios de desenvolvimento das habilidades intelectuais mais complexas.

A literatura também reforça que as interações e transmissões sociais são essenciais para o desenvolvimento cognitivo da criança, pois o meio afeta seu comportamento sobre todos os aspectos. Não obstante, tanto a construção do pensamento, quanto da capacidade de julgamento moral dependem do meio, bem como da forma como a interação é estabelecida (FEREIRA et al., 2022).

De acordo com Vygotsky (1989), os fatores sociais relacionados ao desenvolvimento humano são destacados, principalmente ao se considerar os processos sócio-históricos como parte dele. Compreende-se que a internalização das atividades são características da espécie humana e por isso, culminam na formação dos denominados: processos psicológicos superiores. Ademais, pelos processos de internalização da cultura, observa-se que os sistemas simbólicos passam a ser representados, tendo a linguagem como ponto de partida o uso dos signos para referenciar o comportamento humano.

Na mesma linha de pensamento Wallon (1999) ressalta que, tanto a cultura, quanto a linguagem deve ser estabelecida de modo a fornecer ao pensamento a devida instrumentalização de seu enriquecimento. Desse modo, o desenvolvimento depende também das situações constituídas no meio, levando em conta também o nível de apropriação do sujeito.

Os mecanismos reguladores são definidos como meios que permitem que a mente coordene e seja capaz de conciliar as contribuições originadas na maturação, bem como da experiência e da interação social. Nesse sentido, destaca-se que, para que seja capaz de elaborar uma resposta às perturbações do meio, o organismo passa a desenvolver algumas compensações ativas, utilizando para isso o processo de assimilação, acomodação e adaptação (PIOVESAN et al., 2018).

Os processos psicológicos mais complexos são formados a partir das intervenções dos adultos e o desenvolvimento dos aspectos psíquicos são mediados pela vivência em sociedade, com o outro e a realidade partilhada. Assim, ressalta-se que as atividades que eram de cunho interpessoal, pela mediação passam a ser parte de um processo cuja característica maior é ser voluntária e independente (PIOVESAN et al., 2018).

FASES DO DESENVOLVIMENTO HUMANO: DA INFÂNCIA À ADOLESCÊNCIA

Lira (2022), ressaltaram que o desenvolvimento mental é uma construção materializada de forma contínua, iniciando-se a partir do surgimento das estruturas mentais. Esse processo, por sua vez, ocorre de forma gradativa, sendo responsáveis pela organização das atividades mentais, além de se aperfeiçoarem e solidificarem até que o desenvolvimento esteja completo. Isso faz com que haja equilíbrio entre as funções e os sujeitos desenvolvem a inteligência, afetividade e socialização (PIOVESAN, et al., 2018).

Ressalta-se que os estudos sobre o desenvolvimento humano e suas etapas se relaciona às características mais comuns às diferentes faixas etárias, sendo descritas desde o período

fetal. Não obstante, a partir da compreensão de tais particularidades, torna-se possível também avaliar os problemas que se originam no desenvolvimento. Conforme descreve Lira (2022), o desenvolvimento humano pode ser influenciado desde a concepção, nesse aspecto, o denominado “ciclo vital” tem seu começo, passa por determinadas fases até o final da vida.

Importante ressaltar que quando se trata do desenvolvimento humano, não é possível estabelecer um padrão fixo que seja universal e que ocorra da mesma forma em todas as culturas. Assim, observa-se que não há uma rigidez quanto às fases da vida desde o nascimento, tratando-se de uma média determinada pela maioria dos indivíduos (Lira, 2022).

FEREIRA et al., (2022), reforçam que no estudo do desenvolvimento humano, alguns fatores precisam ser levados em consideração, dentre esses a hereditariedade, da qual advém a carga genética dos sujeitos; o crescimento orgânico, sendo esse determinado pelo processo de ampliação do tamanho corporal; a maturação neurofisiológica, compreendida como o fator determinante dos padrões comportamentais; o meio, descrito enquanto rol de influências e estimulações ocorridas no ambiente, capazes de transformar determinados padrões relativos ao comportamento humano.

Para compreender como o desenvolvimento humano ocorre, é necessário analisar o sujeito de forma global, levando-se em conta os aspectos físicos-motores, afetivos-emocionais, intelectuais e sociais. Os aspectos físicos-motores se referem ao crescimento orgânico, além da maturidade neurofisiológica, habilidade de manipular objetos, assim como no exercício do próprio corpo. Por sua vez, os aspectos afetivos-emocionais compreendem a forma como cada sujeito constrói suas experiências, tendo relação com as emoções. Já os aspectos intelectuais referem-se ao pensamento, bem como ao raciocínio. Por fim, os aspectos sociais são aqueles nos quais os indivíduos demonstram reações mediante as interações com outras pessoas (LIRA, 2022).

De acordo com Papalia et al., (2013), cada período da vida é influenciado pelo que ocorreu antes e irá afetar o que virá depois. Nesse sentido, o desenvolvimento humano é descrito enquanto fenômeno contínuo, podendo ser subdividido em duas fases, a infância e a adolescência.

INFÂNCIA

Gonçalves (2016), discorre que a infância se caracteriza de forma diferente de acordo com a faixa etária e por isso, se encontra subdividida em 1ª, 2ª e 3ª infância. Suas especificidades são descritas de acordo com cada período. O conceito de primeira infância se

refere ao período decorrido do nascimento aos três primeiros anos de idade. Tanto o crescimento físico, quanto o desenvolvimento motor acontecem de acordo com dois aspectos: o cefálio caudal, em que o processo ocorre da cabeça e chega às partes inferiores e o próximo-distal, no qual o desenvolvimento acontece do centro do corpo até as partes externas (PIOVESAN, et al., 2018).

Segundo Papalia et al., (2013), observa-se na primeira infância um crescimento muito acelerado e a criança desenvolve a capacidade de andar e falar. Assim, o corpo de uma criança cresce muito mais durante o primeiro ano de vida, o crescimento prossegue em um ritmo acelerado, mas decrescente, ao longo dos três primeiros anos. Em relação à autonomia de se locomover, o desenvolvimento da capacidade de engatinhar e depois, caminhar sozinho é muito significativo para a criança a autonomia na locomoção propicia mudanças em todos os domínios do desenvolvimento.

A comunicação, por sua vez, é iniciada a partir de gestos, sendo que a fala pré-linguística inclui choro, arrulho, balbucio e imitação dos sons da língua. Aos seis meses, o bebê aprendeu os sons básicos de sua língua e começou a vincular som e significado. A primeira palavra costuma surgir entre os 10 e 14 meses, dando início à fala linguística. Um surto de nomeação ocorre entre 16 e 24 meses de idade (PAPALIA et al., 2013).

Relembrando os estudos de Piaget (1987), na primeira infância é que a criança desenvolve diversas habilidades, principalmente as relacionadas à capacidade de diferenciar pessoas de objetos e ter uma dimensão de si mesma, construindo noções sobre sua individualidade. Na segunda infância, período que corresponde à faixa etária dos 3 aos 6 anos, o desenvolvimento físico não é mais tão acelerado, mas ocorre de forma permanente, com o aperfeiçoamento das habilidades motoras. O autor descreve a segunda infância como sendo a fase do egocentrismo, quando a criança manifesta grande dificuldade de entender a perspectiva dos fatos a partir da ótica de outras pessoas. Além disso, a criança passa a exercitar o uso da imaginação, buscando nas brincadeiras, principalmente as de faz-de-conta, uma forma de apropriação dos conhecimentos relativos ao seu convívio social. Nesta fase a criança faz descobertas sobre sua sexualidade, bem como da identidade de gênero. A criança passa a observar que pode ser divertido e prazeroso tocar nos próprios genitais, sendo essa uma forma de descoberta do próprio corpo.

Papalia et al., (2013), reforçam que a identidade de gênero é um aspecto do autoconceito em desenvolvimento. Os autores descrevem que as habilidades adquiridas na segunda infância são significativas, pois permitem que a criança interaja socialmente, exercite

a imaginação, brinque, construa percepções sobre a sexualidade, bem como as relações de gênero.

A terceira infância é caracterizada como a última fase da infância e de acordo com, o desenvolvimento físico é mais lento na terceira infância do que nos anos anteriores. Ocorrem grandes diferenças na altura e no peso. Na terceira infância a criança constrói suas relações interpessoais dividindo a proximidade e a convivência. As amizades passam a ter uma grande importância, pois é nos grupos de amigos que as crianças poderão desenvolver suas habilidades sociais. Além disso, podem desenvolver a autoimagem e o autoconceito, ao passo que também há a busca pela conformidade, gerando o preconceito. Nessa fase, a criança busca adotar o mesmo padrão de comportamento das pessoas com as quais convive, sendo a família e o círculo de amigos o grupo com maior influência comportamental (PAPALIA et al., 2013).

ADOLESCÊNCIA

Sobre a adolescência, observa-se que seja a fase na qual há a transição da infância para a vida adulta. Nesse sentido, vai dos 10 ou 11 anos, até os 18 ou 19 anos, chegando mesmo até os 20-21 anos. A adolescência é definida não apenas como um período de mudanças da puberdade, mas como um período de transição entre a infância e a adoção completa de um papel adulto. Desse modo, a adolescência pode ser dividida em três fases, sendo a primeira pré-adolescência ou adolescência menor, a segunda adolescência média e por último a terceira, adolescência maior ou juventude (BEE, 2019).

A pré-adolescência se inicia, em média, no período que vai dos 11 aos 13 anos, nas meninas e 12 aos 14 anos nos meninos. No entanto, o que marca essa fase não é a idade e sim as modificações físicas que irão determinar a saída da infância e inserção na adolescência. Na as mudanças anatômicas e fisiológicas resultam numa grande preocupação com o próprio corpo. A altura, o tamanho dos músculos, a largura dos ombros, a mudanças de voz e as espinhas são preocupações masculinas. Ao passo que o desenvolvimento dos seios, o alargamento dos quadris e o medo de ficar baixa ou alta demais são os temas que movimentam o pensamento feminino (SOUSA, 2022).

A adolescência média vai dos 13 aos 15 anos nas meninas e 14 aos 16 nos meninos. O que mais marca essa fase é a relação interpessoal, principalmente a que se estabelece no grupo de amigos. A estrutura do grupo de amigos torna-se mais elaborada, envolvendo panelinhas, turmas, bem como amizades. Nessa fase, os companheiros passam a ser vistos como as pessoas mais importantes no ciclo social, representando a separação da infância e inserção na

vida adulta. A convivência com os grupos compostos pelos amigos influencia significativamente o comportamento, sendo normal os adolescentes usarem as mesmas vestimentas, bem como as linguagens (SOUSA, 2022).

Por sua vez, a adolescência maior ou mocidade vai dos 15 aos 18 anos nas meninas e 16 aos 19 nos meninos. Além da busca pela identidade, os adolescentes passam por intensa pressão social, o que exigem do jovem um posicionamento sobre o futuro, bem como o destino profissional. Não obstante, conforme descrito por Sousa (2022), a busca pela construção de sua identidade faz com que o jovem se torne preocupado em estabelecer sua subjetividade. E nesse contexto, que os problemas relacionados à subjetividade podem ocorrer. Por isso, os índices de depressão e delinquência são bem significativos na adolescência.

METODOLOGIA

O presente estudo trata de uma Revisão Sistemática de literatura. A revisão bibliográfica tem como propósitos: a construção de uma contextualização para o tema abordado e a análise daquilo que está presente na literatura consultada (SANTOS et al., 2019).

Para a realização desta revisão sistemática, as seguintes bases de dados foram consultadas: SciELO e Google Acadêmico. A pesquisa nestas bases de dados foi realizada a partir das palavras-chaves: desenvolvimento infantil, psicologia escolar, psicologia do desenvolvimento e adolescente. Foram utilizados como critério para a seleção dos artigos: artigos e livros publicados entre 2015 e 2022. E posteriormente, os dados foram analisados de modo descritivo.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Por meio da presente revisão de literatura, foi possível conhecer os estudos realizados nos últimos anos sobre desenvolvimento infantil e do adolescente. Assim, contribuir para minimizar as possíveis lacunas no conhecimento sobre o funcionamento da criança e do desenvolvimento infantil.

Frente às alterações comportamentais e culturais vivenciadas nos últimos anos, é esperado que estas mudanças tenham influenciado ou afetado de diferentes maneiras o comportamento e o desenvolvimento de crianças e adolescentes. Deste modo, é importante que os profissionais da psicologia conheçam como são abordadas nos estudos científicos as

teorias do desenvolvimento humano, desenvolvidas pelos estudiosos Freud, Piaget e Vygotski. E assim, seja possível conhecer e relacionar os fatores do desenvolvimento humano e da aprendizagem, para que de fato o profissional possa contribuir de forma significativa no processo de desenvolvimento do indivíduo.

Portanto, esta pesquisa contribuirá para a construção de conhecimento científico direcionado para a importância da atenção à psicologia infantil e, por meio das principais técnicas descritas nos artigos espera-se que os profissionais possibilitem um melhor entendimento e cuidados as crianças.

REFERÊNCIAS

BEE, H. **O ciclo vital**. Tradução Regina Garcez. Porto Alegre: Artmed, 2019.

SOUSA N, S.; SILVA F, J.; BATISTA, P. M. F. Desenvolvimento do conhecimento profissional docente no seio de práticas colaborativas: um estudo no contexto de um programa de formação de professores. **Movimento**, v.28, p. 28068, 2022. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/index.php/Movimento/article/view/127534>. Acesso em: 1 jun. 2023.

DOURADO, J. V. L. **Avaliação da qualidade da Atenção Primária à Saúde do adolescente**. 2022. 284 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) – Faculdade de Medicina, Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2022. Disponível em: <http://www.repositorio.ufc.br/handle/riufc/65389>. Acesso em: 01/05/2023.

FREUD, S. Formulações sobre os dois princípios do funcionamento mental. In: **O caso de Schreber e artigos sobre técnica**. Rio de Janeiro: Imago, 1911.

FREUD, S. **O Ego e o Id**. In: FREUD, S. Edição standard brasileira das obras psicológicas completas de Sigmund Freud. v. 19. Rio de Janeiro: Imago. 1923.

LIRA, G. F. C. **Tensões e disputas frente às manifestações da contra reforma psiquiátrica brasileira**. 2021. 192 f., il. Dissertação (Mestrado em Política Social) — Universidade de Brasília, Brasília, 2022.

MENEGI, B. O. (2022). Considerações sobre uma psicologia do desenvolvimento humano a partir da fenomenologia antropológica de Edith Stein. 2022. 115 f. Dissertação (Mestrado em Psicologia) - Universidade Federal de Uberlândia, Uberlândia, 2022. DOI <http://doi.org/10.14393/ufu.di.2022.554>.

NEAUM, S. **Child Development for Early years students and practitioners**. Learning Matters. Editora Learning Matters; 4ª edição, 2019.

PAPALIA, D. E.; OLDS, S. W.; FELDMAN, R. D. **Desenvolvimento humano**. – Porto Alegre: Artmed, 2013.

PIAGET, J. **A epistemologia genética**. Rio de Janeiro: Vozes, 1980.

PIAGET, J. **O nascimento da inteligência na criança**. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC Ed., 1987.

PIOVESAN, J. et al. **Psicologia do desenvolvimento e da aprendizagem**. Santa Maria: Editora UFSM, 2019.

ROTONDANO, E. V. **Fundamentos psicológicos da educação e a educação profissional e tecnológica**. Manaus: Editora UEA, 2022. (Tecnologias Educacionais para a Docência em Educação Profissional e Tecnológica, v. 6, organizadoras: Danielle Pompeu Noronha Pontes; Ingrid Sammyne Gadelha Figueiredo; Joelma Monteiro de Carvalho).

SANTOS, A. M. M; TEIXEIRA, B. S. **A Atuação do Psicólogo Escolar Sobre o Desenvolvimento Infantil a partir do Lúdico: uma revisão integrativa**. TCC - Graduação em Psicologia, Faculdade Pernambucana de Saúde. Pernambuco, 30 f. 2019.

VYGOTSKY, L. S. **A Formação social da mente: o desenvolvimento dos processos psicológicos superiores**. São Paulo: Martins Fontes, 1986.

WALLON, H. **A evolução psicológica da criança**. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

**REVISÃO DE LITERATURA: A RELAÇÃO ENTRE AS BACTÉRIAS
CROMOGÊNICAS E A PRESENÇA DE CÁRIE EM CRIANÇAS**

Cacilda Fernandes

Ivone Machado Firmino

Kállita Gabriela Alves dos Santos

Cláudia Ribeiro de Lima

Vanessa Gabriela Gonzales Marques

Aricia Rodrigues Costa Santos

Diego César Marques

Johnny Fonseca de Souza

Resumo: As bactérias cromogênicas são organismos que pegam pigmentos que aderem à superfície do esmalte. Estudos na literatura têm associado a presença dessas bactérias em crianças com pigmentações negras à cárie dentária e à má higiene bucal. Alguns estudos sugerem que crianças com bactérias cromogênicas na superfície dos dentes apresentam redução ou até mesmo ausência de lesões de cárie. No entanto, ainda são necessárias mais pesquisas para confirmar essa relação. Acredita-se que os pigmentos produzidos pelas bactérias cromogênicas podem exercer um efeito protetor contra a cárie. O objetivo desse artigo científico é fazer uma revisão da literatura sobre a relação entre as bactérias cromogênicas e a presença de cárie em crianças, além de abordar a etiopatogenia dessas pigmentações, tem como discussão e resultados os aspectos relacionados ao tratamento e remoção das mesmas. Conclui-se que cabe ao profissional diagnosticar de maneira correta, para que possa orientar os pais e/ou responsáveis, conduzindo assim o tratamento da maneira mais eficaz.

Palavras-chave: Bactérias. Actinomyces. Dente decíduo. Odontopediatria. Biofilme. Cárie

CHROMOGENIC BACTERIA: A LITERATURE REVIEW

Abstract: Chromogenic bacteria are organisms that pick up pigments that adhere to the enamel surface. Studies in the literature have associated the presence of these bacteria in children with black pigmentation with dental caries and poor oral hygiene. Some studies suggest that children with chromogenic bacteria on the surface of their teeth have reduced or even absent caries lesions. However, more research is still needed to confirm this relationship. It is believed that pigments produced by chromogenic bacteria may exert a protective effect against caries. The objective of this scientific article is to review the literature on the relationship between chromogenic bacteria and the presence of caries in children, in addition to addressing the etiopathogenesis of these pigmentations, it discusses and results aspects related to their treatment and removal. It is concluded that it is up to the professional to diagnose correctly, so that he can guide the parents and/or guardians, thus conducting the treatment in the most effective way.

Keywords: Bacteria. Actinomyces. Deciduous tooth. Pediatric dentistry. Biofilm. Caries.

INTRODUÇÃO

A cárie dentária ainda é um importante problema de saúde pública persistente, afetando dentes permanentes de 2,4 bilhões de indivíduos em todo o mundo no ano de 2010 (aproximadamente um terço da população mundial) (WHO, 2013). No que tange as pesquisas em que um maior percentual de CPI foi encontrado em crianças com 4 anos, sugere-se que nessa idade as crianças permanecem com lesões de cárie que ainda não tratadas (SILVA et al, 2017).

Por apresentar uma microbiota aberta, a cavidade oral facilita o surgimento e crescimento de bactérias. Nesse sentido, os microrganismos existentes na cavidade bucal podem se fixar em sulcos, fóssulas e fissuras, assim como entre os dentes nas faces proximais, possibilitando as pigmentações por mancha. Por sua vez, essas são classificadas como intrínsecas ou extrínsecas (LOURENÇO, 2010).

Os microrganismos mais frequentemente observados nessa pigmentação, são os pertencentes à espécie *Prevotella melaninogenica* e *Actinomyces* sp, as quais depois da síntese metabólica, promovem a deposição de sais ferrosos nas superfícies dentais, oriundos da alimentação do paciente

(PEREIRA et al., 2021). São de difícil remoção, o que amplia a necessidade de intervenção profissional, por meio de raspagem e polimento com pastas mais abrasivas para remoção da mesma (QUEIROZ et al., 2016).

Até o momento, poucos estudos têm discutido essa condição em dentes decíduos, devido à escassez de pesquisas, o presente estudo tem como objetivo realizar uma revisão de literatura sobre bactérias cromogênicas e a associação com a prevalência de cárie.

METODOLOGIA

A metodologia nesse estudo base-se na análise documental realizada, considerando o conteúdo dos estudos selecionados, buscando identificar informações relevantes sobre a relação entre bactérias cromogênicas e presença de cárie em crianças, bem como a etiopatogenia e aspectos relacionados ao tratamento e remoção das pigmentações extrínsecas.

Produção bibliográfica encontrada em três bases de dados: SciELO, Google Acadêmico e PubMed. A coleta de material foi realizada durante o período de janeiro a setembro de 2022, sendo que os estudos analisados foram publicados entre 1997 e 2021. Os descritores utilizados para a busca foram "Bactérias cromogênicas", "dentes decíduos", "manchas extrínsecas", "odontopediatria" e "manchas enegrecidas em dentes decíduos". Foram incluídos estudos escritos em inglês e português.

A pesquisa resultou na seleção de 21 artigos, 2 dissertações de mestrado e 1 nota técnica do Ministério da Saúde, totalizando 24 fontes utilizadas para análise.

REVISÃO DE LITERATURA

Bactérias cromogênicas: *Prevotella melaninogenica* e *Actinomyces*

No decorrer da última década, a busca por uma odontologia estética conservadora cresceu bastante. A pigmentação dentária é um achado odontológico, frequentemente associado a problemas clínicos e estéticos, se diferenciando na etiologia, aparência, composição, localização, gravidade e firmeza na aderência à superfície do dente (HATTAB et al., 1999; HEINRICH-WELTZIEN; BARTSCH, 2014).

As pigmentações dentárias se classificam em intrínsecas ou extrínsecas (CABRITA, 2012; SILVA, 2016). As intrínsecas são aquelas relacionadas às alterações estruturais do dente, de origem sistêmica, na qual se observa a alteração na remoção. Já as manchas extrínsecas são causadas por bactérias, ingestão de medicamentos e resquícios alimentares. Para que o tratamento seja bem-sucedido, é necessário que seja feita uma boa anamnese do paciente e também um exame clínico completo para que o diagnóstico e o tratamento sejam mais acertados (RODRIGUES et al., 2020).

A literatura informa que as pigmentações negras podem estar relacionadas com a presença de bactérias cromogênicas no biofilme dentário (PEREIRA et al., 2021). As bactérias cromogênicas podem ser classificadas como um tipo de pigmento, que possui um composto férrico insolúvel, resultado da interação entre o sulfito de hidrogênio (produzido pela microflora bacteriana) com o ferro presente na saliva ou no exsudato gengival, bem como um alto teor de cálcio e fosfato, o que modifica a película aderida. Exibem uma microbiota parcialmente duradoura com predominância de 90% de bastonetes gram-positivos, os actinomyces, os quais são caracterizadas como bactéria anaeróbicas facultativas. As cepas de *Actinomyces* spp são predominantes em bolsas periodontais, lesões de cárie, nos dentes e na mucosa oral. Já a *Prevotella melaninogenica*, apesar de gram-negativa anaeróbia, encontrada em pequena porcentagem (1%), é citada como um dos principais agentes causadores desse tipo de pigmentação enegrecida (MOURA et al., 2013).

Aspectos clínicos e prevalência

As bactérias cromogênicas podem se apresentar como linhas contínuas ou não, geralmente no terço cervical do dente, em forma de pontilhados negros ou acinzentados (SILVA et al., 2018). Essas pigmentações ocorrem nas faces linguais dos dentes anteriores inferiores, porque há uma maior concentração de saliva secretada que provavelmente auxilia ainda mais o aparecimento das manchas enegrecidas, que também podem aparecer como manchas difusas, cobrindo grande parte da coroa do dente (BRANCO et al., 2016).

Os sulcos e as fissuras também podem ser acometidos por essas pigmentações e geralmente se encontram em locais que apresentam maior dificuldade de remoção e menor controle das bactérias (KOCH et al., 2001; CALDAS et al., 2008).

Martinez (2012), realizou estudos em grupos que continham diferentes características (escolares, sexo, idade e cor da pele). Os resultados demonstraram que a prevalência de bactéria cromogênica era maior em meninas de escola pública, na faixa etária dos 12 anos, cor de pele branca com mães de baixa escolaridade e menor renda familiar.

A literatura dispõe que as pigmentações ocorrem mais na dentição decídua e com menor frequência na dentição mista (COELHO et al., 2019). Alguns estudos relatam que as pigmentações podem não ter ligação com a saúde bucal do paciente que apresenta as manchas, tendo apenas a influência estética em questão (BRANCO et al., 2016). Sendo assim é de extrema importância a realização de uma minuciosa anamnese e exame clínico para correto diagnóstico, pois, muitas vezes, por ser uma alteração dentária ainda desconhecida, principalmente fora da odontopediatria, e ter poucos estudos a seu respeito, pode passar despercebida, ou ainda, pode ser feito o diagnóstico e realizar um tratamento incorreto (QUEIROZ et al., 2016).

Dentre os diversos fatores que comprometem a estética do paciente infantil, as manchas no esmalte dental, figuram entre as queixas frequentes entre crianças e adolescentes, como demonstrado nos estudos sobre a faixa etária (GASPARETTO et al., 2003).

Divergências etiológicas

Atualmente ainda se faz necessário realizar estudos para elucidar qual a real etiologia das pigmentações dentárias, por ainda ser um assunto controverso entre alguns autores e escassez de pesquisas científicas (BRANCO et al., 2016; SILVA et al., 2018).

Dias (2018), relatou que a origem das pigmentações negras se dá através de alimentos e bebidas pigmentadas (Ex.: refrigerantes com corantes, vinho) que se associam a substâncias presentes na saliva e no biofilme dental,

formando camadas no esmalte através da interação química. Alimentos e bebidas como a Coca-Cola, vinho e café apresentam na sua composição, compostos poli fenólicos responsáveis pela cor dos alimentos. Possuem ligações duplas conjugadas que interagem e promovem adesão à superfície dentária, promovendo a pigmentação que se assemelha a cor natural.

De fato, uma grande quantidade de substâncias coradas é ingerida diariamente pela população em geral e os dentes são suscetíveis à ação desses hábitos, acabando por alterar a sua estética, cor e integridade. Em um estudo *in vitro* pretendeu-se avaliar e comparar qual o efeito de determinadas bebidas com potencial de pigmentação sobre a cor de dentes humanos extraídos. As bebidas selecionadas foram leite com chocolate, café, vinho tinto, Coca-Cola, vodca-preta e chá preto. Os resultados obtidos sugeriram todas as soluções testadas na experiência, provocaram coloração nos dentes, pois, média da diferença de cor para todos os grupos experimentais foi superior a 0. O estudo concluiu que todas as soluções testadas contribuíram para os escurecimentos dos dentes; a Coca-Cola foi a solução que mais gerou pigmentação e o leite com chocolate foi a que apresentou o menor potencial de pigmentação (DIAS, 2018).

Por outro lado, Coelho et al. (2019), afirmaram que tais manchas são resultado de depósitos de sais ferrosos oriundos da alimentação e que as bactérias cromogênicas se encontram presentes na flora bucal. Sendo assim, elas fazem a metabolização junto com os outros componentes presentes na saliva, nos quais se encontram presentes substâncias como o fósforo, cálcio, cobre, sódio e redução de proteínas. Os profissionais realizaram uma pesquisa exploratória, de cunho científico, em revisões bibliográficas e casos clínicos referentes ao tema proposto. Além da microbiota específica, que compõe o biofilme na saliva dos indivíduos afetados, foram encontradas elevadas concentrações de ferro. Os pigmentos ocorreram com maior frequência em dentes inferiores nas faces linguais, por existir um contato direto do fluxo salivar. Não foram encontrados relatos de maior prevalência deste biofilme associados às manchas e nem ao sexo. No entanto, foi observada uma relação entre a presença das pigmentações no biofilme herdado e um efeito protetor contra cáries dentárias, o que apresenta dados com grande protetor.

Branco et al (2016), também sugeriram que as pigmentações negras são causadas por ação das bactérias cromogênicas: *Prevotella melaninogênica* e as *Porphyromonas gingivalis*, *Actinomyces naeslundii*, *Fusobacterium nucleatum* e *Lactobacillus*. Ainda existem outros fatores sobre a etiologia que frequentemente são discutidos por outros autores, evidenciando defeitos no esmalte dentário, bem como a má higiene oral, a qual o surgimento de pigmentações.

Diagnóstico, orientações e tratamento

Sabe-se que as pigmentações podem estar presente na vida do paciente por um longo tempo, portanto, seria importante que houvesse mais estudos para avaliar e observar se elas tendem diminuir com o passar dos anos, assim como se a tese que pacientes portadores de bactéria cromogênica tem uma menor predisposição a ter cárie dentária é comprovável (SILVA; SANTANA, 2018).

Silva (2016), Mayta-Tovalino e Torres-Quevedo (2008) e Martínez (2012) ressaltaram que em alguns estudos, nos quais crianças portadoras de bactérias cromogênicas, mesmo contendo uma maior quantidade de agente microbiano, apresentaram baixa ocorrência de cárie ou até mesmo nula. Entretanto, ainda não está claro como a presença dessas pigmentações reduzem a incidência de cárie, visto que ela é uma doença multifatorial (BRANCO et al., 2016).

A literatura destaca uma grande relação entre a presença de manchas dentárias extrínsecas e a baixa prevalência de cárie e que pode ser descrita pela composição de manchas com o composto férrico insolúvel, além do alto teor de cálcio e fosfato. Uma pesquisa realizada pelos autores Queiroz et al., (2016) relatou que além da composição da mancha, o microbioma é composto por bactérias com menor potencial cariogênico e assim essas condições são relacionadas com uma menor experiência de cárie.

Apesar de muitos autores acreditarem que essas bactérias atuam contra a doença cárie, novas pesquisas precisam ser realizadas, pois de maneira geral é necessário que a saúde do paciente seja o foco em questão, quando se refere ao tratamento (BRANCO et al., 2016; ANKARU; SILVA, 2016; GUEDES, 2013; RONAY E ATTIN 2011).

O tratamento proposto deve vir após uma minuciosa anamnese e um detalhado histórico clínico, pois, o diagnóstico exato pode determinar as alterações encontradas na superfície do esmalte dental e como devemos prosseguir com o tratamento (SANTOS et al., 2018).

Após o diagnóstico, levando em consideração a idade do paciente na escolha do tratamento, deve-se apresentar aos responsáveis as possíveis soluções (SILVA, 2016). Sobre a remoção das manchas por bactérias cromogênicas, a intervenção profissional, através da profilaxia, a qual envolve raspagem e polimento com pastas abrasivas ou jato de bicarbonato de sódio, são protocolos de efeito positivo para a remoção de pigmentos extrínsecos enegrecidos. Isso decorre do fato de que a escovação convencional com dentífrício pode não ser mais eficaz para remoção, em virtude da forte adesão do pigmento na estrutura dentária (COSTA et al., 1997). Todavia, nos casos mais severos, pode-se ainda utilizar a microabrasão do esmalte (MOURA et al., 2013).

Alguns autores consideram excessivas raspagens dos dentes preocupantes, pois o excesso e repetição dos movimentos pode causar perda de minerais do esmalte dentário. Porém isso não é consenso na literatura, sendo necessário haver mais estudos relacionados a esse tema (ANKARU & GUEDES, 2013).

Sobre a relação da presença de bactérias e o aparecimento das pigmentações a literatura afirma que uma significativa melhora na higiene oral com a utilização de dentífrícios e cremes dentais fluoretados, assim como o uso do fio dental após as refeições e visitas regulares ao dentista dificulta o aparecimento dos pigmentos extrínsecos. Ademais, o acometimento delas é maior se os cuidados caseiros forem negligenciados (ARRUDA et al, 2003).

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Estudos sugeriram que a formação do pigmento negro tem como principal fator etiológico as bactérias cromogênicas, *Actinomyces* e *Prevotella melaninogênica* (PEREIRA. 2021). Gasparetto et al. (2003) avaliou a correlação

entre a presença de pigmentações extrínsecas enegrecidas no esmalte dental e experiência de cárie em crianças em idade escolar.

A população alvo consistiu de 263 crianças com idade entre 6 e 12 anos. A presença de bactéria cromogênica foi diagnosticada em 14,8% das crianças. Apresentam-se, geralmente, como linhas enegrecidas na face lingual, próximo a margem gengival, podendo ser perceptíveis de maneira contínua ou em forma de linhas pontilhadas (HATTAB et al., 1999; HEINRICH-WELTZIEN; BARTSCH, 2014).

Na maior parte dos casos, as áreas afetadas são de difícil alcance, como sulcos, fôssulas e fissuras dentárias, regiões nas quais o acúmulo de biofilme é maior, o que contribui para essa alteração (QUEIROZ et al., 2016). É necessária a intervenção de um profissional habilitado para remover as manchas (KOCH et al., 2001; CALDAS et al., 2008).

Anraku e Guedes (2013) e Coelho et al. (2019), concordaram quanto a etiologia das manchas: essas pigmentações dentárias enegrecidas são formadas pelo sulfeto férrico através da reação do hidrogênio na ação bacteriana e o ferro encontrado na saliva e no sulco gengival. Por outro lado, Silva e Santana (2018) afirmaram que a anemia por deficiência de ferro pode acometer crianças e jovens e para o tratamento, é necessário o uso do medicamento sulfato ferroso, também comumente utilizado por crianças recém-nascidas. Esse medicamento possui como efeito colateral o surgimento das pigmentações escurecidas no esmalte. Moura et al. (2013) E Dias (2018), relataram que as pigmentações estavam relacionadas aos materiais cromogênicos ingeridos, como, por exemplo, alimentos e bebidas pigmentadas como vinho, coca, suco de uva.

Um fato de grande relevância clínica é que pacientes portadores de bactérias cromogênicas possuíam a incidência de lesões de cárie reduzida, quando comparadas com as que não apresentam essa condição (MAYTA-TOVALINO; TORRES-QUEVEDO, 2008; MARTÍNEZ et al., 2011).

Os autores Cabrita (2012), Silva (2016) e Anraku e Guedes (2013) concordaram que há uma diminuição significativa do risco de cárie em crianças que possuem pigmentações enegrecidas do que naquelas que não possuem as pigmentações, mesmo quando há um maior risco devido aos fatores causadores.

Por outro lado, Branco et al. (2016), Moura et al. (2013) e Silva e Santana (2018) defenderam que não está fundamentada a tese de que a presença de bactérias cromogênicas reduz o aparecimento de cárie, ressaltando que não há nada definido e que mais pesquisas deveriam ser realizadas para comprovar.

Arruda (2003) apresentou um estudo de caso, e constatou a presença de alta atividade de cárie em uma criança simultânea à presença de bactérias cromogênicas. No entanto, em uma revisão de literatura conduzida por Ronay e Attin (2011), foram identificados estudos que encontraram relação entre a baixa prevalência de cárie em crianças e a presença das bactérias cromogênicas. Ainda assim os dados obtidos não foram confirmados por todos os autores.

Seguindo a lógica de que as pigmentações por bactérias cromogênicas podem ser consideradas como uma proteção contra a cárie, a explicação permanece obscura (MARTÍNEZ et al., 2012). É necessário que mais pesquisas sejam realizadas sobre a causa das pigmentações, além do acompanhamento do paciente portador das bactérias cromogênicas no decorrer de sua vida para que se confirme a teoria de que há diminuição da incidência de cárie (MOURA et al., 2013).

Sobre o tratamento, as bactérias cromogênicas precisam ser removidas, pois elas criam um depósito de pigmento irritante para a gengiva, além de afetar a estética, uma vez que os pigmentos se evidenciam com facilidade, sendo necessário a realização de raspagem com profilaxia utilizando pastas abrasivas (COSTA et al., 1997).

O uso de jatos de bicarbonato de sódio tem se mostrado um método bastante eficaz e menos agressivo sobre a estrutura do esmalte. Porém, acredita-se que o tratamento deve ser realizado de maneira individualizada, respeitando as limitações específicas de cada idade, visando sempre evitar métodos muito invasivos e agressivos ao esmalte dental (ARRUDA et al., 2003).

Uma anamnese detalhada e adequado exame físico intraoral devem sempre ser realizados com a finalidade de obter um diagnóstico preciso, pois esta é uma manifestação clínica ainda é desconhecida por muitos profissionais da odontologia, fato este também constatado pelos autores Queiroz et al., (2016), Santos (2018) e Rodrigues et al., (2020).

CONCLUSÃO

A busca pela estética e alteração de cor é um motivo frequente da ida das crianças ao dentista para avaliação e cuidados. São nessas consultas de exame clínico detalhado e diagnóstico que muitas vezes as bactérias cromogênicas são descobertas.

Cabe ao profissional saber diagnosticar de maneira correta, orientar os pais e/ou responsáveis e conduzir o tratamento da maneira mais eficaz, respeitando os limites da idade em questão. Portanto, o tratamento dessas manchas consiste na limpeza dos dentes com jato de bicarbonato de sódio, raspagem ou polimento e melhoria da higiene, evitando-se a recorrência das pigmentações.

Vale ressaltar um fato de importante relevância clínica: muitos estudos verificaram que crianças que apresenta bactérias cromogênicas nos dentes possuíam cáries reduzidas ou mesmo nulas, quando comparadas com as que não apresentavam nenhum tipo de pigmentação dentária. Porém, ainda é necessária a realização de mais estudos para afirmar tal fato.

REFERÊNCIAS

- ANRAKU, R. Y.; GUEDES, C. C. **Bactérias cromogênicas: revisão de literatura.** Revista de Odontologia da UBC. V. 3, n. 1, p 1-27, Jan-jun. 2013.
- ANTUNES, J.L.F.; NARVAI, P.C., NUGENT, Z.J. **Inequalities in the distribution of dental caries.** Community Dent Oral Epidemiol. V. 32, p 41-48, 2004.
- ARRUDA, G.S; SOUSA, P.C.B; DELMAN, F.T.; IMPARATO, J.C.P; PINHEIRO, S.L. **Manchas extrínsecas negras do esmalte.** Rev. Ciências Med. V. 12, p 4. 2012.
- BRANCO, C.M.C.C. et al., **Pigmentações extrínsecas negras do esmalte em odontopediatria.** Revista Cubana de Estomatologia, São Paulo, v.53, n.3, p 151-161, abril. 2016.

BRASIL. **3ª Conferência Nacional de Saúde Bucal. Brasília, 29/7/04 a 1/8/04.** Relatório Final. Brasília: Ministério da Saúde, 2005.

CABRITA GM. **Abordagem terapêutica de dentes permanentes com manchas e pigmentações em odontopediatria. Dissertação (Mestrado Integrado em Medicina Dentária)** – Faculdade de Medicina Dentária (FMD), Universidade de Lisboa, Lisboa, 2012.

CALDAS, C.T. et al. **Prevalência de manchas dentais extrínsecas negras e sua relação com a cárie dentária em crianças do município de Santa Terezinha de Itaipu - PR. FOA/UNICAMP** – Departamento de odontologia. V.13, p 22-26. 2008.

COELHO, K. E. P. L. et al., **Pigmentação dentária por sulfato ferroso: relato de caso.** Revista Eletrônica Acervo Saúde, Belém, v. 27, jul. 2019.

COSTA SC, et al. **Estudo da ocorrência de manchas extrínsecas negras em crianças e sua relação ao baixo índice de cárie dental.** Rev. odontol. Univ. St Amaro. V. 2, p 36-38. 1997.

DIAS, C. M. **Pigmentação dentária promovida pela dieta: o que esperar?** Universidade Católica Portuguesa. Viseu, jul. 2018.

GASPARETTO, A.; CONRADO, C.A.; MACIEL, S.M; MIYAMOTO, E.Y.; CHICARELLI M, ZANATA RL. **Prevalence of black tooth stains and dental caries in Brazilian schoolchildren.** Braz Dent J. V. 14, p 157-61. 2003.

HATTAB, F.N. et al. **Dental discoloration: an overview.** J Esthet Dent. V. 11, p 291-310. 1999.

HEINRICH-WELTZIEN, R; BARTSCH, S.E.B. **Dental caries and microbiota in children with black stain and non-discoloured dental plaque.** National library of medicine. V.48, p 118-125. 2014.

LOURENÇO, T. **Microbiota oral x Saúde.** Instituto de microbiologia Paulo Goés, Universidade Federal do Rio de Janeiro, 2010.

KOCH, M.J.; BOVE, M.; SCHROFF, J.; PERLEA, P.; GARCÌA-GODOY, F.; STAEHLE, H.J. **Black mancha e cárie dentária em escolares em Potenza, Itália. J Dent Child.** V. 68, p353–355. 2001.

- MARTINEZ, T.M.L. **Manchas dentárias negras em escolares de 8 a 12 anos: prevalência e fatores associados. Dissertação de mestrado.** Pelotas: Universidade federal de Pelotas, 2012.
- MAYTA-TOVALINO, F.R; TORRES-QUEVEDO, J.C. **Pigmentaciones negras extrínsecas y su asociación con caries dental en niños con dentición mixta.** Rev Estomatol Hered. V.18, p 16-20. 2008.
- MOURA, A. L. et al. **Manchas Extrínsecas Negras - relato de caso: Black extrinsic stain – case report.** Revista Unimep, Faculdade de Odontologia de Lins/Unimep, n. 23, p. 59-64, 13 jun. 2013.
- PEREIRA, E.C.P.; SANTOS, J.P.M; CONCEIÇÃO, L.S. **Pigmentação dental extrínseca por bactérias cromogênicas: revisão de literatura.** Faculdade de ciências do Tocantins, 2021.
- QUEIROZ, G.L. et al. **Mancha dental extrínseca: revisão de literatura.** Jornada Odontológica dos Acadêmicos da Católica, Ceará, v.2, n.2. 2016.
- RODRIGUES, N.F.; GLÓRIA, G.Y.C.; ARAÚJO, P.L.; CARLOS, A.M.P. **A etiologia multifatorial da pigmentação dentária: revisão de literatura.** Braz. J. of Develop. V. 6, p 94673-94681. 2020.
- RONAY, V.; ATTIN, T. **Black Stain – A Review.** Oral Health & Preventive Dentistry. V. 9, p 37-45. 2011.
- SANTOS, A. A. et al., **Remoções de manchas no esmalte dental pela técnica de microabrasão: revisão de literatura.** Rev. de Odontologia Contemporânea, Patos de Minas, v. 2, n.1, maio. 2018.
- SILVA, CATÃO. et al., **Cárie precoce da infância: fatores de risco associados.** Arch Health Invest (2017) 6(12): 574-579. 2017.
- SILVA, E. M. **Manchas extrínsecas negras e marrons em crianças.** Faculdade São Lucas. Porto Velho, 2016.
- SILVA, J.P.O.; SANTANA, M.M. **Mancha dental extrínseca negra na infância: relato de caso.** Universidade de Tiradentes. Aracaju. 2018.

**A IMPORTÂNCIA DO USO DA TOMOGRAFIA COMPUTADORIZADA NA
LOCALIZAÇÃO DO SEGUNDO CANAL MESIO-VESTIBULAR: ESTUDO DE
CASO CLÍNICO**

Cacilda Aparecida Fernandes
Aricia Rodrigues Costa Santos
Cláudia Ribeiro de Lima
Vanessa Gabriela Gonzales Marques
Carla Rodrigues Cunha
Diego César Marques
Kallita Gabriella A. dos Santos
Osmar Martins F. Júnior

Resumo: A odontologia tem se beneficiado cada vez mais de diversas tecnologias, especialmente na área da endodontia, o que tem possibilitado tratamentos endodônticos mais eficazes e bem-sucedidos, mesmo em casos complexos. A tomografia computadorizada representa um grande avanço nessa cirurgia, permitindo a avaliação de sistemas radiculares complexos por meio de imagens de alta qualidade e sem sobreposições, realizadas em tratamentos com taxas de sucesso mais elevadas. Os molares superiores apresentam uma anatomia particularmente complexa, podendo, em muitos casos, possuir um segundo canal méso-vestibular. O objetivo deste artigo científico é relatar um caso clínico e a metodologia utilizada ilustra a importância da tomografia computadorizada para a resolução e como resultado a eficácia na identificação e localização do segundo canal méso-vestibular. Conclui-se, que o exame tomográfico desempenha um papel fundamental no estabelecimento de um bom planejamento para o tratamento endodôntico.

Palavras-chave: Endodontia. Tomografia computadorizada. Anatomia.

**THE IMPORTANCE OF USING COMPUTED TOMOGRAPHY IN THE
LOCATION OF THE SECOND MESIO-VESTIBULAR CANAL: CLINICAL
CASE STUDY**

Abstract: Dentistry is increasingly benefiting from various technologies, especially in the area of endodontics, which has enabled more effective and successful endodontic treatments, even in complex cases. Computed tomography represents a great advance in this surgery, allowing the evaluation of complex root systems through high quality images and without overlapping, performed in treatments with higher success rates. Many cases have a second mesio bucal canal. In this sense, tomographic examination plays a fundamental role in establishing a good plan for endodontic treatment. The objective of this scientific article is to report a clinical case that illustrates the importance of computed tomography in the resolution of cases involving complex root systems.

Keywords: Endodontics. Computed tomography. Anatomy.

INTRODUÇÃO

Para a realização de um tratamento endodôntico bem-sucedido é importante o conhecimento de anatomia dentária, principalmente dos sistemas de canais radiculares. A avaliação radiográfica tridimensional dos dentes e de todas as suas estruturas por meio da tomografia computadorizada vem sendo de grande importância para um melhor diagnóstico e resolução de problemas endodônticos complexos (RODRYGUEZ et al. 2017).

Dessa forma, a TCCB apresenta-se como um método valioso para auxiliar no diagnóstico endodôntico, por ser uma técnica tridimensional que utiliza a radiação x, o que não é possível na radiografia periapical. Quando comparada a tomografia convencional, a TCCB utiliza doses menores de radiação (1/6 da TCFB), mostra as estruturas ósseas com volume, imagens concisas, semelhante a radiografia panorâmica. Além disso, o alcance das imagens leva uma maior fidelidade ao diagnóstico, planejamento e prognóstico dos pacientes (LUQUETTI et al. 2020).

As radiografias convencionais nem sempre nos permitem diagnosticar uma morfologia exata do dente, devido ser imagens onde encontramos várias sobreposições de estruturas, dificultando então a obtenção de uma imagem correta (DA SILVA et al. 2015).

Alguns dentes possuem sistemas radiculares mais complexos, exemplo disso são os molares superiores que possuem o canal mesio-vestibular (MV) que pode variar de um único canal simples, ou a presença de um segundo canal mesio-vestibular (MV2). Devido à complexidade do sistema de canais radiculares de molares superiores, tem sido bastante usada a tomografia computadorizada para poder investigar e conhecer melhor o sistema de canais radiculares, com isso aumentando a taxa de sucesso do tratamento endodôntico nesses dentes (MING-GENE et al. 2009).

METODOLOGIA

A metodologia utilizada neste estudo consistiu em um estudo de caso clínico com o objetivo de avaliar a importância do uso da tomografia computadorizada na localização do segundo canal mesio-vestibular. O estudo foi realizado em ambiente

clínico, com a participação de um paciente que apresentava um molar superior anatômico complexo.

Inicialmente, foram realizados exames clínicos e radiográficos para avaliar a condição do dente e identificar possíveis indícios de um segundo canal méso-vestibular. Posteriormente, uma tomografia computadorizada do dente relevante foi obtida usando equipamento apropriado.

Com base na localização precisa do segundo canal méso-vestibular através da tomografia computadorizada, um plano de tratamento endodôntico foi estabelecido. O tratamento foi realizado de acordo com as melhores práticas da endodontia, utilizando técnicas e instrumentos adequados para acessar e tratar o canal identificado.

Ao longo do processo, informações clínicas relevantes, como tempo de localização do canal, sucesso do tratamento e ocorrência de complicações ou desafios adicionais, foram registradas. Esses dados foram compilados e analisados para avaliar a eficácia e a importância do uso da tomografia computadorizada na localização do segundo canal méso-vestibular.

APRESENTAÇÃO DO CASO

Paciente W. D. do sexo masculino, 44 anos de idade, compareceu a clínica escola do Instituto localizado em Goiás, no curso de especialização em endodontia, no dia 22/09/2021, foi feita a anamnese onde pode se observar as condições sistêmicas do paciente normais, não fazia uso contínuo de medicações e não apresentava sinais e/ou histórico de alergia. Foi relatado pelo paciente que foi feito um tratamento endodôntico no dente (Figura 1), porém o mesmo ainda o incomodava ao mastigar.

Figura 1- Raio x inicial, tratamento endodôntico dente 16



Fonte: autores

Ao observar a tomografia feita anteriormente pelo paciente, podemos notar que o canal MV2 do dente 16 não havia sido tratado e que possuía presença de lesão periapical. Diante disso foi realizado o acesso do dente e optou-se por fazer um retratamento seletivo, localizado o MV2, instrumentação até a lima 25.05, irrigação com EDTA e hipoclorito 2,5% e agitação com easy clean, medicação intracanal callen com PMCC e restauração provisória com restaurador provisório e resina flow.

No dia 19/10/2021 paciente retornou a clínica com a mesma sintomatologia ao mastigar, então realizou-se a desobturação do canal MV com inserto ultrassônico R2 flatsonic, irrigação com EDTA e hipoclorito de sódio 2,5% e agitação com easy clean e com inserto ultrassônico clearsonic e selamento com restaurador provisório e resina flow. (Figura 2), (Figura 3), (Figura 4)

Figura 2- Localização do MV2 e desobturação do MV



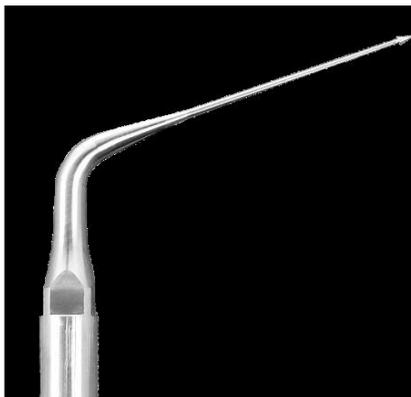
Fonte: autores

Figura 3- Inseto ultrassônico R2



Fonte: helseultrasonic.com

Figura 4- Inseto ultrassônico R1



Fonte: helseultrasonic.com

No dia 15/11/2021 paciente voltou com sintomatologia, então foi realizado a desobturação dos canais palatino e disto-vestibular com a lima recíproca 25.08 instrumentação com lima rotatória logic no palatino e disto-vestibular até e lima 40.05 no comprimento de patência. Irrigação e agitação com hipoclorito de sódio 2,5% e EDTA (3 vezes), colocado callem com PMCC como medicação intracanal e selamento com restaurador provisório e resina flow. (Figura 5)

Figura 5- Raio x da desobturação dos canais



Fonte: autores

Dia 24/01/2022 paciente sentiu dor entre as sessões, procurou um consultório particular onde fizeram o acesso desse dente, retirada da medicação intracanal e solicitação de uma nova tomografia. No novo exame tomográfico não observamos presença de trinca ou fratura, mas constatando, a presença de um istmo entre o canal mesio-vestibular e mesio-palatino. Foi realizado o acesso do dente, lima #15 no canal mesio-medial, agitação de hipoclorito de sódio 2,5% e EDTA patência e medicação intracanal callem com PMCC e selamento provisório. (figura 6)

Figura 6- Corte axial do dente 16



Fonte: autores

No dia 21/03/2022 paciente retornou sem sintomatologia espontânea, mas queixa de dor ao mastigar, mesmo diante a sintomatologia foi sugerido ao paciente obturação dos canais, foi realizada a obturação com cone único 40.05, nos canais mesio-vestibular, disto-vestibular e palatino e cone 25.05 no canal MV2 na

odontometria de 19 mm nos canais mesio-vestibular, disto-vestibular e palatino e de 18 mm no canal MV2, foi realizado o protocolo de agitação final e terapia fotodinâmica com 9 joules e obturação com cimento endofill (Figura 7)

Figura 7- Raio x final da obturação do dente 16



Fonte: autores

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Neste caso a tomografia computadorizada foi eficaz na identificação e localização do segundo canal méso-vestibular, fornecendo uma imagem tridimensional detalhada do complexo radicular. E com isso permitiu um tratamento endodôntico mais preciso e bem-sucedido.

Em um estudo mais recente realizado por Pauwels et al. (2017), examinou-se a habilidade dos dentistas em interpretar imagens de CBCT para identificar lesões patológicas e anatomia normal. Os resultados revelaram que os dentistas apresentaram uma taxa de acerto média de 74,2% na interpretação das imagens. Embora essa taxa de acerto seja considerada moderadamente, ressalta-se que um treinamento adicional e maior experiência pode melhorar a precisão diagnóstica dos dentistas.

Para Taylor e cols. (2007), a tomografia computadorizada não deve substituir as radiografias convencionais, mas sim ser utilizada como coadjuvante para oferecer um tratamento melhor ao paciente, especialmente em casos complexos e em situações como de tratamento endodôntico.

Segundo BLAINE et al. (2006), como falhas no tratamento endodôntico de molares superiores podem ser atribuídas a diversas razões, como instrumentações

ineficientes, dificuldade de limpeza devido à complexidade do sistema de canais radiculares e presença de canais extras não tratados.

Essas complexidades tornam o tratamento mais difícil de chegar no objetivo de uma boa limpeza, boa instrumentação e uma obturação tridimensional de todo sistema de canais radiculares (FERGUSON et al. 2005).

O istmo, tem sido um tecido pulpar de ramificação de bastante estudo, atualmente é definido como a ramificação que conecta dois ou mais canais de uma mesma raiz e sua presença nos molares superiores na raiz mesio-vestibular é variável (WELLER et al. 1995; DEGERNESS et al. 2010).

De todos os canais dos molares superiores, o canal MV2 é o mais difícil de localização e instrumentação (BUHRLEY et al. 2022). Essa dificuldade se dá devido ao pequeno diâmetro do MV2, a posição em que pode se encontrar, a presença de cálculos pulpares na câmara pulpar e até mesmo a calcificação desse canal (IMURA et al. 1998).

Após falha no tratamento endodôntico, o pedido da tomografia computadorizada fica indispensável, a verificação do exame tomográfico e varreduras de imagens mostra que os cirurgiões dentistas alteram seu plano de tratamento em 48,9% dos casos (RODRYGUEZ et al. 2017).

CONCLUSÃO

Conclui-se que um bom planejamento pré-tratamento endodôntico é essencial. Desse modo, o conhecimento da complexidade da anatomia dos sistemas de canais radiculares de cada dente e o uso de tecnologias odontológicas avançadas, como a tomografia computadorizada, podem fornecer melhores resultados e aumentar a taxa de sucesso dos tratamentos endodônticos.

REFERÊNCIAS

BLAINE, MC. et al. **Root and Root Canal Morphology of the Human Permanent Maxillary First Molar: A Literature Review.** Journal of Endodontics, v.32, p.813-821, 2006.

BUHRLEY, L.J. et al. **Effect of Magnification on Locating the MB2 Canal in Maxillary Molars.** Journal of Endodontics, v.28, n.4, p.324-327, 2002.

DA SILVA I, SALINAS D, SARMIENTO J. **Radiovisiógrafo y tomógrafo como métodos auxiliares para el diagnóstico de patologías periradiculares en molares inferiores en pacientes tratados endodóticamente en la clínica del adulto de la Universidad José Antonio Páez.** Valencia, Venezuela: Universidad José Antonio Páez.; p. 1-4, 2015.

DEGERNESS, R. A.; BOWLES, W.R. **Dimension, Anatomy and Morphology of the Mesiobuccal Root Canal System in Maxillary Molars.** Journal of Endodontic, v.36, p.985-989, 2010.

FERGUSON, D.B. et al. **Three Canals in the Mesiobuccal Root of a Maxillary First Molar: A Case Report.** Journal of Endodontic, v.31, n.5, p.400-402, 2005.

IMURA, N. et al. **Two canals in mesiobuccal roots of maxillary molars.** International Endodontic Journal, n.31, p.410-414, 1998.

LUQUETTI, B. et al (2020). **Aplicabilidade da tomografia computadorizada de feixe cônico na endodontia:** Journal of Endodontics, n34, p.87–89,2020.

MING-GENE, T. et al. **Detection of permanent three-rooted mandibular first molars by Cone-Beam Computed Tomography imaging in Taiwanese individuals.** Journal of Endodontic, v.35, p.503-507, 2009.

RODRÍGUEZ G. et al. **Influence of Cone-beam Computed Tomography in Clinical Decision Making among Specialists.** Journal of Endodontics, p.194–199, 2017.

RODRYGUEZ G. et al. **Influência da tomografia computadorizada de feixe cônico nas estratégias de retratamento endodôntico entre clínicos gerais e endodontistas.** Journal of Endodontics v.43, p.1433-7., 2017.

SCARFE, W.S.; FARMAN, A.G.; SUKOVIC, P. **Clinical Applications of Cone-Beam Computed Tomography in Dental Practice.** Journal of Canadian Dental Association, v.72, n.1, p.75-80, 2006.

TAYLOR, P. C. et al. **Endodontic applications of Cone-Beam volumetric tomography.** Journal of Endodontic, v.33, p.1121-1132, 2007.

TSURUMACHI, T.; HONDA, K. **A new cone beam computerized tomography system for use in endodontic surgery.** International Endodontic Journal, v.40, p.224-232, 2007.

VELVART, P.; HECKER, H.; TILLINGER, G. **Detection of the apical lesion and the mandibular canal in conventional radiography and computed tomography.** Oral Surgery, Oral Medicine, Oral Pathology, Oral Radiology and Endodontics, v.92, p.682-688, 2001.

WELLER, R.N. et al. **Incidence and Position of the Canal Isthmus.** Part 1. Mesio Buccal Root of the Maxillary First Molar. Journal of Endodontics, v.21, n.7, p.380-383, 1995.

WENG, X. et al. **Root Canal Morphology of Permanent Maxillary Teeth in the Han Nationality in Chinese Guanzhong Area: A New Modified Root Canal Staining Technique.** Journal of Endodontics, v.35, n.5, p.651-656, 2009.

**DESCARTE DE MEDICAMENTOS EM LOCAIS INADEQUADOS:
IMPACTOS CAUSADOS POR ESSA PRÁTICA NO MEIO AMBIENTE**

Camille Vytoria Matos Lima*

Kamylla Ketylla Silva Magalhães**

Tallia Batista de Oliveira***

Daniela Soares Rodrigues****

Cláudia Ribeiro de Lima*****

Carla Rodrigues Cunha*****

Vanessa Gabriela Gonzales Marques *****

Stefânia Poliana de Lima Alves*****

RESUMO

Devido aos constantes avanços da ciência farmacêutica e da medicina, o descarte de medicamentos tornou-se um hábito comum na sociedade atual. Os fármacos contêm substâncias que não se degradam naturalmente, logo, é importante discutir sobre os impactos causados por essa prática no Meio Ambiente. Ao descartar tais compostos químicos de forma inadequada, contamina-se o solo e os lençóis freáticos, o que compromete a vida dos animais e do próprio homem. Sendo assim, o projeto possui como objetivos: discutir os problemas socioambientais associados ao descarte indevido de medicamentos; sensibilizar a população sobre os efeitos e consequências desse ato; coletar e averiguar materiais buscando esclarecer dúvidas sobre os possíveis riscos ao meio ambiente e ao homem.

Palavras-chave: Fármacos vencidos; Descarte indevido; Riscos; Logística reversa; Meio-ambiente.

DISPOSAL OF EXPIRED DRUGS IN INAPPROPRIATE LOCATIONS

ABSTRACT

Due to constant advances in pharmaceutical science and medicine, disposing of medications has become a common habit in today's society. Drugs contain substances that are not naturally degraded, so it is important to discuss the impacts caused by this practice. By disposing of such chemical compounds improperly, the soil and groundwater are contaminated, which compromises the lives of animals and man himself. Therefore, the project has the following objectives: to discuss the severity of socio-environmental problems associated with the improper disposal of medicines; sensitize the population about the effects and consequences of this act; collect and investigate materials seeking to clarify doubts about possible risks to the environment and to man.

Keywords: Expired drugs; Improper disposal; Scratches; Reverse logistic; Environment.

INTRODUÇÃO

Segundo Santos e Frizon (2019), apesar do Brasil estar entre os países que mais consomem medicamentos no mundo, ainda não há uma lei que determine a forma correta de descartá-los. No entanto, a política nacional de resíduos sólidos (Lei 12.305/10) regulamenta o funcionamento da logística reversa no Brasil.

O Paraná, por exemplo, conta com a logística reversa, onde os fármacos vencidos devem ser devolvidos aos pontos de coletas: farmácias e drogarias, onde serão coletados por empresas ambientalmente licenciadas que os destina aos fins adequados, como por exemplo: incineração e aterro de classe industrial. Outros estados da federação também contam com o sistema de coleta, entre eles: Bahia, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Minas Gerais e Espírito Santo, porém ainda não há um plano de ação a nível nacional em funcionamento efetivo.

De acordo com Lemos (2019), ralo, pia, lixo comum e até mesmo vaso sanitário, são exemplos de descarte inadequado de fármacos. Quando isso ocorre, há a liberação de substâncias tóxicas no meio ambiente, isto é, a interferência de forma negativa na harmonia do mesmo. Uma consequência avassaladora desse ato é o destino dessas substâncias, pois o mesmo segue diretamente em direção às águas pluviais, tendo como resultado o comprometimento da vida dos peixes, bem como, pode incorporar em alimento e retornar ao consumo humano.

Santos e Frizon (2019), ressaltam exemplos de alterações causadas por medicamentos descartados em locais inadequados: contraceptivos podem alterar a sexualidade das espécies animais. Os antibióticos podem promover a resistência bacteriana, que têm como consequências, piora dos quadros de infecções, como por exemplo: infecções hospitalares (KPC). Quando não ocorre a remoção desses medicamentos, estes passam anos mantendo suas propriedades e provocando danos como os já citados acima.

METODOLOGIA

O método utilizado para a construção deste estudo trata-se de revisão bibliográfica de literatura no período entre abril e junho de 2023, através da base de dados do SciELO e do Google Acadêmico. Os termos utilizados para a realização da busca foram: descartes inadequados de medicamentos, impactos do descarte irregular de medicamentos, automedicação e logística reversa.

RESULTADOS E DISCUSSÃO

Visando colher e analisar dados que proporcionem uma melhor compreensão da temática, foram revisados artigos que contêm informações de suma importância: bases que nos mostram o entendimento da população de determinadas regiões do país em relação a forma correta de descartar fármacos vencidos, ou que por outro motivo não servem mais para o seu consumo.

Através de pesquisas realizadas por Leite et al (2020), observa-se que no município de Bragança Paulista, localizado no estado de São Paulo, a população encontra-se bem informada quanto ao conceito de logística reversa, pois 50,8% dos entrevistados afirmam saber do que se trata. Enquanto 31,4% alegam não saber e os demais (17,8%) afirmam não possuir certeza em relação ao assunto.

De acordo com Silva e Leão (2019), foram realizadas pesquisas com alunos de diferentes cursos de graduação e técnicos em uma faculdade e em um colégio de Paulínia (SP), com o intuito de entender como os mesmos realizam o descarte de medicamentos. O resultado da pesquisa evidencia a falta de conhecimento quanto a logística reversa e dos pontos de coleta presentes na região e ainda ressalta a falta de campanhas que conscientizem a população.

Ao comparar essas duas pesquisas, considerando que se trata de cidades localizadas no estado mais populoso do Brasil, tal como, o que possui o maior número de farmácias, é evidente que o mesmo pode estar deixando a desejar no que diz respeito a políticas públicas voltadas para a conscientização do descarte adequado de medicamentos.

Como os entrevistados fazem o descarte de medicamentos?

Segundo Leite et al (2020), no município de Bragança Paulista (SP), “grande maioria, 52,5%, descartam os medicamentos no lixo comum, enquanto 19,5% levam ao posto de saúde, 16,1% levam a farmácia e 7,6% descartam no vaso sanitário.”

Em concordância com Silva e Leão (2019), na região do Distrito Federal, os entrevistados em locais públicos apresentaram uma taxa de descarte de 62,9% para medicamentos com validade expirada. 80,7% alegaram sofrer com ausência de informações a respeito do descarte adequado de medicamentos e 34,8% o fazem da forma incorreta e 73,6% realizaram o último descarte em resíduo comum. 8,7% descartaram na pia e 7,0% em vaso sanitário.

De acordo com essas referências, é perceptível que são poucos os indivíduos que realizam o descarte desses compostos químicos da forma correta. Esse comportamento inadequado é explicado devido à ausência de informações, pois a população não é instruída dos malefícios presentes na composição dos medicamentos e principalmente, não tem dimensão dos problemas que esse ato pode causar à saúde humana e ao meio ambiente.

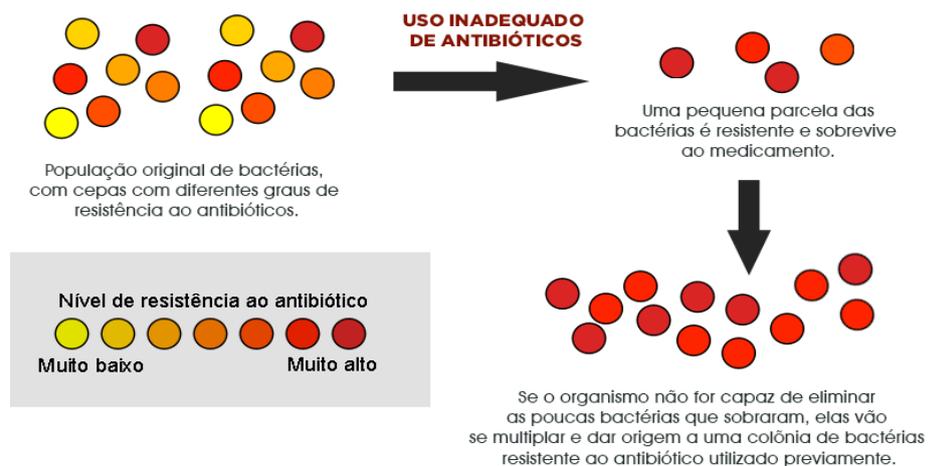
Intoxicação por Medicamentos

Como já citados anteriormente, o descarte inadequado de medicamentos acompanha inúmeras consequências, que vão desde a contaminação das águas, prejudicando a vida das espécies animais, até ao ponto que podem retornar ao consumo humano e interferir em sua saúde.

Há cidadãos que armazenam grandes quantidades de medicamentos em suas residências, o que é propício a causar intoxicação e segundo o Sistema Nacional de Informações Tóxico-Farmacológicas (Sinitox), da Fundação Oswaldo Cruz, a causa supera até mesmo intoxicação relacionadas a produtos de limpeza, agrotóxicos e alimentos. De acordo com Duarte et al (2021), a intoxicação é uma das reações adversas graves causadas pelo consumo de fármacos vencidos ou em excesso e no ano de 2016 a intoxicação acidental representou uma das principais causas dos episódios.

Consequências do consumo indiscriminado de medicamentos

É importante ressaltar que o uso de medicamentos de forma desenfreada pode acarretar em prejuízos à saúde antes mesmo de seu descarte. Os antibióticos, por exemplo, podem modificar a resistência das bactérias causadoras de doenças, fazendo com que o fármaco se torne inútil em seu combate, além de afetar o funcionamento do nosso organismo. Pesquisa realizada pela Secretaria de Saúde da Prefeitura de Mogi das Cruzes (SP), aponta que a automedicação é a maior causa associada tanto a intoxicação, quanto as modificações acarretadas pelos fármacos, tal como, expõe que 77% dos brasileiros se automedicam. Como apresentado na (FIGURA 1) mecanismo de resistência aos antibióticos.



Fonte: Pinheiro, P (2023).

Fármacos resistentes a tratamentos convencionais da água

Conforme Peixoto et al (2020), existem diferentes técnicas que são utilizadas para remover as substâncias químicas da água, porém, inúmeras delas não são removidas completamente, resultando na persistência das mesmas em múltiplos ambientes. Bisfenol A, diclofenaco, sulfametoxazol, trimetoprima, encontram-se entre essas substâncias.

Se por um lado o desenvolvimento científico no último século contribuiu para a descoberta e produção de novos medicamentos de forma intensiva, tornando-se algo indispensável na atualidade, por outro lado, seus impactos passam a ser algo proporcional aos atos humanos e desproporcional ao meio ambiente. Estudo realizado pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais observou que a companhia Brasil Health Service (BHS) levantou dados no ano de 2010, onde 1kg de medicamento descartado por meio do esgoto pode contaminar até 450 mil litros de água.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando que o Brasil ocupa a posição de país com maior quantidade de farmácias a nível mundial, seria plausível a implementação de uma lei que regulamenta o descarte de medicamentos vencidos por parte do consumidor doméstico. Tendo em vista a ausência de informação e conhecimento dos cidadãos, se faz necessário o investimento na conscientização do público brasileiro, tanto em relação aos pontos de coleta, bem como, no que diz respeito ao consumo indiscriminado de medicamentos e principalmente, nas consequências do descarte indevido dessas substâncias.

Verifica-se que investir em educação é a melhor alternativa desde o início dos tempos, já que a mesma possui fatores motivacionais que têm a capacidade de criar agentes de mudanças no âmbito social. Portanto, os farmacêuticos também são importantes agentes de mudanças e seu conhecimento e cuidado com o próximo fazem deles ferramentas valiosas nesse processo de instruir a sociedade a praticar o uso racional de remédios, tal como, de descartá-los da forma correta.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL, 1991 Rio de Janeiro: **FIOCRUZ/CICT/SINITOX**; 1992. Disponível em: <<https://sinitox.iciet.fiocruz.br/>>. Acesso em: 08 de junho de 2023.

Descarte irregular de medicamentos. Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais. Disponível em: <<https://www.saude.mg.gov.br/cer/story/9819-descarte-irregular-de-medicamentos-causa-impactos-a-saude-e-ao-meio->>



Doi:10.5281/zenodo.8156336

Volume 3, N.1, ANO 2023 –ISSN:2763-6631

O DILEMA DA DEMOCRACIA: POR QUE OS CIDADÃOS ESTÃO PERDENDO A CONFIANÇA NO SISTEMA POLÍTICO

DEMOCRACY'S DILEMMA: WHY CITIZENS ARE LOSE TRUST IN THE POLITICAL SYSTEM

Guilherme Henrique Marques Azevedo*

Hayzza Haytt Souza Alves Leite **

José Victor Peres de Jesus ***

Karen de Souza Silva ****

Larissa Assunção Pires *****

Sara Daniela Fagundes Santos *****

Maria Alvinia Cunha Pereira da Silva *****

Tales Gabriel Barros e Bittencourt *****

RESUMO

O livro o povo contra a democracia, de Yascha Mounk, é uma obra que analisa como a democracia liberal está sendo desafiada e ameaçada pelo surgimento de movimentos populistas e autoritários em diversos países do mundo, buscando entender as causas e as consequências desse fenômeno político. O autor expõe que a democracia liberal está em crise porque suas duas ideias principais – liberdade política e igualdade política – se separaram e entraram em conflito. Assim dispõe de fatores como a desigualdade econômica, social e política; a diversidade racial e cultural; a globalização e a imigração; as mídias sociais; e a desconfiança nas instituições democráticas como responsáveis por essa crise. Dessa forma o livro nos mostra inúmeras mudanças institucionais e valorização dos princípios liberais e democráticos como formas de fortalecer a democracia e resistir às ameaças autoritárias.

Palavras chaves: liberalismo, igualdade, democracia, conflito.

ABSTRACT

The book “The people against democracy” by Yascha Mounk is an analysis of the crisis of liberal democracy in the world today, where they analyze the causes and consequences of the rise of populism and authoritarianism in

* Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: guilhermemarques8408@gmail.com

** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: hayzza_haytt@hotmail.com

*** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: josevictor2552000@gmail.com

**** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: karenadvocaciaqc@gmail.com

***** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: larissaassuncao@outlook.com

***** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: saradanielifagundes97@gmail.com

***** Orientadora, Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde -Go – UniRV- e Pós Graduada em Constelação Sistêmica Familiar. E-mail: mariaalvinacunha@hotmail.com

***** Orientador, Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde – Go – UniRV, Advogado e Pós Graduado em Direito e Processo Civil. E-mail: talesgabriel@hotmail.com

several countries. The author exposes that liberal democracy is in crisis because its two main ideas – political freedom and political equality – separated and came into conflict. Thus, it disposes of factors such as economic, social and political inequality; racial and cultural diversity; globalization and immigration; social media; and distrust in democratic institutions as responsible for this crisis. In this way, the book shows us numerous institutional changes and the appreciation of liberal and democratic principles as ways to strengthen democracy and resist authoritarian threats.

Keywords: liberalism, equality, democracy, conflict.

INTRODUÇÃO

É inquestionável a existência de uma crise da democracia em todos os países. Passando a surgir inseguranças e dúvidas quanto a democracia, na figura em que a população tem ficado mais com as mãos atadas do que feito alguma coisa. A cada dia tem surgido mais à vontade e a participação dos políticos do que a conversão da vontade do povo nas políticas públicas. Surgindo ameaças sobre o liberalismo, que tem sido alvo de grandes incertezas, sendo a partir dele a existência da garantia da proteção da liberdade de expressão, sem censura da imprensa e de seus direitos individuais. Derivando na democracia liberal, garantindo a proteção dos direitos fundamentais e individuais e ao mesmo tempo traduzindo a vontade dos cidadãos em todo o país.

A crise tem se consolidado e o interesse dos cidadãos na vida política tem diminuído. E isso, conseqüentemente traz um grande impacto político, convergindo diretamente na democracia e no significado da política genuína. A verdade é que, todos os países precisam de alguém para a representação do povo na sociedade, mas a cada década os cidadãos acreditam menos que o representante eleito agirá no interesse do povo e por isso, tem se instalado uma crise. O povo não quer mais participar da vida política pelo descontentamento e indignação de determinados governos.

Os cidadãos têm perdido a confiança nas instituições democráticas, e isso acarreta problemas no país que vai abarcar todo o sistema político, financeiro e social. “O verdadeiro problema enfrentado pela democracia hoje”, escreve Astra Taylor em sua elegia “O ímpeto antidemocrático”, não é “o excesso, mas a falta de poder popular”. Por isso, o cidadão não poderá ficar inerte em relação à vida política, pois o quadro político já é preocupante, e cada vez mais tem surgido políticos incapazes de coordenar um país e por conseguinte tem tirado o poder do povo.

Hoje o cidadão não está mais interessado em saber os resultados dos debates sobre a organização das políticas públicas. Antigamente as decisões políticas eram formadas por pessoas que tinham contado com seus eleitorados, devendo estar abarcados na vontade e

propósito do povo, mas hoje essas decisões estão cada vez mais longes da vontade do povo, faltando-lhe o comprometimento.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Analisando a crescente crise da democracia liberal no mundo atual, o autor defende que a democracia liberal está sendo ameaçada pela separação entre democracia e liberalismo, ou seja, entre o poder popular e os direitos individuais. Essa separação levaria a dois tipos de regimes antidemocráticos: a democracia iliberal, onde há eleições, mas não há respeito pelas minorias, pela imprensa e pelas instituições; e o liberalismo antidemocrático, onde há direitos, mas não há participação popular nas decisões políticas.

As origens dessa crise se apresentam a partir de três fatores principais: o declínio econômico, a mudança cultural e a insatisfação popular. O declínio econômico se refere à estagnação da renda e à desigualdade social que afetam as classes médias e baixas nos países desenvolvidos. A mudança cultural se refere à diversidade étnica e religiosa que resulta da imigração em massa e do multiculturalismo, que geram conflitos de identidade e valores. A insatisfação popular se refere à perda de confiança nas elites políticas e nas instituições democráticas, que são vistas como corruptas, ineficientes e distantes dos interesses dos cidadãos.

A fatores que se apresentam como remédios para salvar a democracia liberal da crise. Entre eles, estão: melhorar as redes de proteção social para garantir oportunidades e dignidade aos trabalhadores; promover um patriotismo inclusivo que valorize a diversidade e o pertencimento à nação; fortalecer a educação cívica para formar cidadãos conscientes e engajados; reformar o sistema político para torná-lo mais representativo e responsivo; combater o populismo autoritário com argumentos racionais e emocionais; defender os valores universais da democracia liberal contra os relativismos culturais. Em tese a obra apresentada pelo autor se torna importante e atual, oferecendo uma visão ampla e profunda sobre os desafios que a democracia liberal enfrenta no século XXI.

Porquanto, esses remédios podem encontrar barreiras práticas para terem uma eficácia plena. As elites e os partidos antes favorecidos pela crise democrática podem se opor a essas mudanças, gerando uma carência de credibilidade com a sociedade, uma desconfiança quanto as informações disseminadas pelos meios de comunicação, gerando embates entre os grupos sociais e discordância quanto ao que são valores democráticos universais. Diante do exposto, é necessário buscar formas de dialogar e de construir consensos entre os diferentes grupos da

sociedade, sempre mantendo o respeito a diversidade e a pluralidade de opiniões, porém, mantendo a defesa dos princípios institucionais democráticos, garantindo a proteção da democracia. Fortalecendo a participação e a mobilização dos cidadãos nos assuntos políticos, se torna mais tangível a população fiscalizar e cobrar uma política transparente, ética e eficiente.

METODOLOGIA

Uma revisão bibliográfica precisa estar fundamentada em algumas razões, sejam elas práticas ou intelectuais e de acordo com Gil (2002), por pesquisa bibliográfica entende-se a leitura, a análise e a interpretação de material impresso, por dispor que: “os livros constituem as fontes bibliográficas por excelência. Em função de sua forma de utilização, podem ser classificados como de leitura corrente ou de referência.” (GIL, 2002, p.44)

Quanto à abordagem utilizada para a realização da pesquisa será qualitativa, que tem como característica a investigação no contexto analisado e perspectiva interpretativa desses possíveis dados para a realidade, conforme esclarecem Mezzaroba e Monteiro (2009).

Para alcançar o objetivo almejado na presente pesquisa, será utilizado o método de abordagem dedutivo, por meio de procedimentos técnicos de pesquisa bibliográfica da obra “O povo contra a democracia”, por meio da abordagem qualitativa que para sua aplicação necessita de um estudo amplo do objeto almejado na pesquisa, analisando o contexto em que ele está inserido bem como as características da sociedade que pertence.

Sendo que nesta linha de pesquisa, Marconi e Lakatos (1992), apresentam em sua obra Metodologia do Trabalho Científico que a pesquisa bibliográfica nada mais é que o levantamento de toda a bibliografia já publicada, seja em livros, manuais, revistas, jornais, e fontes informais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Yascha Mounk afirma que a democracia liberal está em crise porque se distanciou do povo e criou um sistema de “direitos sem democracia”. Porém o próprio povo, desconfiado e insatisfeito com as elites e as instituições liberais, foi quem abriu espaço para esses “líderes” que criam um sistema de “democracia sem direitos”. Toda esta crise se iniciou com o advento das tecnologias, que ampliaram o poder de controle das massas, através da publicação das notícias e informações, antes mantidas nas mãos dos Governos, e hoje se encontra nas mãos

de toda uma população, podendo criar uma disseminação mais rápida de notícias, porém podendo também gerar falsas informações, prejudicando ou favorecendo os governos, conforme a informação divulgada.

A estagnação econômica e uma crise de identidade dos povos fez com que eles cada vez mais ponderassem quanto a capacidade do governo democrático de melhorar as condições de seus respectivos países, demonstrando uma falta de fé cívica tremenda nesta geração. O autor acredita que esta geração vive “tempos extraordinários” que necessitam de “medidas extraordinárias” para a manutenção da democracia.

Porém é preciso reverter esse processo e equilibrar democracia e liberalismo, garantindo participação popular e direitos individuais. Devemos propor medidas como reforma do sistema eleitoral, combate à desigualdade econômica, fortalecimento da sociedade civil, promovendo uma cultura cívica em prol da defesa dos valores universais da democracia liberal. Não existe caminho curto, ou solução mágica para resolver os problemas de nossa nação, mas para garantir a continuidade da nossa democracia, devemos entender que não há regimes eternos, que essa constância depende do povo e da sua capacidade de superar as inconsistências e falhas, e precisamos exigir cada vez mais dos governantes eleitos, que façam um governo do povo e para o povo. Entendendo sempre o poder que o povo tem nas mãos, lutando com afinco contra as ameaças constantes a nosso regime democrático.

Ademais, compreendendo que o governo é espelho de seu povo que o elegeu, que por conseguinte é fruto de uma educação anticívica, que gerou durante décadas uma sensação de indiferença quanto as instituições democráticas. É necessário então uma maior discussão, desde a menor formação acadêmica, par que se crie uma compreensão mais ampla da importância da democracia, gerando nos jovens um desejo de defendê-la, conservando assim, nossos direitos e garantias fundamentais já elencados na nossa Constituição.

REFERÊNCIAS

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

MEZZAROBA, O.; MONTEIRO, C. S. **Manual de metodologia da pesquisa no Direito**. São Paulo: Saraiva, 2009.

MARCONI, Marina de Andrade; LAKATOS, Eva Maria. **Metodologia do trabalho científico**. São Paulo: Editora Atlas, 1992. 4ª ed. p.43 e 44.

MOUNK, Yascha. **O Povo Contra a Democracia: Porque Nossa Liberdade Corre Perigo e Como Salvá-la**. Editora Companhia das Letras, 2019.

O INSTITUTO DA INDIGNIDADE NO DIREITO DAS SUCESSÕES

THE INSTITUTE OF INDIGNITY IN PROBATION LAW

Gabrielly Ribeiro de Oliveira Santos *

RESUMO

O Direito das Sucessões é um ramo do Direito Civil que disciplina a transferência do patrimônio do falecido aos herdeiros, em virtude de lei ou testamento. Entretanto, em alguns casos, o ordenamento jurídico prevê a exclusão da herança de herdeiros e ou legatários, mediante a indignidade sucessória e a deserdação, que está disposta no artigo 1.814, 1.962 e 1.963 ambos do Código Civil de 2002. Entretanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar o instituto da indignidade no direito sucessório a luz do direito civil brasileiro. Dessa forma, as reflexões iniciam de forma introdutória apresentando resumidamente a indignidade. Em seguida, discorreu-se acerca da exclusão da capacidade sucessória e suas previsões legais, buscando delinear o conceito do instituto em estudo. Tendo como fim esclarecer as peculiaridades da capacidade sucessória, tratando acerca da importância dos institutos da indignidade e deserdação.

Palavras-chave: Direito das sucessões. Indignidade. herança.

ABSTRACT

Succession Law is a branch of Civil Law that governs the transfer of assets of deceased heirs, by virtue of law or will. However, in some cases, the legal system provides for the exclusion of the inheritance of heirs and/or legatees, through succession unworthiness and disinheritance, which is provided for in articles 1814, 1962 and 1963, both of the 2002 Civil Code. aims to analyze only the institute of unworthiness in inheritance law in the light of Brazilian civil law. Thus, the reflections begin in an introductory way, briefly presenting the indignity. Then, the exclusion of succession capacity and its legal provisions were discussed, seeking to outline the concept of the institute under study. With the aim of clarifying the peculiarities of succession capacity, dealing with the importance of the institutes of unworthiness and worthiness.

Keywords: Probate law. Indignity. heritage.

INTRODUÇÃO

No ordenamento jurídico brasileiro, a definição clássica da indignidade, cunhada por Clóvis Beviláqua, ensina tratar-se de “privação do direito hereditário cominada por lei a quem cometeu certos atos à pessoa ou aos interesses do hereditando” (BEVILÁQUA, 2000). Isto posto, a indignidade é uma punição aplicada a quem tenha ofendido gravemente a pessoa de quem sejam herdeiros ou legatários.

A prática dos atos ofensivos, descrita na lei, é de tal forma gravosa, que se torna incompatível com o recebimento de bens ou benefícios provenientes da herança, punindo-se

* Graduando em Direito pela Universidade Estadual de Goiás, Unidade Universitária de Iporá, GO. E-mail: gabriellykaoo@gmail.com

o(a) indigno(a) com a impossibilidade de recebê-los. Considerada, assim, uma penalidade civil, que não comporta a possibilidade de interpretação extensiva ou analógica, uma vez que não se admite punição sem prévia cominação legal (DINIZ, 2022).

Afirmam os doutrinadores Cristiano Chaves de Farias e Conrado Paulino da Rosa quando arguem:

Não se pode ignorar, todavia, que a prática de algumas condutas pelo beneficiário (herdeiro ou legatário) pode estar revestida de particular reprovabilidade pelo sistema jurídico. Condutas ofensivas, desabonadoras e, até mesmo, criminosas podem ter sido levadas a efeito pelo sucessor em prejuízo daquele que lhe está a transmitir o patrimônio. É nessa ambiência que figuram os institutos da indignidade e da deserção. (FARIAS; ROSA. 2020. p. 228)

E, assim sendo, em situações previstas na lei, algumas pessoas restam excluídas do recebimento do quinhão hereditário. Em decorrência da repulsa das atitudes dos herdeiros em relação ao falecido ou a pessoas próximas a ele, poderão eles ser excluídos da herança. Isso se faz possível através das hipóteses de indignidade e deserção.

Isso acontece porque a sucessão pressupõe uma relação de afeto, respeito e solidariedade entre o titular da herança e o seu sucessor, de modo que a quebra desse pressuposto, por meio da prática de atos inequívocos de desrespeito e menosprezo, justifica o afastamento do herdeiro do seu quinhão hereditário (GONÇALVES, 2020). O herdeiro ou herdeira convertem-se em indignos ao praticar determinados atos taxativos que evidenciam desrespeito e desestima à pessoa falecida, violando o afeto constituinte. Assim, a indignidade intenta punição civil pela perda dos benefícios decorrentes da sucessão (AMORIM, 2004).

Por outro lado, para a clareza de fatos, vale destacar que a deserção se caracteriza como a exclusão de um herdeiro feita pelo próprio autor da herança. Nesta, existe a necessidade de haver a manifestação de vontade do agente, sob qual concorre apenas aos herdeiros necessários, feito em testamento especificando ainda, o motivo real da deserção. Tal ato está previsto nos artigos 1.962 e 1.963 do Código Civil, além de causas próprias, também pode ser utilizadas as causas para indignidade. Deste modo, podemos afirmar que todas as causas que geram a indignidade, podem também gerar a deserção, porém nem todas as causas de deserção geram indignidade.

Nesse íterim, Flavio Tartuce, esmiuça que

Ambos os institutos de penalização ainda se justificam na contemporaneidade, pois o Direito deve trazer mecanismos de coerção contra a maldade, a traição, a deslealdade, a falta de respeito, a quebra da confiança e outras agressões praticadas em clara lesão à dignidade humana, um dos fundamentos da Constituição da República, encartado no seu art. 1.º, inc. III. Sendo assim, entendo que não podem prosperar as teses que pregam a extinção das categorias em estudo, pois o indigno e o ingrato devem ser devidamente penalizados pelo sistema jurídico (TARTUCE, 2021).

Em concluso, cumpre ressaltar que indignidade e deserção não se confundem. Como ensina Carlos Roberto Gonçalves, a primeira possui previsão legal taxativa, já a deserção depende da vontade do autor da herança, que por meio do testamento exclui algum herdeiro. Ressalta-se, ainda, em observância ao Código Civil em seu artigo 1.961, que “Os herdeiros necessários podem ser privados de sua legítima, ou deserdados, em todos os casos em que podem ser excluídos da sucessão” (CÓDIGO CIVIL, 2002).

Por fim, o objetivo do presente artigo é esmiuçar as particularidades do instituto da indignidade no direito sucessório brasileiro, ressaltando a importância destes para a capacidade sucessória do herdeiro ou legatário.

FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

A priori, vale destrinchar o conceito de sucessão como sendo um efeito jurídico ou fenômeno, mais especificamente uma “aquisição ou vinculação mortis causa”, a qual uma pessoa substitui outra, ficando investida num direito ou numa vinculação, ou num conjunto de direitos e vinculações que antes existiam na esfera jurídica do substituído sendo que as situações jurídicas adquiridas pelo novo titular são consideradas as mesmas, antes existentes e tratadas como tais.

Em outra ótica, define-se sucessão como o chamamento de uma ou mais pessoas à titularidade das relações jurídicas patrimoniais de uma pessoa falecida e a consequente devolução dos bens que a esta pertenciam. Desse modo, alude ao processo sucessório que importa determinados elementos essenciais, sendo eles a designação, a abertura da sucessão, a vocação, a aceitação, devolução e partilha.

Em suma, a sucessão é, essencialmente, à investidura em situações jurídica ativas ou passivas patrimoniais, cuja causa é a morte de determinada pessoa (CARVALHO, 2019). Entretanto, existem situações previstas na legislação capazes de afastar o herdeiro do seu quinhão hereditário, são fatos típicos que, se cometidos, excluem o sucessor da ordem sucessória. Isso acontece porque a sucessão pressupõe uma relação de afeto, respeito e solidariedade entre o titular da herança e o seu sucessor, de modo que a quebra desse pressuposto, por meio da prática de atos inequívocos de desrespeito e menosprezo, justifica o afastamento do herdeiro do seu quinhão hereditário por meio dos institutos da indignidade e da deserção (DIAS, 2021).

Entretanto, neste trabalho iremos destrinchar acerca da indignidade sucessória. E, cabe delinear o conceito de indignidade. Para Ascensão (1952), a indignidade sucessória possui natureza sancionatória civil, sendo uma consequência autônoma no plano civil, o direito de demandar tal exclusão em acordo com o disposto no artigo 1.815 do Código Civil, funda-se no ato reprovável do indigno, vis a vis do autor da sucessão e a sua incidência é tal no relacionamento entre ambos que é capaz de remover todos os entraves da ordem pública que o legislador impôs à vontade do testador, devolvendo-lhe a sua plenitude.

Em tradução, se configura como situações em que a lei determina atos reprováveis do sucessível, estabelecendo como sanção o seu afastamento da sucessão. Dessa maneira, a jurisprudência do STJ e TJ-RS evidencia que, a indignidade detém o condão de inibir que haja contra os princípios basilares da justiça e moral, nas hipóteses taxativas do artigo 1.814 do Código Civil Brasileiro, conforme:

"A indignidade tem como finalidade impedir que aquele que atente contra os princípios basilares de justiça e da moral, nas hipóteses taxativamente previstas em lei, venha receber determinado acervo patrimonial (TJ-RS; Apelação Cível, Nº 50001626220218210114, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS, Relator: João Ricardo dos Santos Costa, Julgado em: 22- 03-2023).

Com base no preceito supramencionado, os atos de exclusão são taxativamente enumerados em lei e estão elencados no artigo 1.814 do Código Civil, quais são: atos contra a vida, a honra e a liberdade do de cujus ou de seus familiares, que geram a indignidade e têm como efeito a incapacidade sucessória. Dispõe o aludido:

Art. 1.814. São excluídos da sucessão os herdeiros ou legatários:

- I - que houverem sido autores, co-autores ou partícipes de homicídio doloso, ou tentativa deste, contra a pessoa de cuja sucessão se tratar, seu cônjuge, companheiro, ascendente ou descendente;
- II - que houverem acusado caluniosamente em juízo o autor da herança ou incorrerem em crime contra a sua honra, ou de seu cônjuge ou companheiro;
- III - que, por violência ou meios fraudulentos, inibirem ou obstarem o autor da herança de dispor livremente de seus bens por ato de última vontade (BRASIL, 2002).

Assim, no que se refere aos crimes contra a vida, este é punível somente na modalidade de homicídio doloso, consumado e tentado que possui como autor o herdeiro. Não abrangendo em casos de homicídio culposo mediante imprudência, negligência ou imperícia, sendo irrelevante a motivação do delito. Assim, de acordo com o artigo 935 do Código Civil, em casos de absolvição do condenado, por excludente de fato típico, não é possível o questionamento da indignidade, devido a sentença criminal produz efeitos de coisa julgada, comunicando-se com o resultado no cível.

Ademais, o sucessor configurará como autor, coautor e participe do ato praticado, bastando-a a mera participação no crime. O cônjuge, companheiro, descendente e ascendente do autor da herança também gera indignidade, isto é, se o delito for praticado contra qualquer um de seus parentes, poderá transfigurar-se em indigno. Assim, a jurisprudência aduz que, o inciso I trata do atentando contra a vida, abrangendo a autoria, coautoria ou participação no crime de homicídio ou sua tentativa. Pode-se englobar como exemplo a perda do direito à pensão por morte no caso do infrator que atenta contra quem lhe deixaria referida pensão.

Em análise, ao inciso II do artigo trabalhado, dispõe duas hipóteses de indignidade referidas a honra, sendo: a denunciação caluniosa do de cujus em juízo e a prática de crime contra a honra.

Para fins de caracterização, o crime de denunciação caluniosa, conforme o artigo 339 do Código Penal, quando o indivíduo da causa a “instauração de investigação policial e administrativa, de processo judicial, inquérito civil ou ação de improbidade administrativa contra alguém, imputando-lhe crime de que sabe ser inocente” (CÓDIGO PENAL, 1940). Todavia, é necessário que esta esteja veiculada a juízo criminal, com interposição de queixa ou representação no Ministério Público, de forma que não se configura a indignidade se o herdeiro somente acusasse, caluniosamente, o autor da herança.

Ainda neste estudo, a segunda parte no inciso II do artigo em estudo, se destina a prática de crimes contra a honra do hereditando. O Código Penal elenca estes como, sendo: calúnia, difamação e injúria. Tais crimes, requerem de ação penal condenatória, haja vista que, o dispositivo faz entender que o reconhecimento da indignidade, nas hipóteses previstas, depende de prévia condenação em juízo criminal. Para tal respaldo, cita-se o seguinte acordo:

Para que seja declarada a indignidade com base no art. 1.814, II, 2ª figura, do CC/2002, é imprescindível, por expressa disposição legal, que o herdeiro ou legatário tenha sido condenado pela prática de crime contra a honra do autor da herança. A imprescindibilidade da prévia condenação criminal também decorre do fato de que, nas relações familiares, é razoavelmente comum a existência de desavenças e de desentendimentos que, por vezes, infelizmente desbordam para palavras mais ríspidas, inadequadas e até mesmo ofensivas. Em razão disso, para que haja a declaração de indignidade e conseqüente exclusão da sucessão, a ofensa à honra desferida pelo herdeiro deve ser tão grave a ponto de estimular o autor da herança a propor uma ação penal privada em face dele e gerar a prolação de decisão condenatória pelo juízo criminal reconhecendo que a presença de todos os elementos configuradores da infração penal. A interpretação finalística ou teleológica das hipóteses de exclusão

da sucessão listadas no art. 1.814 do CC/2002 é admissível, mas não obrigatória, razão pela qual, se o ofendido não pretendeu buscar a sanção penal em vida (ou, se pretendeu, não a obteve), não faz sentido que se apure o eventual ilícito, após a sua morte e apenas incidentalmente no juízo cível, com o propósito de excluir o suposto ofensor da sucessão(STJ, 3ª TURMA, RESP- RECURSO ESPECIAL2022/0270996-3, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 07/03/2023, DJEN DATA: 10/03/2023).

Em uma terceira análise, o inciso III do artigo 1.814 do Código Civil, trata dos atos contra a liberdade do autor da herança. Nesse cenário, se alguém mediante emprego de violência ou por meios fraudulentos obstar que a liberdade da pessoa seja exercida, se consuma a prática dos atos contra a liberdade do falecido com seus bens. Tal violência é entendida como física, moral, e também, psicológica. Assim, são punidos com a exclusão da herança por indignidade o herdeiro que, fraudulenta, dolosa ou coativamente, praticar atos, omissões, corrupção, alterações, falsificações, inutilização, ocultação de bens e documentos do “de cujus.

Por fim, salienta-se que a indignidade não se advém de forma automática e é necessário seu reconhecimento por sentença declaratória extinguindo em quatro anos, contados da abertura da sucessão, conforme o Código Civil e jurisprudência:

A exclusão da herança por indignidade não se dá de forma automática, precisando que um dos interessados ingresse com ação de exclusão da herança por indignidade, que só será declarada mediante sentença, após assegurado o devido processo legal ao acusado de indignidade (TRF 3ª Região, 7ª Turma, AI - AGRADO DE INSTRUMENTO - 5030580-68.2021.4.03.0000, Rel. Desembargador Federal TORU YAMAMOTO, julgado em 07/10/2022, DJEN DATA: 17/10/2022).

METODOLOGIA

A presente pesquisa trata de uma Revisão Sistemática de literatura acerca do tema. A revisão bibliográfica possui como finalidade a construção de uma contextualização para o tema abordado e a análise daquilo que está presente na literatura consultada.

Para tal, as seguintes bases de dados foram consultadas: SciELO e Google Acadêmico. A pesquisa nestas bases de dados foi realizada mediante a busca das palavras-chaves: Indignidade, direito de sucessão, herança, fatores que geram a indignidade. Foram utilizados, ainda, como base fundamentativa, o Código Civil Brasileiro, em especial seu artigo 1.814, da qual trata especificamente, no instituto aqui pesquisado, e também, base jurisprudencial que

versam sobre a indignidade no direito sucessório. E ulteriormente, o apontamento teórico foianalisado de modo descritivo, em aporte exploratório.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Vale ressaltar, que o direito sucessório versa sobre o conjunto de regras que disciplinam a transferência do patrimônio de alguém, com a sua morte, aos seus sucessores, em razão de testamento ou da lei. O presente trabalho apresentou primeiramente os institutos, constantes no capítulo que aduz sobre os direitos das sucessões, presente no Código Civil Brasileiro de 2002, relatando suas peculiaridades, características e causas levando ainda em consideração outros diplomas legais, como doutrinas, jurisprudências e artigos, assim fez reflexões mais exatas e definições fidedignas acerca do tema proposto.

Por fim, em razão do objetivo da pesquisa está entrelaçado à análise das causas e efeitos da exclusão da capacidade sucessória, previstas no ordenamento jurídico brasileiro, tendo como base o Código Civil de 2002, com relação a indignidade extrai do trabalho que a principal característica desses fatores é a prática de atos ilícitos e reprováveis, realizados pelos herdeiros, e por isso estes acabam sendo retirados de sua vocação hereditária. O efeito dessa exclusão consiste no fato de que o herdeiro será considerado como morto, visto que dessa forma, seus ascendentes ou descendentes, não iriam perder o direito a receber tal herança.

Conclui-se, portanto, que não há que se confundir a deserdação com a indignidade, embora sejam institutos semelhantes. Pois a ingenuidade parte da ideia de que diz respeito a vontade do testador, decorrendo de lei, se originando através de ação própria mediante sentença judicial.

REFERÊNCIAS

AMORIM, S. L. **Código Civil Comentado** São Paulo: Atlas, 2004.

BEVILÁQUA, C. **Direito das Sucessões** Campinas: RED Livros, 2000.

BRASIL. Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002. Institui o **Código Civil**. Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF, ano 139, n. 8, p. 1-74, 11 jan. 2002. Disponível

em:

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/2002/L10406.htm>. Acesso em: 06 jun. 2023.

CARVALHO, P. P. (abril de 2019). Direito das Sucessões: lições, exercícios, jurisprudência. (S. Edições Almedina, Ed.) Coimbra: Almedina. doi:978-972-40-6975-3.

Código penal. – Brasília : Senado Federal, Coordenação de Edições Técnicas, 2017. 138 p. Conteúdo: Código penal – Decreto-lei no 2.848/1940.

DIAS, M. B. Manual das sucessões. 7. ed. Salvador: JusPodivm, 2021. p. 50.

DINIZ, M. H. Curso de Direito Civil Brasileiro, v. 6, 25. ed. São Paulo: Saraiva, 2022.

FARIAS, C. C.; ROSA, C. P. Teoria geral do afeto. Salvador: JusPodivm, 2020.

GONÇALVES, C. R. Direito civil brasileiro: direito das sucessões. São Paulo: Saraiva Educação, 2020. v. 7. p. 113.

OLIVEIRA, A. V. (1952). Tratado de direito das sucessões. São Paulo: Max LimonadEditor de Livros de Direito. doi:342.165.

STJ, 3ª TURMA, RECURSO ESPECIAL 2022/0270996-3, Rel. Ministra NANCY ANDRIGHI, julgado em 07/03/2023, DJEN DATA: 10/03/2023.

Disponível em:

<https://www.stj.jus.br/websecstj/cgi/revista/REJ.cgi/ITA?seq=2267498&tipo=0&nreg=202202709963&SeqCgrmaSessao=&CodOrgaoJgdr=&dt=20230310&formato=PDF&salvar=false>. Acesso em: 06/06/2023.

TARTUCE, Flávio. Direito civil: direito das sucessões. 14. ed. Rio de Janeiro: Forense, 2021. p.126.

TJ-RS; Apelação Cível, Nº 50001626220218210114, Sétima Câmara Cível, Tribunal de Justiça do RS.

TRF 3ª Região, 7ª Turma, AGRAVO DE INSTRUMENTO - 5030580-68.2021.4.03.0000, -

SP. Disponível em: <https://www.peticoesonline.com.br/art-1784-cc>. Acesso em: 06/06/2023.

ISENÇÃO DE IMPOSTO PREDIAL E TERRITORIAL URBANO - IPTU AO CONTRIBUINTE DIAGNOSTICADO COM NEOPLASIA MALIGNA (CÂNCER) E DE PORTADORES DE DOENÇAS RARAS E/OU INCURÁVEIS QUE ESTEJA EM TRATAMENTO.

EXEMPTION FROM URBAN PROPERTY AND LAND TAX - IPTU TO TAXPAYERS DIAGNOSED WITH MALIGNANT NEOPLASIA (CANCER) AND CARRIERS OF RARE AND/OR INCURRABLE DISEASES WHO ARE UNDER TREATMENT.

Edno João Leite Filho *

Synara Silva Reis **

Maria Alvinia Cunha Pereira da Silva ***

Tales Gabriel Barros e Bittencourt ****

RESUMO

IPTU significa Imposto Predial e Territorial Urbano, refere-se de um tributo municipal cobrado daqueles que possuem um ou mais imóveis em seu nome, residenciais ou comerciais, no município de Iporá Goiás há lei vigente que garante a isenção do IPTU, que é a dispensa do pagamento do imposto, para contribuinte diagnosticado com neoplasia maligna (câncer) e de portadores de doenças raras e/ou incuráveis que esteja em tratamento, sendo um direito regulamentado por lei. Ou seja, o município institui o IPTU, e ao fazê-lo, opta por dispensar o pagamento em determinados casos.

Palavras-chave: IPTU. Isenção. Doenças Incuráveis.

ABSTRACT

IPTU stands for Property and Urban Territorial Tax, refers to a municipal tax levied on those who own one or more properties in their name, residential or commercial, in the municipality of Iporá Goiás there is a current law that guarantees the exemption from property tax, which is the exemption from the payment of the tax, for

* Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: ednojoao95@gmail.com

** Graduanda em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: synarasilvareis1995@gmail.com

*** Orientadora, Graduada em Direito pela Universidade de Rio Verde – Go – UniRV- e Pós Graduada em Constelação Sistêmica Familiar. E-mail: mariaalvinacunha@hotmail.com

**** Orientador, Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde – Go – UniRV – Advogado, Pós Graduado em Direito e Processo Civil. E-mail: talesgabriel@hotmail.com

taxpayers diagnosed with malignant neoplasm (cancer) and carriers of rare and/or incurable diseases that are under treatment, being a right regulated by law. That is, the municipality establishes the property tax, and in doing so, chooses to waive payment in certain cases.

Keywords: IPTU. Exemption. Incurable Diseases.

INTRODUÇÃO

A LEI Nº 1.744, DE 21/05/2019, dispõe sobre a isenção de imposto predial e territorial urbano - IPTU ao contribuinte diagnosticado com neoplasia maligna (câncer) e de portadores de doenças raras e/ou incuráveis que esteja em tratamento e dá outras providências. O imposto territorial Urbano tem como fato gerador o domínio útil ou posse do imóvel localizado na zona urbana do município. O imposto incide sobre o imóvel, grava-o independentemente de seu proprietário, e não sendo quitado nas épocas oportunas, acompanha-o nas sucessivas transferências de propriedade, domínio útil ou posse, constituindo ônus real sobre o mesmo.

Visando beneficiar contribuintes possuidores de doenças incuráveis a prefeitura de Iporá Goiás, juntamente com corpo administrativo trouxe projeto de lei que busca isentar tais contribuintes do imposto, sendo aprovado no ano de 2019, esta lei vem garantindo o direito a cidadãos de se absterem de arcar com os custos anuais do tributo.

A lei Nº 1.744, DE 21/05/2019 traz em seu artigo primeiro que:

Desde que cumpridas às exigências legais, fica isenta do imposto sobre a propriedade predial e territorial urbana – IPTU, a única matrícula e seu respectivo terreno pertencente ao contribuinte que esteja ele próprio, seu cônjuge, ascendente de primeiro grau ou descendente de primeiro grau, diagnosticado com neoplasia maligna (câncer) e portadores de doenças raras e/ou incuráveis, que esteja em tratamento decorrente da doença, que comprove esta condição, mediante laudo pericial, desde que o imóvel seja a única propriedade do requerente ensejadora a ocorrência do fato gerador do imposto pertencente ao núcleo familiar e que nela resida.

Conforme previsto na legislação o administrador público municipal poderá perdoar total ou parcialmente qualquer imposto ou taxa desde que incida nas hipóteses previstas e descritas acima.

ANÁLISE E COMENTÁRIO DO CONTEÚDO

O pedido de isenção está fundamentado na Lei 1.744 de 21 de maio de 2019 que dispõe da Isenção de Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU ao Contribuinte

Diagnosticado com Neoplasia Maligna e de portadores de Doenças Raras e/ou incuráveis que estejam em tratamento.

A população da cidade de Iporá tem aproveitado do benefício de isenção e requerido de forma legal o direito de todos aqueles que se enquadram nos parâmetros da lei, desde que a mesma foi criada é notório a sua utilização. A lei Nº 1.744, DE 21/05/2019 traz que para ter direito à isenção referida, o requerente deve apresentar cópias dos seguintes documentos:

I - Matrícula do imóvel;

II - O imóvel objeto da isenção terá que estar cadastrado no Cadastro Fiscal Imobiliário do Município em nome do requerente, seu cônjuge, ascendente ou descendente de primeiro grau;

II - Certidão negativa do Cartório de Imóveis, demonstrando que o imóvel é o único pertencente ao núcleo familiar;

III - Documento comprobatório de que o requerente, seu cônjuge, ascendente ou descendente de primeiro grau reside no imóvel, conforme o caso;

IV – O Município, através da Assistência Social, verificará in loco se o requerente e sua família fazem uso do imóvel para sua moradia, conforme o caso;

V - Documento de identificação do requerente (Cédula de Registro de Identidade - RG ou outro documento hábil);

VI - Cadastro de Pessoa Física (CPF); e

VII - Atestado médico fornecido pelo médico que acompanha o tratamento, contendo:

a) Diagnóstico expressivo da doença (anatomopatológico);

b) Estágio clínico atual;

c) Classificação Internacional da Doença (CID)

d) Carimbo que identifique o nome e número de registro do médico no Conselho Regional de Medicina (CRM).

A isenção do Imposto Predial e Territorial Urbano (IPTU, não desobriga o contribuinte do pagamento de demais taxas municipais. O benefício quando concedido, será válido por 1 (um) exercício fiscal e será gozado no exercício subsequente ao da solicitação. Após o gozo do benefício por 1 (um) exercício fiscal, poderá a isenção ser novamente requerida, nas mesmas condições especificadas acima. O benefício cessará automaticamente

quando deixar de ser requerido. Para obtenção do benefício, o requerente deverá apresentar requerimento solicitando tal concessão, sendo realizado uma solicitação para a concessão de cada benefício (isenção de IPTU).

METODOLOGIA

A pesquisa utilizada para elaboração do resumo teve como fundamento a busca de informações em fontes confiáveis, como sites governamentais e organizações especializadas em direito. Foram utilizadas palavras-chave específicas relacionadas à lei em questão para encontrar artigos, notícias e comentários que explicavam a sua aplicação e interpretação. Em seguida foram analisados os textos encontrados e selecionados as informações mais relevantes para a pesquisa como por exemplo a finalidade da lei, os direitos e deveres, entre outras informações importantes para a compreensão da lei. Como resultado, é possível compreender o contexto em que a lei foi criada e como ela é aplicada na prática.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

O município de Iporá ao criarem a Lei 1.744 de 21 de maio de 2019 buscou não apenas beneficiar aqueles que possuem doenças incuráveis, mas também a família de tais pessoas, visando melhorar a qualidade de vida de ambos e mostrando que a administração pública da cidade se importa com aqueles que enfrentam tamanha dificuldade, podendo assim a cada vez trazer melhorias e reconhecimento ao cidadão iporaense. É possível ao observar a lei em si que a mesma foi elaborada com maneiras que facilitam o requerimento do benefício, feita com menos burocracia para que não houvesse dificuldade na aplicação aos detentores do direito, assim os cidadãos acabam não enfrentando obstáculos para fazerem a solicitação e a execução da lei.

REFERÊNCIAS

DIRECIONAL. **O que é IPTU: saiba tudo sobre esse imposto.** Disponível em: < <https://direcional.com.br/blog/financas/o-que-e-iptu/> > Acesso em: 09, de junho de 2023.

LEGISLAÇÃO MUNICIPAL DE IPORÁ/GO. **LEI Nº 1.744, DE 21/05/2019.** Disponível em: < <https://leismunicipais.com.br/a1/go/i/ipora/lei-ordinaria/2019/174/1744/lei-ordinaria->

n-1744-2019-dispoe-sobre-a-isencao-de-imposto-predial-e-territorial-urbano-iptu-ao-contribuinte-diagnosticado-com-neoplasia-maligna-cancer-e-de-portadores-de-doencas-raras-e-ou-incuraveis-que-esteja-em-tratamento-e-da-outras-providencias?r=p > Acesso em: 09 de junho de 2023.

SILVA, Mayara. **Isenção de IPTU**. Jus Brasil. Disponível em: < <https://www.jusbrasil.com.br/artigos/isencao-de-iptu/799866069> > Acesso em: 09 de junho de 2023.



Doi: 10.5281/zenodo.8156715

Volume 3, N.1, ANO 2023 –ISSN:2763-6631

**O POVO CONTRA A DEMOCRACIA: PORQUE NOSSA LIBERDADE CORRE
PERIGO COMO SALVÁ-LA**

**THE PEOPLE AGAINST DEMOCRACY: WHY OUR FREEDOM IS IN
DANGER HOW TO SAVE IT**

Beatriz Rocha Dias *

Izabella Silva Rocha **

Matheus Alves Da Costa ***

Renan Plinio Silva Moraes ****

Victor Gabriel Gonçalves Serafim *****

Maria Alvinia Cunha Pereira Da Silva *****

Tales Gabriel Barros e Bittencourt *****

RESUMO

O presente trabalho vem trazer um estudo em que aborda as preocupações crescentes sobre o futuro da democracia liberal diante do surgimento de tendências populistas e antidemocráticas em várias partes do mundo. A democracia está enfrentando desafios significativos, com uma parcela da população expressando insatisfação e oposição ao sistema democrático. Destaca-se o crescimento de movimentos políticos e grupos que defendem visões autoritárias e antidemocráticas, muitas vezes apoiados por sentimentos de ressentimento e desigualdade. Também se discute como a globalização, a migração e a rápida mudança cultural têm contribuído para a polarização política e social. Ele examina o impacto das redes sociais e da mídia digital na disseminação de informações falsas e na formação de bolhas de opinião, alimentando a polarização e minando a confiança no sistema democrático. Para preservar a democracia liberal, é necessário enfrentar as desigualdades e as preocupações legítimas dos cidadãos, ao mesmo tempo em que se protege os princípios democráticos e os direitos individuais.

Palavras-chave: democracia, liberalismo, povo liberdade, política.

* Graduada em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: beatrizrochads3@gmail.com

** Graduada em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: izabella.vipo.rocha@gmail.com

*** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: matheusipora2002@outlook.com

**** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: renanplinio@hotmail.com

***** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: vgs201448@hotmail.com

***** Orientadora, Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde -Go – UniRV- e Pós Graduada em Constelação Sistêmica Familiar. E-mail: mariaalvinacunha@hotmail.com

***** Orientador, Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde – Go – UniRV, Advogado e Pós Graduado em Direito e Processo Civil. E-mail: talesgabriel@hotmail.com

ABSTRACT

The present work brings a study in which it addresses the growing concerns about the future of liberal democracy in the face of the emergence of populist and anti-democratic tendencies in various parts of the world. Democracy is facing significant challenges, with a portion of the population expressing dissatisfaction and opposition to the democratic system.

The growth of political movements and groups that defend authoritarian and anti-democratic views stands out, often supported by feelings of resentment and inequality. It also discusses how globalization, migration and rapid cultural change have contributed to political and social polarization. It examines the impact of social media and digital media in spreading misinformation and forming opinion bubbles, fueling polarization and undermining trust in the democratic system. To preserve liberal democracy, it is necessary to address inequalities and legitimate concerns of citizens, while protecting democratic principles and individual rights.

Keywords: democracy, liberalism, people freedom, politics.

INTRODUÇÃO

O livro "O Povo Contra a Democracia", escrito por Yascha Mounk em 2019, busca entender a ascensão de governos de direita ao redor do mundo, analisando tanto os fenômenos individualmente quanto globalmente. A extrema direita europeia e americana tem como pauta sensível a imigração, enquanto o populismo latino-americano possui outras questões prioritárias. No entanto, Mounk sugere que todos esses acontecimentos podem ser enquadrados em um padrão de comportamento dos líderes, que se afirmam como o único representante do povo, colocam seus adversários políticos como traidores ilegítimos da pátria e atacam as regras e normas das instituições do país.

RESULTADOS E DISCUSÕES

Quando se trata do desenvolvimento humano é preciso compreender as transformações universais, que ocorrem no biopsicossocial e se estendem ao hormonal, principalmente em relação à transição da infância para a adolescência. Segundo Xavier e Nunes (2015), o ser humano possui diversas singularidades e por isso, as características individuais também são consideradas, pois nenhum indivíduo, ainda que compartilhe o mesmo DNA será igual ao outro.

Em resumo, o autor sugere que a democracia liberal está em crise devido a novas configurações de Estado, a tirania da maioria e direitos sem democracia, que surgem da insatisfação dos cidadãos com a exclusão das esferas de decisão política. Mounk propõe três mudanças principais para salvar a democracia liberal: uma grande reforma econômica,

repensar o significado do pertencimento ao Estado-Nação moderno e lidar com os impactos da internet e das redes sociais.

A crítica construtiva ao povo contra a democracia pode se concentrar em certos aspectos do funcionamento democrático, bem como nas atitudes e comportamentos dos próprios cidadãos. É importante ressaltar, no entanto, que a democracia é um sistema complexo e imperfeito, e que críticas e discussões são essenciais para aprimorá-lo.

Como Exemplo pode se destacar a baixa qualidade dos representantes políticos. A qualidade dos representantes eleitos também pode ser alvo de críticas na democracia. Em alguns casos, líderes inaptos, corruptos ou com agendas pessoais podem chegar ao poder, prejudicando o funcionamento do sistema.

Solução possível para amenizar o problema seria promover uma maior transparência e responsabilidade na política pode ajudar a reduzir a corrupção e garantir que os representantes eleitos estejam mais alinhados com os interesses do povo. Além disso, a participação ativa dos cidadãos na política, seja por meio do engajamento direto ou do apoio a candidatos qualificados, pode ajudar a eleger representantes de melhor qualidade.

METODOLOGIA

O presente estudo trata de uma pesquisa exploratória, onde foi fundamental para decisão dos assuntos que foram abordados. A revisão bibliográfica foi feita com o intuito de buscar informações fundamentais no livro.

Esse estudo literário, traz uma conclusão que se faz presente no dia a dia toda essa democracia, e soluções apresentadas. O diferencial da teoria de Mounk em seu livro é a ideia de que a vitória do capitalismo na Guerra Fria, através da democracia liberal, fez com que considerássemos esse sistema como algo certo e inabalável. No entanto, segundo ele, o que vemos atualmente é um afastamento entre duas bases fundamentais construídas no final do século XX: a democracia e o liberalismo.

Mounk percebe o dismantelamento de dois importantes pressupostos: a ideia de que países ricos e democraticamente consolidados não podem sofrer retrocessos democráticos e de que democracia e liberalismo são duas partes inseparáveis de um todo. Isso ocorre, principalmente, porque problemas em uma das esferas podem desequilibrar o sistema como um todo.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com base no que foi apresentado, "O Povo Contra a Democracia" é um livro que oferece uma reflexão importante sobre os desafios que a democracia liberal enfrenta atualmente e propõe algumas ideias para superá-los.

Nesse sentido, a questão que se apresenta na presente situação não é somente, como afirmado por Mounk, a confrontação dos regimes autoritários para assegurar a proteção das instituições e dos princípios da democracia liberal – uma iniciativa urgente e necessária -, mas também a ponderação sobre como é viável, após a superação da situação atual, considerar opções que resultem em uma democratização radical da democracia liberal.

Mounk sugere algumas soluções possíveis para lidar com esses desafios, como a adoção de reformas democráticas que aumentem a participação popular e a transparência, bem como a promoção de uma cultura política mais inclusiva e solidária.

Desse modo, conclui-se que a democracia corre um grande risco com o avanço de ideias extremistas por todo o mundo e uma forma de frear esse avanço é aprender sobre o passado para não repetir os erros no futuro.

REFERÊNCIAS

MOUNK, Yascha. O Povo contra a democracia: porque nossa liberdade corre perigo e como salvá-la. São Paulo/SP: Editora SCHWARCZ S.A, 2018.



Doi: 10.5281/zenodo.8156443

Volume 3, N.1, ANO 2023 –ISSN:2763-6631

CONSTRUINDO UM FUTURO DEMOCRÁTICO: ENFRENTANDO A CRISE DE FORMA COLETIVA

BUILDING A DEMOCRATIC FUTURE: FACING THE CRISIS COLLECTIVELY

Gabriel Borges de Amaro *

João Neto Fernandes Costa **

Igor Augusto Silva Dias ***

Patrícia Moraes Sousa Neves ****

Mariana Valadão Pessoa *****

Nathalia Rodrigues da Silva *****

Maria Alvinia Cunha Pereira da Silva *****

Tales Gabriel Barros e Bittencourt *****

RESUMO

O livro "O Povo Contra a Democracia: Por Que Nossa Liberdade Corre Perigo e Como Salvá-la", de Yascha Mounk, oferece uma análise crítica e perspicaz da crise atual da democracia liberal. Destaca os desafios que surgem com o populismo, o impacto das mídias sociais, a estagnação econômica e as questões identitárias. O autor argumenta que é possível restaurar a confiança na democracia liberal, mas isso exigirá esforços conjuntos da sociedade, líderes políticos e instituições democráticas. O autor ressalta a mudança na percepção e preferência das pessoas em relação aos regimes democráticos, o que tem resultado no surgimento de movimentos populistas tanto de direita quanto de esquerda. Ele alerta para a separação entre democracia e liberdade, indicando que alguns regimes podem ser liberais sem serem verdadeiramente democráticos, ou democracias sem garantia de liberdade.

Palavras-chave: Democracia liberal, Populismo, Mídias sociais e Estagnação econômica

* Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: gabriel.encgarraforte@gmail.com

** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: fernandesjoao@icloud.com

*** Graduando em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: augustoigor10@gmail.com

**** Graduanda em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: moraessousa13@gmail.com

***** Graduanda em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: mariana.ipora@hotmail.com

***** Graduanda em Direito pela Faculdade de Iporá, GO. E-mail: nathalliaprince@gmail.com

***** Orientadora, Graduada em Direito pela Universidade de Rio Verde – Go – UniRV - e Pós Graduada em Constelação Sistêmica Familiar. E-mail: mariaalvinacunha@hotmail.com

***** Orientador, Graduado em Direito pela Universidade de Rio Verde – Go – UniRV- Advogado e Pós Graduado em Direito e Processo Civil. E-mail: talesgabriel@hotmail.com

ABSTRACT

The book "The People vs. Democracy: Why Our Freedom is in Danger and How to Save It" by Yascha Mounk offers a critical and insightful analysis of the current crisis in liberal democracy. It highlights the challenges posed by populism, the impact of social media, economic stagnation, and identity issues. The author argues that it is possible to restore trust in liberal democracy, but it will require collective efforts from society, political leaders, and democratic institutions. Mounk emphasizes the shift in people's perception and preference towards democratic regimes, which has led to the emergence of both right-wing and left-wing populist movements. He also warns about the separation between democracy and freedom, noting that some regimes may appear liberal without being truly democratic, or democracies without a guarantee of freedom.

Keywords: Liberal democracy, Populism, social media, Economic stagnation

INTRODUÇÃO

Neste artigo, vamos analisar o livro "O Povo Contra a Democracia: Por Que Nossa Liberdade Corre Perigo e Como Salvá-la", escrito por Yascha Mounk. O livro aborda a crise atual da democracia liberal, dividindo-se em três partes: a crise em si, suas origens e possíveis soluções.

Na primeira parte, o autor apresenta dados e exemplos que mostram a crise enfrentada pela democracia liberal em todo o mundo. Ele destaca como as pessoas estão mudando sua percepção e preferência em relação aos regimes democráticos, o que tem levado ao surgimento de movimentos populistas de direita e esquerda. Mounk argumenta que a democracia e a liberdade, que antes andavam juntas, estão se separando, resultando em regimes que podem ser liberais sem serem democráticos, ou democracias sem garantia de liberdade.

As pessoas estão cada vez mais se voltando para líderes que oferecem soluções simples, ideias claras e um forte senso de comunidade, mesmo que isso signifique abraçar um modelo de governo autoritário, populista e pouco comprometido com as instituições democráticas.

Na segunda parte, o autor identifica três origens para o declínio da democracia liberal: o impacto das mídias sociais, a estagnação econômica e as questões identitárias. Ele explora como as mídias sociais transformaram a maneira como as informações são disseminadas, permitindo tanto o acesso a conhecimento quanto a propagação de notícias falsas e desinformação. Além disso, Mounk destaca como a estagnação econômica tem gerado insatisfação nas gerações mais jovens, que não veem perspectivas de melhoria em relação às

gerações anteriores. O autor também aborda as questões de identidade, discutindo como a definição de "povo" em uma democracia pode gerar tensões e intolerância em sociedades cada vez mais diversas.

Na terceira parte, o autor apresenta possíveis soluções para a crise da democracia liberal. Ele argumenta que é necessário controlar o nacionalismo, promovendo um discurso inclusivo e combatendo a exclusão de certos grupos ao longo da história. Mounk também destaca a importância de corrigir questões econômicas, como a desigualdade e a falta de oportunidades para as gerações futuras. Além disso, ele ressalta a necessidade de renovar a confiança cívica, por meio de medidas educacionais e da reconstrução da confiança na política, incluindo o combate às teorias da conspiração e à propagação de notícias falsas.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Dentre os principais resultados discutidos no livro, chama a atenção a análise do declínio na confiança pública nas instituições democráticas. Segundo o autor, isso se deve, em parte, a uma crescente insegurança econômica e social, que gera uma descrença nas elites políticas e suas instituições.

Por meio dessa análise, Mounk destaca a necessidade de reconstruir a confiança das pessoas nas instituições democráticas, o que implicaria em dialogar mais com a população e trabalhar para reduzir as desigualdades sociais. Ele argumenta que a democracia precisa ser renovada para lidar com as preocupações dos cidadãos e enfrentar as ameaças externas e internas.

Outro importante elemento abordado pelo autor é a ascensão do populismo, que vem sendo observado em diferentes países ocidentais. Mounk destaca que essa corrente política apresenta uma ameaça real à democracia liberal, pois muitos líderes populistas pregam a exclusão de minorias e a limitação de liberdades civis, além de promoverem políticas que aprofundam as desigualdades sociais.

Mounk sugere a implementação de medidas educacionais que promovam o pensamento crítico, a alfabetização política e a compreensão dos princípios democráticos. Também destaca a necessidade de combater as teorias da conspiração e a propagação de notícias falsas, que podem minar a confiança na informação e na própria democracia.

O autor destaca o impacto significativo das mídias sociais na disseminação de informações. Ele ressalta que, embora as mídias sociais tenham ampliado o acesso ao conhecimento e permitido uma maior participação no debate público, também têm sido

responsáveis pela disseminação de notícias falsas e desinformação. Mounk destaca como a viralização de conteúdos enganosos e a formação de bolhas de opinião podem comprometer a capacidade das pessoas de obterem informações confiáveis e de formarem opiniões informadas.

No entanto o autor não é fatalista em relação ao futuro da soberania popular. Ele diz que a solução para essa crise é uma maior participação cívica, uma significativa transparência política e uma maior responsabilidade dos líderes. Ele também enfatiza a importância de uma imprensa livre e independente e de uma educação cívica forte para a manutenção da democracia liberal.

Em relação à estagnação econômica, o autor argumenta que, apesar do progresso material alcançado nas décadas passadas, muitas gerações mais jovens estão enfrentando uma sensação de estagnação e falta de perspectivas de melhoria em relação às gerações anteriores.

A desigualdade econômica é um desafio persistente em muitas sociedades. Isso ocorre quando existe uma grande disparidade de renda e riqueza entre diferentes grupos, o que pode levar a divisões sociais e falta de oportunidades. A estagnação econômica, por sua vez, se refere à falta de crescimento econômico sustentável, resultando em baixa criação de empregos e perspectivas limitadas para as gerações futuras.

Para combater esses problemas, é necessário adotar políticas econômicas inclusivas. Isso significa implementar medidas que promovam a distribuição equitativa de recursos e oportunidades. Uma dessas propostas é a criação de programas de redistribuição de renda, nos quais uma parte dos recursos é destinada a apoiar os grupos mais vulneráveis da sociedade, reduzindo assim as desigualdades.

Além disso, é essencial investir em educação e treinamento para garantir que todos tenham acesso a habilidades relevantes e oportunidades de emprego. Isso pode incluir a criação de programas de capacitação profissional, bolsas de estudo e parcerias entre instituições educacionais e setor privado. Dessa forma, as pessoas terão mais chances de conseguir empregos dignos e contribuir para o crescimento econômico.

Um exemplo de política econômica inclusiva é o estabelecimento de zonas econômicas especiais, onde são oferecidos incentivos fiscais e facilidades para empresas se instalarem em regiões menos desenvolvidas. Essa medida pode impulsionar a atividade econômica local, gerando empregos e oportunidades para a população residente.

No entanto, é importante reconhecer que a implementação de políticas econômicas inclusivas pode enfrentar desafios significativos, como resistência de certos grupos ou limitações orçamentárias. Além disso, é necessário um planejamento cuidadoso e a avaliação

contínua dos resultados para garantir que essas medidas sejam eficazes e sustentáveis no longo prazo.

Apesar de ser uma obra densa e ampla, "O povo contra a democracia" traz importantes contribuições para o debate sobre a estabilidade democrática, trazendo a tona reflexões que são essenciais em um momento em que a democracia liberal enfrenta tantos desafios. Por meio da análise dos dados e da percepção dos fenômenos políticos contemporâneos, o autor nos convida a pensar em formas de proteger e fortalecer a democracia, trabalhando para criar uma sociedade mais justa e igualitária.

METODOLOGIA

Ao analisar o livro "O Povo Contra a Democracia: Por Que Nossa Liberdade Corre Perigo e Como Salvá-la" de Yascha Mounk, adotamos uma abordagem prática que nos permitiu mergulhar profundamente em sua obra. Para isso, seguimos uma metodologia cuidadosa e bem definida, que consistiu em várias etapas essenciais. Realizamos uma leitura atenta e minuciosa do livro, absorvendo cada capítulo e explorando as ideias centrais apresentadas pelo autor. Durante esse processo, destacamos os principais temas abordados, identificando as questões fundamentais que Mounk levanta em relação à democracia e à liberdade.

Em seguida, procedemos a uma análise crítica dos argumentos apresentados pelo autor. Buscamos compreender os fundamentos lógicos de suas afirmações, avaliando a solidez de sua base teórica e examinando as evidências e exemplos empíricos fornecidos para sustentar suas ideias. Esse exercício crítico nos permitiu apreciar a profundidade e a consistência dos argumentos de Mounk. Refletimos sobre as soluções propostas pelo autor para os desafios enfrentados pela democracia e pela liberdade em nosso tempo. Analisamos a viabilidade e a eficácia dessas propostas, levando em consideração as implicações práticas e as possíveis limitações. Essa reflexão nos permitiu formar uma visão mais abrangente sobre as alternativas oferecidas por Mounk para preservar e fortalecer a democracia em meio aos perigos que a ameaçam.

Também consideramos importante estabelecer um diálogo com outras perspectivas e abordagens relacionadas ao tema da democracia e da liberdade. Buscamos familiarizar-nos com diferentes correntes de pensamento e pesquisas acadêmicas relevantes, a fim de enriquecer nossa compreensão do assunto e contextualizar as contribuições específicas de Mounk dentro desse panorama mais amplo.

Com base em todas essas etapas da nossa metodologia, elaboramos um resumo abrangente do livro, que destaca seus pontos-chave e oferece uma visão geral do conteúdo. Esse resumo permite aos leitores terem uma compreensão sintetizada das principais ideias e argumentos apresentados por Mounk, bem como das soluções que ele propõe para proteger nossa liberdade e preservar a democracia em um contexto desafiador.

Dessa forma, nossa abordagem prática para analisar "O Povo Contra a Democracia" de Yascha Mounk permitiu-nos explorar profundamente os temas e as propostas apresentadas no livro, ao mesmo tempo em que consideramos uma variedade de perspectivas e enquadramentos acadêmicos relevantes.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conclusão, o livro "O Povo Contra a Democracia" de Yascha Mounk fornece uma análise crítica e perspicaz da crise enfrentada pela democracia liberal na atualidade. Ao abordar os desafios representados pelo surgimento do populismo, o impacto das mídias sociais, a estagnação econômica e as questões identitárias, Mounk nos alerta para a necessidade urgente de enfrentar essas questões em prol da preservação e fortalecimento da democracia liberal.

No entanto, é importante reconhecer que a complexidade da crise da democracia liberal demanda um debate mais amplo e aprofundado. Cada contexto global apresenta desafios específicos, e soluções efetivas requerem um entendimento abrangente das dinâmicas políticas, econômicas e sociais envolvidas.

Uma das principais conclusões do livro também é que a democracia não é uma garantia permanente e não pode ser tomada como certa. A menos que a confiança nas instituições democráticas seja restaurada, a democracia corre o risco de se desintegrar.

Ele diz que para evitar a crise democrática, é necessário um esforço colaborativo em todo o mundo para reforçar as instituições democráticas e restaurar a confiança nas autoridades. Além disso, a democracia pode se beneficiar da adoção de novas formas de participação cidadã e representação política para tornar as instituições políticas mais transparentes e responsáveis.

REFERÊNCIAS

MOUNK, Yascha. O Povo Contra a Democracia: Porque Nossa Liberdade Corre Perigo e Como Salvá-la. Editora Companhia das Letras, 2019.